

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE NOVO
AIRÃO: PROCESSO DE AMBIENTALIZAÇÃO, MEDIAÇÃO
E PARENTESCO**

RAIANA MENDES FERRUGEM

**MANAUS
2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

RAIANA MENDES FERRUGEM

**A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE NOVO
AIRÃO: PROCESSO DE AMBIENTALIZAÇÃO, MEDIAÇÃO
E PARENTESCO**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS para avaliação da Banca Examinadora, como requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social do Museu Amazônico Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida.

**MANAUS
2012**

RAIANA MENDES FERRUGEM

TERMO DE APROVAÇÃO

Esta dissertação foi apresentada em defesa pública como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas/ Museu Amazônico, e em cuja biblioteca setorial encontra-se à disposição dos interessados.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida.
Programa de Pós-graduação em Antropologia - UFAM
Orientador (Presidente)

Prof^a. Dr^a. Thereza Cristina Cardoso Menezes
Programa de Pós-graduação em Antropologia - UFAM
Membro

Prof^a. Dr^a. Erika Matsuno Nakazono
Universidade do Estado do Amazonas - UEA
Membro

AGRADECIMENTOS

Certa vez li que os “agradecimentos” seriam a força motriz das trocas e das futuras dádivas, mais do que marcação de parcerias e de agradecimentos em si; este é o momento para o pagamento das dívidas estabelecidas ao longo de todo o processo dissertativo. São dívidas já que o tempo de resposta da dádiva, principalmente neste caso, foi um tanto longo.

Primeiramente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS-UFAM que acolheu esse projeto e suas versões anteriores. Aos docentes que acompanharam e contribuíram com acréscimos valiosíssimos ao longo das disciplinas cursadas. Em destaque as professoras Márcia Regina Calderipe e Raquel Wiggers que acompanharam os primeiros momentos dessa pesquisa, ainda no âmbito da graduação. Agradeço muitíssimo à Franceane Corrêa pelo “dom” de deixar as burocracias da UFAM leves e possíveis e pelo exemplo de profissionalismo, educação e carinho!

Agradeço a professora Thereza Menezes pelos intercâmbios intelectuais ao longo de suas disciplinas, principalmente pelos questionamentos salutares feitos na banca de qualificação redirecionando o meu esforço no momento da escrita. E a professora Erika Nakazono pelo material detalhadíssimo produzido sobre a AANA, que subsidia esta análise. E por sua disponibilidade de compartilhar comigo, me permitindo poder olhar para os meandros da convivência com as artesãs e artesãos do arumã.

Sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa concedida para realização do curso de mestrado. Ao meu orientador, professor Alfredo Wagner, sinceros agradecimentos pela paciência e tolerância como meu tempo. Ao “grande clã” pelas discussões e argumentações. Aos “irmãos de orientação”: Glaúcia Baraúna, Elieyd Menezes e Emmanuel de Almeida Farias Júnior que sempre me apoiaram (na maioria do meu trajeto me puxaram) meu carinho e débito!

Aos companheiros da turma PPGAS-2009 meus agradecimentos pelas discussões em sala de aula e pelas descobertas antropológicas, em especial a Laise Diniz e Marília Sousa pelas boas conversas em momentos providenciais. Agradeço à Inara Nascimento (pedaço meu) pela amizade e amor dando condições para que este trabalho se materializasse em páginas e mais páginas, e que mesmo no Alto Solimões se faz presente sempre! À Samya Fraxe pelas conversas motivadoras, boas energias e planos de um futuro melhor. Ao José Hildo pela leitura atenta da primeira e dadaísta versão.

Minha gratidão às artesãs que me trataram como “filha”, me deram “casa” e a honra de ouvir seus depoimentos. E que de um jeito muito divertido me introduziram na arte dos teçumes. Em especial Dona Percília, Sônia, Sebastiana e ao Erivaldo e Josi pela amizade construída ao longo desta pesquisa.

E saindo do clã construído para o dado a priori, agradeço a minha família pela compreensão e espera. E principalmente por ser a minha família, posto que é de nossa dinâmica que certamente surge o meu encantamento pela temática das relações familiares e de parentesco.

Agradeço a Deus, aos Orixás e aos espíritos protetores e àqueles que mediarão com preces, cantos, danças e oferendas para que este trabalho tivesse o seu fim. Meu agradecimento e minha certeza de que tudo é e está emaranhado em muitas crenças e em muita fé.

LISTA DE SIGLAS

AANA – Associação de Artesãos de Novo Airão

APA – Área de Proteção Ambiental

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CTI – Cooperação Técnica Internacional

FVA – Fundação Vitória Amazônia

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ONGs – Organização Não Governamental

PNJ – Parque Nacional do Jaú

PNA – Parque Nacional Anavilhanas

SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

RESUMO

Constituem o material dessa dissertação descrições etnográficas e análises de depoimentos que se reportam ao passado, que revivem toda a trajetória de um grupo de pessoas e de suas famílias. É pela trajetória social desse grupo de artesãs e suas famílias que me aproximo da problemática sobre política ambiental e suas consequências para os autodenominados povos e comunidades tradicionais. O diferencial aqui é que a autodefinição das *artesãs e artesãos do arumã* ocorre depois do encontro dos mesmos sob a institucionalização em uma associação, a AANA- Associação de Artesãos de Novo Airão, criada com a mediação da ONG Fundação Vitória Amazônica. Essa mediação se deu na tentativa de implementação de uma lógica organizativa pautada no modelo associativo formal e burocratizado, e teve como consequências a reorganização desses artesãos que passaram a acionar suas redes de parentesco, por meio do trabalho familiar, como estratégia de mobilização, fortalecimento e resignificação da sua própria unidade representativa já criada: a AANA.

Palavras Chaves: Artesãos do Arumã, Trajetória Social, Família.

ABSTRACT

The material of this dissertation is constituted by ethnographical descriptions and analysis of testimonials that relate to the past, that revive the whole trajectory of a group of people and of their families. It is by means of the social trajectory of this group of female artisans that I approach the problematic of environmental policy and its consequences for the self-proclaimed traditional peoples and communities. The differential aspect here is that the self-definition of the female and male artisans of the arumã occurs after their gathering under an institutionalization into an association, the AANA- Associação de Artesãos de Novo Airão (Artisans Association of Novo Airão), created with the mediation of Fundação Vitória Amazônica NGO. This mediation occurred in the effort of implementing an organizing logic based on a formal and bureaucratized associative model, and its consequences were the reorganization of these artisans, who began to activate their kin network, by means of family labor, as a mobilization strategy, strengthening and ressignification of its own representative unity created before: the AANA

Key-words: Artisans of the Arumã, Social Trajectory, Family

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: Aproximando-se da Amazônia: contexto, conflitos e agentes sociais.....	32
1.1. <i>E assim foi a nossa vida</i> : apresentando as artesãs e os artesãos do arumã.....	32
1.2. Amazônia e suas interpretações: um campo político intelectual e seus desconhecimentos	60
1.3. Novo Airão: textos e a linguagem ambiental	80
CAPÍTULO 2: Associação de Artesãos de Novo Airão: tecendo o arumã e construindo a pertença ...	94
2.1. <i>Do artefato de uso doméstico ao artesanato de arumã</i>	95
2.2. As etapas da produção do artesanato de arumã.....	105
2.3. Ser sócio da AANA: entendimentos sobre casa e família.....	121
CAPÍTULO 3: Transformações no processo produtivo do artesanato de arumã.....	135
3.1. <i>Construção do casarão</i> : a Central de Artesanato Dias Figueira	136
3.2. O manejo do arumã	145
3.3 Capacitação e parcerias: nova dinâmica e dificuldades	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187

Entregamos aqui os depoimentos que homens e mulheres
nos confiaram a propósito de sua existência e de sua
dificuldade de viver
(Bourdieu, 1999: 09)

INTRODUÇÃO

Nesta primeira parte do texto, quero antecipar conceitos e problemáticas específicos desta dissertação, inicio me reportando a uma discussão que se não for paralela é sim anterior, e respalda as arguições e análises que aqui se *tramam*¹. *Tramam* seria a substantivação do verbo “tramar” que aqui identifica o ato de sobrepor talas de arumã para compor o tupé², principal artesanato feito e comercializado na Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA. Assim, a expressão *tramam* por alegoria relaciona-se à dinâmica das relações sociais que compõem a trajetória desses artesãos e artesãs do arumã e constitui o foco dessa pesquisa

Caracterizo este momento como não só das “confissões de fracasso” e explicações sobre a “provável existência de determinadas lacunas” (Malinowski, 1975: 131), mas também para me remeter, em certa medida, ao debate teórico ao qual fui apresentada ao longo do curso de mestrado em antropologia social. E por fim para pontuar a metodologia que estrutura teoricamente este trabalho, mas também para expor o uso e as condições de produção das informações de campo que me permitiram coligir os dados que subsidiam essa análise.

O momento da escrita perpassou a necessidade de compor um entendimento sobre o que é, de como compor o texto etnográfico e suas consequências; passando por diversas questões e debates que torna necessário, ao menos comentar acerca da “autoridade etnográfica” analisada por James Clifford (2002), por mais que os procedimentos metodológicos adotados sejam inspirados nas formulações de Pierre Bourdieu.

As possibilidades metodológicas transmutaram-se em questões existenciais no momento da escrita e no trato dos dados coletados, mas que por uma coerência teórica ou por “puro tradicionalismo” teórico, que ainda insiste em enquadrar sob o modelo das “escolas

¹ As expressões em itálico *tramam*, *arrematados* constam aqui sem identificação da entrevista de origem e sem referência ao autor da fala, visto que são expressões recorrentes no cotidiano desses artesãos e seus sentidos e significados tornaram-se claros no corpo do texto.

² Tapete feito com talas de arumã de acordo com a disposição das talas constitui-se um tipo de trama, as tramas são as possíveis figuras e desenhos que aparecem das talas que trançadas formam o tupé.

antropológicas”, tal debate ficou a mercê quando resoluções um tanto sociológicas e menos “pós-modernas” ganharam mais ênfase.

Assim discorro sobre a “autoridade etnográfica”, no sentido de contextualizar de quais concepções de etnografia e de pesquisa de campo estou partindo e qual a leitura crítica que faço delas. James Clifford (2002:9) ao refletir sobre o discurso etnográfico no século XX propõe “entender a diversidade mesma dos processos de construção dos textos etnográficos, visualizando-os como empreendimentos textuais situados em circunstâncias históricas e culturais específicas”.

A ideia de refletir acerca dos “efeitos da autoridade etnográfica” e suas implicações “textuais” é bastante interessante, tanto para se pensar a (história da) antropologia social enquanto disciplina, como para possibilitar uma leitura do que é a etnografia, quais as suas possibilidades, limites e consequências. Para Clifford (2002:20) a dispersão da autoridade etnográfica, torna-se perceptível durante os anos 1900 a 1960, quando a concepção de pesquisa de campo se estabelece como norma para antropologia americana e europeia. E essa reflexão se justifica, pois o desenvolvimento da disciplina está ligado ao debate político-epistemológico mais geral sobre “a escrita e a representação da alteridade”.

No fim do século XIX, com Bronislaw Malinowski temos “uma complexa narrativa sobre a vida trobriandesa e sobre o trabalho de campo etnográfico”, um “novo antropólogo” preocupado em provar à objetividade dos seus dados, da sua observação participante. A partir daqui o esforço heroico passa ser implícito nas monografias; neste contexto a etnografia surge como “um novo e poderoso gênero científico e literário, uma descrição cultural sintética baseada na observação participante”.

De 1920 a 1950 forma-se a autoridade “de estar em campo e ser capaz de compreender o todo cultural” e a observação participante se institui como método. Em 1960, há uma “reformulação em termos hermenêuticos” expressando uma dialética entre

experiência e interpretação, emerge a antropologia dos símbolos e dos significados, com a máxima representação de Clifford Geertz (1926-2006), deslocando a ênfase da experiência, “da autoridade do eu estive lá”, para a interpretação, localizando a autoridade etnográfica na capacidade de filtrar “e transformar as ambiguidades (...) num retrato cultural homogêneo” (CLIFFORD, 2002:41).

A posição de Clifford Geertz nesse debate pode ser lida como ambígua, pois se têm quase como unânimes as críticas tecidas por Clifford (2002) que se avizinham às de Craprazano (1991 & 1980) e Rabinnow (1999) ao famoso texto: “*Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galo balinesa*”, em paralelo à problematização epistemológica surgida como a polêmica envolvendo a publicação do “*A Diary in the Strict Sense of the Term*” do então antropólogo que propôs método etnográfico: Bronislaw Malinowski, onde Geertz (1997) nos conchama a reflexão:

Como é possível que antropólogos cheguem a conhecer a maneira como o nativo pensa, sente e percebe o mundo? A questão que o diário introduz, com uma seriedade que talvez só um etnógrafo da ativa possa apreciar totalmente, não é uma questão ética. (...) A questão é epistemológica. (...) É necessário que antropólogos vejam o mundo do ponto de vista dos nativos, onde ficaremos quando não pudermos mais arrogar-nos alguma forma unicamente nossa de proximidade psicológica, ou algum tipo de identificação transcultural com nossos sujeitos? (GEERTZ, 1997, p.86).

Para Clifford (2002) a “experiência etnográfica é textualizada”, mas a “escrita” não se confunde como o “texto” na concepção dos antropólogos interpretativos, a escrita aqui é no sentido metafórico, percebendo o texto como “um campo de tensões” onde não existe um significado único e coerente. O texto não é uma totalidade cultural homogênea percebido pelo antropólogo que descreve um sujeito generalizado de numa cultura homogênea como “os balineses”.

Ainda sob o panorama acerca da capacidade do antropólogo representar “o outro”, faz-se necessário pensar a etnografia além da experiência e da interpretação “de uma “outra” realidade circunscrita”, mas pensá-la como “uma negociação construtiva envolvendo pelo

menos dois, e mais, sujeitos conscientes e politicamente significados”. Assim, o trabalho de campo é composto por “eventos de linguagem” perpassados por “uma concreta concepção heteroglota do mundo” que repousa nas “margens entre o eu e o outro” (CLIFFORD, 2002:43-45).

Contudo as autoridades puramente dialógicas não seriam textualizadas, a saída está na capacidade ficcional, de “dramatizar o dar e receber intersubjetivo do trabalho de campo”, com os contrapontos das vozes autorais, e sem esquecer “as contingências específicas do intercambio”, situando os elementos discursivos intersubjetivos e circunstanciais³ no momento em que a fala é registrada.

Certa de que essas afirmações parecerão destoar do texto dissertativo em si, visto que opto por trabalhar com entrevistas pautando-me nas considerações metodológicas de Bourdieu (1930-2002), mas insisto na importância deste debate, pois vislumbro proximidades metodológicas possíveis mesmo que não se façam sentir na leitura deste texto. Elementos como a importância do texto como resultado de variados e demasiados esforços, o peso e responsabilidade do autor do texto e a limitação do próprio texto em relação à realidade que descreve são subjacentes a esta escrita.

As reflexões de Bourdieu (1997) são incorporadas aqui no âmbito da metodologia, visto que postulam a possibilidade de reconhecer e controlar os efeitos da própria pesquisa, fazendo “uso reflexivo” dos conhecimentos adquiridos da ciência social. No sentido de minimizar os problemas práticos e teóricos inevitáveis e os efeitos da relação de entrevista.

No intuito de reduzir ao máximo a violência simbólica expressa nas diferenças de capital cultural/simbólico entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, e na arbitrariedade inevitável da entrevista, mesmo quando pressupõem negociação prévia.

³ Nesse sentido, Clifford (2002,44-49) apresenta várias possibilidades de manifestação das presenças autorais.

Outra possibilidade é entender o curso geral da pesquisa como uma “negociação” em andamento, que “deve ter sua dinâmica explicitada para que o texto não resulte numa pintura estática e homogênea da cultura de um povo” (CRAPANZANO, 1991: 147). Para Crapanzano (1991: 147-153) pesquisa pode ser vista como um “encontro etnográfico” onde o diálogo é perpassado e constituído por vários tipos de negociação, sendo “uma condensação, uma representação simplificada de complexos processos multivocais”, há aqui uma ativa negociação acerca da visão a ser compartilhada. Sob essa ótica, as artesãs e artesãos do arumã são mais do que agentes dessa pesquisa; são colaboradores dessa análise cuja escrita é monográfica⁴, onde aciono os teóricos e conceitos que julguei necessários e consoantes ao que o trabalho de campo vislumbrou.

Antecipo-me na justifica dessa escolha metodológica focada nas entrevistas, baseada no fato de que em campo: as falas, as conversas, as entrevistas e os depoimentos sobre algumas trajetórias de vida; somadas às convivências e observações em campo: expressaram-se como uma tentativa de *contar* ou de *reelaborar* o processo vivenciado por essas *artesãs e artesãos do arumã*.

O que considero como *contar* não se resume as falas e aos depoimentos registrados no gravador partindo dos meus questionamentos nem tão pouco são respostas automáticas às entrevistas. O *contar* refere-se aos depoimentos onde o sujeito objetiva sua trajetória se reposiciona no espaço social ou relê suas escolhas.

Contudo, o registro desses depoimentos pressupõem a instauração do que Bourdieu(1997:700) denomina de “uma escuta ativa e metódica” onde o pesquisador está realmente disposto a ouvir, rompendo com a “ilusão do já visto e ouvido” permite um “mimetismo controlado” onde há espaço para construção de uma comunicação não violenta

⁴ Faço essa redundância de adjetivar a escrita dissertativa de monográfica, como alerta pessoal ao esforço de fugir da escrita “monológica” apesar do “monopólio da escrita”. Por escritas monológicas me remeto ao fato de que o autor/antropólogo ainda detém o *monopólio da escrita/monopólio da definição legítima*, o controle dos dados etnográficos, a capacidade de representar o outro e etc. mesmo nas produções coletivas/colaborativas o antropólogo ainda aparece como o “editor/coordenador” da publicação.

com intercâmbios linguísticos e simbólicos. E que somados ao domínio teórico e prático das condições sociais das quais os sujeitos da pesquisa são, em certa medida, produtos e pondo em perspectiva com as respostas dadas por eles, nos possibilitam uma *compreensão* (BOURDIEU, 1997:700).

Bourdieu (1997:10) assevera sobre a possibilidade de o pesquisador poder criar as condições pra emergir o *discurso extraordinário*, onde o sujeito da pesquisa aproveita pra formular explicações, justificações, confissões e reflexões acerca de sua vida, sua trajetória, suas escolhas, ou seja, onde pode emergir sua visão de mundo.

E esse “contar” dos acontecimentos antes de constituir em depoimentos para esta pesquisa, antes de ser uma fala ao meu gravador, era um reelaborar do passado para os próprios artesãos e seus filhos, sempre presentes no momento das entrevistas, seja no espaço físico da Associação de Artesãos de Novo Airão (chamado de *a central* ou a *sede*), ou no interior das unidades de residências das artesãs.

Para realmente ler esse discurso que “conta” sobre relações, processos, conflitos e ao mesmo tempo reelabora o passado, descreve o presente já prevendo ações no futuro: o pesquisador precisa se submeter ao dado. No esforço de construí-lo a partir “do domínio da lógica social segundo a qual esse dado foi construído” (BOURDIEU,1997:705). Isto implica num cuidado e num respeito ao sujeito da pesquisa, implica em *obrigações de fidelidade*, pois na “transcrição” do discurso verbal para a escrita existem inumeráveis perdas: as demoras, as repetições, os olhares, suspiros são desfeitos.

Na “transcrição” dos discursos verbais dos artesãos, para a escrita e da escrita para a seleção dos trechos que estão aqui citados: não só existem inumeráveis perdas, mas como a própria dinâmica de cada entrevista é eclipsada no texto. As entrevistas, quando realizadas na sede da AANA, assumiam uma dinâmica específica visto que seu caráter privado se perdia. E

um ou mais sócios se aproximavam para ouvir e até mesmo opinar e discordar da fala que no momento em que era registrada.

As negociações que ocorriam anteriormente às entrevistas se dissipavam ou eram redirecionadas no momento da entrevista. A fala das crianças brincando na sede, os comentários sobre o cotidiano, o som da faca raspando a superfície do arumã, as interrupções, as repentinas mudanças de assunto, passando pela “novela”, pelo “chifre” ou pelo “porre” e pela “vizinha” e retornando mais subitamente ainda com um “o que foi mesmo que você me perguntou?”. São elementos que dão o tom das entrevistas, mas que desaparecem na transcrição sendo necessário emergir na descrição.

É somente através do trabalho da escrita que o analista pode tornar “aceitável sua intervenção mais inevitável”, pois a escrita “que é indispensável para conciliar objetivos duplamente contraditórios: fornecer todos os elementos necessários à análise objetiva da posição da pessoa interrogada e à compreensão de suas tomadas de posição” (Bourdieu, 1997:10).

Em suma, o esforço da escrita expressa não só responsabilidade social do pesquisador, mas justifica e faz necessária, a intervenção sem ilusões de neutralidade, para reescrever esses discursos que não foram “falados como livros” e que precisam, através do esforço da escrita do pesquisador, ser “protegidos”. Como também restitui ao sujeito da pesquisa “sua razão de ser e sua necessidade” localizando no espaço social, o lugar onde sua visão de mundo se torna evidente.

Nesse sentido, essa dissertação pode ser percebida com sendo a compilação de trechos e de várias versões de uma trajetória coletiva. São depoimentos referidos ao passado, falas que contam como “*todo o processo se deu*”, falas que quando consideradas legítimas instituem status aos sujeitos diretamente citados e características às situações narradas, lembradas e reelaboradas.

A compreensão do momento da entrevista e a utilização dos depoimentos para fins dessa pesquisa podem ser consideradas como que análogas à “narrativa mítica”, posto que instauram entres diferentes agentes uma “inteligibilidade” por meio de “uma linguagem em função da qual se expressam as pretensões a direitos e a status, mas é uma linguagem de argumentação, e não um coro de harmonia” (LEACH, 1995: 319).

As conceituações acerca do fenômeno ritual elaboradas por Edmund Leach são aqui, extraídas da obra *Sistemas Políticos da Alta Birmânia* (1995) que se caracteriza por certo esforço de distanciamento e crítica à antropologia social britânica produzida na época. Nesse estudo, o autor apresenta uma realidade social bastante diversificada, dinâmica e complexa, “repleta de inconstâncias”; introduz a variável temporal para caracterização de grupos sociais, baseando-se em fontes documentais. A utilização dessa linguagem, apesar de diferentes sistemas sociais⁵ conviverem e da ambiguidade presente em algumas categorias nativas, há entre ambos uma inteligibilidade que tem sua expressão máxima na prática ritual⁶.

Pelo fato de considerar o momento da entrevista como análogo a uma prática ritual, argumento acerca da “função social” da mesma; nesse sentido para Bourdieu (1996), o rito institui um estado diferente à pessoa consagrada, instaura e institui “destinos sociais”, “o rito consagra a diferença, ele a institui” (BOURDIEU, 1996:98).

Assim, os depoimentos registrados nas entrevistas realizadas na sede da AANA diante de outros artesãos instituíam um “destino social” para os agentes que tem seus posicionamentos e escolhas rememorados. Ao mesmo tempo em que o ato de falar “consagra um estado diferente” para o artesão que tinha sua fala registrada e legitimada pelos demais ouvintes.

⁵ Os Chans, Kachins (gumsa, gumlao), e outros povos que se avizinham à Região das Colinas de Kachin entendidos e caracterizados enquanto “*pequenas totalidades idealmente*”.

⁶ De forma pormenorizada, o mito é definido por Leach (1995:76) como a “contrapartida do ritual, ritual implica mito, ambos são uma só e a mesma coisa”, não os conceitua separadamente, pois ambos são afirmações simbólicas sobre a ordem social, a diferença é que o mito é uma afirmação “em palavras” e o rito uma afirmação “com ação”. Contudo ambos, rito e mito, servem para expressar status social dos indivíduos, enquanto pessoa social no sistema em que ela se encontra.

Outro elemento imprescindível para compreender por que o rito institui uma “essência social” ou um “destino social”, refere-se à “eficácia simbólica dos ritos de instituição, ou seja, o poder que lhes é próprio de agir sobre o real ao agir sobre a representação do real” (BOURDIEU, 1996:99).

Estando a minha pesquisa circunscrita mais especificamente as entrevistas, o que tento assemelhar à “narrativa mítica” de Leach (1995), ou mesmo adjetivar de ação ritual refere-se ao posicionamento que o agente social assume quando lhe é dada à possibilidade de fala. É momento onde o sujeito que *conta* pode mobilizar e reelaborar, de acordo com seus interesses o que aconteceu e qual foi seu posicionamento.

Para Leach (1995) a ação ritual permite que a “ordem” social idealizada seja afirmada, tornando explícita a “estrutura social” e seus sistemas de relações “corretos” socialmente aprovadas entre indivíduos e grupos. Contudo é também na ação ritual que o indivíduo manipula “os esquemas de valores que *supostamente* orientam sua vida” de acordo com seus interesses na execução de um rito ou no ato de contar um mito, visto que *quem* conta e *para quem* se conta é um fator imprescindível na manipulação dessa linguagem de pretensão a *status*, visto que pode incorrer em inúmeras variações⁷.

Em suma, para Leach (1995) a ação ritual são afirmações simbólicas sobre a ordem social idealizada, que é atualizada pelos indivíduos que a manipulam, pois “os eventos só vêm a estruturar-se na medida em que os dotamos de ordem mediante a imposição de categorias verbais” (LEACH. 1995: 55), perante uma realidade (prática social) ambígua e confusa.

⁷ Por exemplo: na caracterização do que pode ser definido como “prática” ou como “povo Kachin”, ou como o “tipo de relações autorizadas” que estabelecem entre os sistemas sociais diferentes. As inconstâncias e variações aparecem visto que os indivíduos pertencem a sistemas sociais diferentes (Chans, Kachins gumsa e Kachins gumlao) e aos três simultaneamente, já que no momento ritual acionam a pertença que mais corresponde ao seu interesse. Além dos indivíduos têm ideias contraditórias e incongruentes sobre esses sistemas sociais. A manipulação dos interesses específicos acaba instaurando grande mobilidade aos indivíduos e mudanças estruturais, posta que a estrutura explicitada no ritual é atualizada, o que seria quase inevitável devido à vida social caótica estabelecida entre os Chans, Kachins gumsa e Kachins gumlao e seus vizinhos. Essa mobilidade é possível devido à inteligibilidade mutua da linguagem ritual; pois as pessoas podem falar línguas diferentes, usar tipos de roupas diferentes, morarem em tipos de casas diferentes, mas compreendem o ritual uma da outra; “os atos rituais são modos de “dizer coisas” sobre o *status social*, e a *língua* em que essas coisas são ditas é comum à totalidade da Região das Colinas de Kachin” (LEACH, 1995:321).

Sendo a função do ritual tornar explícito aquilo que de outro modo é ficção. Nessa perspectiva, o autor evidencia o papel central que o indivíduo enquanto sujeito da ação, ação esta ritual, de mudança e de manipulação individual nas práticas rituais; explicitando novamente o seu distanciamento da tida antropologia estrutural-funcionalista britânica.

Considero assim, as entrevistas analogamente com potencialidade ritual⁸ de instituir destinos sociais, características novas, instituir a diferença em si (Bourdieu, 1996) e de ser o momento onde o artesão que fala pode alterar os acontecimentos de acordo com o contexto e os seus interesses e com os interesses coletivos, ou de acordo com as pessoas presentes no momento da entrevista. Potencialidade ritual, no sentido de que “o porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu” a possibilidade de *fala* e consagrou sua *fala* como autorizada (BOURDIEU, 1996:89).

Constituem o material dessa dissertação descrições etnográficas e análises de depoimentos que se reportam ao passado, que revivem toda a trajetória de um grupo de pessoas e de suas famílias. São recordações e reelaborações de eventos, acontecimentos e conflitos *arrematados*⁹ pelo fio do parentesco e da afetividade. E que produziram, em consequência da implementação de uma lógica organizativa externa, estratégias políticas específicas.

Analisar a trajetória desse grupo específico de artesãos antes de ser um estudo de caso, é a descrição de processos e relações que tornaram possível o encontro de trajetórias

⁸ Tais argumentações acerca da aproximação que faço sobre a possível potencialidade ritual da entrevista, se relacionam diretamente com conceito de trajetória que será detalhado no início do segundo capítulo.

⁹ “Arrematados” é usado aqui similarmente ao uso que fiz de da palavra “tramam”, onde conjugo a significância da palavra com a apropriação que ela tem na prática no momento de produzir o artesanato, onde “*arrematar*” refere-se ao exercício de “*costurar*” as talas que já estão tramadas com o objetivo de que fiquem firme ao mesmo tempo em que se cria uma “*borda*” para a peça já tecida. E a metáfora do fio do parentesco também refere-se a prática de tecer, pois o arremate é feito com fio de cipó ambé e que por ser diferente do arumã, em resistência, dá o aspecto de “*borda*” para o artesanato.

individuais que tinham em comum, articulação do trabalho na agricultura, pesca e a extração do arumã e o seu uso na produção de utensílios domésticos: cestos, peneiras, tipitis, paneiros e tupés. Essas trajetórias individuais transmutam-se em trajetória coletiva de um grupo que produz artesanato de arumã e que passa a se autodefinir como *artesãos* ao longo dos processos e relações que aqui descreveremos. É pela trajetória social desse grupo de artesãos e suas famílias que me aproximo da problemática sobre política ambiental e suas consequências para os autodenominados povos e comunidades tradicionais.

O uso comum dos recursos naturais (arumanzais) para a confecção de artesanato é uma atividade produtiva exercida pelo trabalho familiar, que nos remetem às “populações tradicionais”, categoria que denomina “sujeitos sociais com existência coletiva que por meio de critérios político-organizativo se estruturam em movimentos sociais, para reivindicar por uma pauta específica de luta” (ALMEIDA, 2006:32-33).

O diferencial aqui, em relação à problemática envolvendo povos e comunidades tradicionais e as consequências das políticas ambientais, é que a autodefinição das *artesãs e artesãos do arumã* ocorre depois do encontro dos mesmos sob a institucionalização em uma associação, a AANA- Associação de Artesãos de Novo Airão, criada com a mediação da ONG Fundação Vitória Amazônica¹⁰.

Essa mediação se deu na tentativa de implementação de uma lógica organizativa pautada no modelo associativo formal e burocratizado, e teve como consequências a reorganização desses artesãos que passaram a acionar suas redes de parentesco, por meio do trabalho familiar, como estratégia de mobilização, fortalecimento e resignificação da sua própria unidade representativa já criada: a AANA.

Posto isso, apresentarei quem são as *artesãs e os artesãos do arumã* que têm suas falas e memórias articuladas a essa análise antropológica, e o seu cotidiano levemente descrito.

¹⁰ Organização não governamental sediada em Manaus que executa projetos direcionados à conservação ambiental e à promoção social, que atua na área da bacia do Rio Negro (FOLHETO FVA, s/d).

Essa apresentação é feita na medida em que detalho as idas à campo, o *survey* e o trabalho de campo realizado para essa dissertação.

O esforço aqui é primeiramente descrever o processo de obtenção dos dados, as condições onde as informações foram obtidas, no intuito de mostrar quais os elementos que subsidiam essa análise e ir paulatinamente apresentando quem são os sujeitos que têm seus depoimentos aqui acionados. A discussão, aqui neste primeiro tópico, segue um pouco o estilo da introdução, pois ainda faço mais algumas reflexões sobre as entrevistas e o uso que farei dos depoimentos registrados.

As informações e dados coligidos para esta pesquisa são o resultado do trabalho de campo que pode ser resumido da seguinte forma: o primeiro contato com os artesãos da AANA e as primeiras conversas entre o dia 1º e 05 de agosto de 2007. Retorno ao município de Novo Airão e reaproximação com a AANA e seus artesãos entre 1º e 7 de maio de 2008 e tentativa de negociação para realizar trabalho de campo entre os dias 23 e 30 de maio do mesmo ano. Trabalho de campo este que foi adiado e realizado ao longo do mês de outubro de 2008 visando a conclusão de minha monografia e iniciando a escrita do projeto de mestrado a ser submetido ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Já como mestranda do PPGAS-UFAM, ao longo dos meses de março e abril de 2010 realizei o trabalho de campo já objetivando os fins desta pesquisa. E por fim, ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2012 pude conviver novamente com as artesãs e artesãos do arumã quase que diariamente.

O primeiro contato com a AANA, que ocorreu em 2007. Ao longo desse processo iniciado no âmbito da graduação¹¹, foi se constituindo uma “rede” de colaboradores a cada nova ida à Novo Airão. O que poderíamos chamar de “critério de seleção dos entrevistados” inevitavelmente se misturaram à dinâmica de interesses de pesquisa e contatos estabelecidos

¹¹ Graduação em Ciências Sociais realizada na Universidade Federal do Amazonas – UFAM entre os anos de 2005-2009.

anteriormente à reflexão aqui empreendida, o que implicou numa dificuldade inicial de organizar e sistematizar o que seriam os primeiros dados de campo. Como foram outros os interesses de pesquisa que me levaram até a AANA, a ideia da construção de uma “rede” se justifica, visto que vou situando e apresentando os sujeitos, e anunciando minimamente os contextos de algumas falas.

Percebe-se aqui a primeira contradição, já que início o texto pontuando minha aproximação metodológica com as arguições de Pierre Bourdieu; como pode ser válido que o critério de escolha dos entrevistados tenha se misturado com a dinâmica de interesses meus e dos sujeitos da pesquisa? Aproveito aparente contradição para chamar outros autores que também subsidiam esta produção textual. E para pontuar o limite da minha aproximação com as proposições metodológicas de Bourdieu.

Limite este que erige no momento em que vislumbro a possibilidade de acabar por fixar o sujeito social em espaços sociais específicos, com seu *habitus* e seus capitais (cultural, social, político e simbólico), já que a mobilidade deste sujeito em seu esquema explicativo de “estruturas estruturadas estruturantes” é um tanto complicada. O que me fascina neste debate teórico é justamente a possibilidade de agência do sujeito diante ou em presença à estrutura–estruturada–estruturante, ou nas próprias palavras do autor “estruturalismo construtivista” ou “construtivismo estruturalista”¹².

Esta agência do indivíduo vai rompendo e redefinindo discretamente a estrutura–estruturada–estruturante, fazendo com que a mudança social ainda seja possível, tanto teórica

¹² Trecho extraído da Conferência pronunciada na Universidade de San Diego, em março de 1986 publicado sob forma de capítulo intitulado: Espaço social e poder simbólico, no livro *Coisas Ditas* (1990). “(...) Se eu tivesse que caracterizar meu trabalho em duas palavras, ou seja, como se faz, muito hoje em dia, se eu tivesse que lhe aplicar um rótulo, eu falaria de *constructivist structuralism* ou *structuralism constructivist* (...). Por estruturalismo ou estruturalista quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito e etc. – estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social de esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais” (BOURDIEU, 1990:153).

como empiricamente. Se não a mudança, pelo menos a ascensão ou ruptura com certos campos de força do mundo social. E que a meu a ver na trajetória coletiva dessas famílias de artesãos são agências afetivas.

Antes de acrescentar outros autores às orientações metodológicas, um esclarecimento sobre o porquê da mistura dos interesses. Bourdieu (1999), já adverte que o pesquisador corre o risco de substituir o conhecimento científico pelas suas pré-noções ou pelas pré-noções dos sujeitos da pesquisa, corre ainda o risco de confundir os fins científicos da pesquisa com seus fins sociais, já que este possui tanto interesses científicos quanto interesses pessoais e simbólicos. Assim, considero por meio do esforço de objetivação da pesquisa não incorrer nessas confusões.

É no âmbito do esforço de objetivação que a relação de pesquisa é percebida como “uma relação social que exerce efeitos sobre os resultados obtidos” (BOURDIEU, 1997:694), ou seja, as estruturas objetivas do mundo social exercem efeitos não somente sobre as interações observadas pelo pesquisador, como também na sua própria interação com os agentes sociais envolvidos na pesquisa, principalmente no momento da entrevista, visto que a violência simbólica perpassa, em certa medida, todo o processo arbitrário da entrevista e da pesquisa como um todo.

Quando me refiro à dinâmica dos interesses, torno válidos os interesses dos artesãos que ao longo da relação de pesquisa estabelecida foram redirecionando e redefinido o processo de elaboração dessa dissertação, fazendo parte dessa metodologia à dinâmica do mundo social como vivenciado pelos artesãos. O que não é o mesmo que “confundir os interesses” aos quais Bourdieu (1999) se refere.

O redirecionar implicou na mudança de orientação e no projeto de pesquisa como um todo. Num primeiro momento, meu interesse de pesquisa com relação aos artesãos da AANA visava vislumbrar a configuração das relações de gênero no âmbito das atividades da pesca,

roça e da produção do artesanato, no intuito de vislumbrar formas específicas de organizações do trabalho, transcendendo a ainda pressuposta “divisão sexual” do trabalho.

Contudo, o peso das relações familiares em pautar as dinâmicas de trabalho somado à preocupação dos artesãos com problemas cotidianos em decorrência das proibições e fiscalizações do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMbio me voltaram para as políticas ambientais e suas consequências relacionadas à implementação de unidades de conservação.

O redirecionar do meu interesse de pesquisa pode ser lido como uma adequação mais do que necessária para que a pesquisa possa, além de seus frutos e consequências para o pesquisador, fazer sentido para aqueles que participam do processo de sua elaboração. Mesmo os artesãos não se apropriando do texto final na lógica acadêmica sob a qual foi pensado e produzido, logram benefícios com a troca de conhecimentos e experiências, além dos incontáveis e inevitáveis e agradáveis benefícios simbólicos, afetivos e materiais¹³ (compra e divulgação do artesanato de arumã) com a relação estabelecida.

O segundo momento onde identifico a agência dos interesses dos artesãos e artesãs do arumã refere-se aos diversos posicionamentos que observei no momento das entrevistas e como as artesãs acionavam uma “rede” legítima composta por outros artesãos da associação. E como essa rede se impôs a mim, no decorrer do trabalho de campo.

Essa “rede de colaboradores” foi construída primeiramente centrada nas pessoas que conviviam na sede da AANA. E entre esses artesãos, as pessoas acionadas por eles próprios como “legítimas” para falarem sobre questões específicas, ou acionadas para contarem “como se deu todo o processo”. São os interesses nas escolhas de quem é o legítimo para a fala e na

¹³ Esclareço que os benefícios materiais emergem por insistência minha em “comprar” artesanato, ao invés de “aceitar”. Não houve em nenhum momento uma negociação monetária que mediasse à relação de pesquisa, e sim uma preocupação pessoal em não “explorá-los”, pois vivenciava o cotidiano difícil da produção do artesanato de arumã.

forma de agir das artesãs imbuídas de tal responsabilidade, que se expressa agência dos sujeitos.

Constituindo-se como um elemento da nossa metodologia. O meu descontrole inicial sobre quem eu queria/iria entrevistar foi incorporado à dinâmica do trabalho, porque caso eu forçasse uma aproximação ou mesmo uma conversa com outra artesã, que não a instituída para falar, nada acontecia.

A mudança de assunto tornava-se constante nesses diálogos não autorizados, a artesã com quem eu tentava uma conversa ficava o tempo todo se referindo à pessoa de quem eu deveria perguntar sobre determinada questão. Quando percebi que isso era recorrente, resolvi que num primeiro momento, iria seguir as orientações: “de com quem falar sobre o que” de acordo com os próprios artesãos. Percebi que essas orientações constituíam uma espécie de “rede de informantes” que os próprios artesãos acionavam para resolver seus problemas, para descobrir as coisas, para relembrar acontecimentos. E essa “rede” era a que me daria as informações necessárias para “contar a história deles”.

Posteriormente quando transcendo à “rede” para complementar ou acrescentar outras percepções sobre as questões e situações já relatadas, mesmo assim a ação e o posicionamento dos artesãos emergem controlando, ou ao menos, “querendo saber” o que me é informado. E na maioria das vezes, essa “segunda conversa” ou esses diálogos não autorizados eram pelas próprias artesãs e artesãos deslegitimados, e às vezes seguidos da afirmação “mas tu não já perguntou isso?” Ou quando chegava alguém próximo para ouvir, a própria artesã que está falando menospreza sua fala na tentativa de que o outro vá embora ou que desconsidere a nova opinião que ela está emitindo.

E ainda ocorria uma terceira situação, quando essas “segundas conversas” eram apropriadas pelas artesãs como sendo o momento de contar o que “realmente aconteceu” e caso a pessoa que emitiu a fala legítima chegasse, iniciava-se um debate acionando

hierarquias das mais diversas (quem era o mais antigo na associação, que trabalhava mais, quem estava mais presente, quem tinha mais testemunhas para corroborar com o que dizia...) no sentido da briga pela definição legítima da coisa, ou no caso em questão: briga pela descrição legítima do ocorrido.

As agências dos artesãos e artesãs do arumã em relação à pesquisa em si me fizeram repensar e reelaborar meus objetivos e o posicionamento/negociação que perpassou o momento das entrevistas pode enunciar as artesãs e os artesãos do arumã como indivíduos que são “empreendedores sociais” (BOISSEVAIN, 1987).

O argumento de Boissevain (1987: 197) “centra-se na maneira pela qual as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas, no modo através do qual indivíduos – visto como empreendedores sociais – procuram manipulá-las para atingir metas e resolver problemas”. Assim, os artesãos em situações de conflito ou problemas acionariam uma “rede” de amigos e/ou parceiros e/ou familiares de acordo com seus interesses próprios.

Destaco que segundo o autor “o assunto é familiar” e a rede é a rede social de amigos, parentes e colegas de trabalho e são permeadas por visitas, barganhas, fofocas e manipulações que ocorrem entre eles, mas no caso da AANA os interesses próprios dos artesãos mesmo quando conflitivos, não devem sobrepor ao interesse coletivo da AANA.

Relutei em me utilizar dessa noção dos indivíduos como “empreendedores sociais” (BOISSEVAIN, 1987) devido ao “ar manipulatório” que me parece envolver os posicionamentos tomados, contudo isso se expressa comumente na maneira como as pessoas que conversei no município em diferentes períodos e em diversas situações, representam a forma de se estabelecer qualquer tipo de relação.

No período do campo, observei que antes mesmo de se procurar os caminhos ditos formais, burocráticos ou institucionais as pessoas querem saber “quem tu és”, “com quem

você está”, “quem você conhece”, “quem te falou sobre” para em seguida saber qual “rede” ou quem da “rede” pode ser acionado.

A forma e a eficácia dessa rede tanto no âmbito dessa pesquisa específica com os artesãos, mas também no âmbito de solucionar os problemas do cotidiano diversos no município de Novo Airão, se relaciona ou caracteriza uma representação local sobre a política e as relações políticas em si. Com se diz com frequência em Novo Airão: “aqui ou você é A ou você é B” e para cada lado escolhido tem a sua “rede” específica.

Antes de me reportar propriamente aos artesãos e artesãs do arumã, faço a ressalva de que ao longo do todo o texto dissertativo pode-se identificar certa dificuldade minha de definição no que se refere a denominar os artesanatos de arumã como artesanato, por vezes de artefatos, objetos, peças ou utensílios domésticos. Quando não houver uma distinção clara do que chamo de artefato (objetos, peças ou utensílios domésticos) e o que chamo de artesanato, centrado no uso dado. Entenda-se que estou a falar da mesma coisa: os artesanatos de arumã.

O mesmo ocorre quando me refiro aos artesãos e artesãs que aqui têm suas falas e depoimentos mencionados. O que se articula com a minha proposta de análise; por vezes serão “os artesãos”, ou “artesãos e artesãs do arumã”, ou “os sócios”, ou mesmo “as famílias”. A liberdade ao me referir a eles é proposital no sentido de tornar menos pesada e cansativa a leitura deste material. Com exceção do momento onde distingo sócio/artesão, sócio/artesão/família e sócio/artesão/família/casa e onde me utilizo dos dados de campo para compor essas definições mais específicas de como se constrói o sentimento de pertença à AANA, que ocorrerá no segundo capítulo.

Os trechos citados ao longo do texto foram extraídos das entrevistas; ou são expressões ou falas repetidas entre os diálogos informais. E as situações descritas por mim são resultado da observação realizada na sede da AANA ao longo das idas a campo, enquanto os sócios teciam *tupés*, preparavam as matérias-primas, limpavam o *terreno*, ou enquanto

esperavam “a chuva passar” ou “o sol baixar” para voltar para suas casas. No decorrer do trabalho de campo, o fato de uma das sócias da AANA ter me ensinado a *tecer um tupé* me aproximou de vários sócios e se constituiu num esforço para “controlar os efeitos da violência simbólica” e “minimizar as dissimetrias” inerentes à própria relação de entrevista (BOURDIEU, 1997:695).

O *tupé* que teci tornou-se uma justificativa pra uma relação menos hierarquizada e formal permeada por “piadas” e “brincadeiras” permitindo-me observar uma certa convivência afável e sem tensão entre os sócios, pois o fato de eu estar *tecendo* suavizava a ideia de que eu era “a pesquisadora”. E tinha, por vezes, o efeito contrário visto que em volta do *tupé* que teci, enquanto algum sócio ajeitava *as minhas talas*, enquanto as filhas das artesãs se divertiam contanto “*as talas que eu amassava errado*” e aos risos me corrigiam; ou quando algum artesão largava o seu *tupé* e com pena dos meus sucessivos erros “*continuava o meu teçume*” eu é que era entrevistada.

Encerro essa primeira parte, reforçando que aqui se *tramam* diferentes “fases de pesquisa” e diferentes “interesses de pesquisa” e diferentes posicionamentos dos artesãos e artesãs do arumã e no decorrer das negociações e do trabalho de campo que acabaram resultando numa relação que foi além da “relação de pesquisa¹⁴”. Não virei “nativa” ou qualquer dedução similar, mas ao longo desses anos, fui percebida de várias maneiras: “*a pesquisadora da UFAM*”, a “*nossa amiga*”, depois “*pesquisadora da UFAM*” novamente, “*amiga*”, posteriormente “*professora da UEA*” e por fim voltarei em maio de 2012, como “*amiga e madrinha de casamento!*” para cerimônia coletiva onde os artesãos: Erivaldo e Josi, Eliana, Eliete e seus respectivos companheiros: Daniel e Marcus irão oficializar suas uniões perante o juiz; e posteriormente haverá na sede da AANA a cerimônia religiosa na presença do padre, seguida da festa de casamento.

¹⁴ Início o primeiro capítulo detalhando como essa relação de pesquisa foi construída, evidenciando as idas a campo e as entrevistas que realizei.

O meu destaque para este lado pouco “acadêmico” é proposital, quero preparar o leitor para a ambiguidade que perpassará as relações sociais que serão descritas; ambiguidade esta que é a riqueza e a estratégia dos artesãos e artesãs do arumã. Por ambiguidade caracterizo a polarização entre ações e representações imbuídas de afetividade e ações e representações justificadas na crença da eficácia da racionalização/burocratização inspirada no uso metodológico das tipologias ideais de Max Weber (1999) que se expressam no âmbito teórico da leitura que faço dos dados de campo, como no âmbito prático na maneira como a minha relação de pesquisa foi sendo transformada.

No primeiro capítulo, detalho sinteticamente como foram as idas a campo, as primeiras entrevistas e exponho como a rede de informantes se constituí. E após apresentar quem são os artesãos e artesãs do arumã, tento expor com base em Almeida (2008) qual é o campo político e teórico que engendra definições de Amazônia e intervenções por meio de programas e projetos políticos que se fazem ecoar neste trabalho em decorrências das políticas ambientais implementadas no município de Novo Airão. O objetivo neste primeiro capítulo é constituir o contexto teórico e político que torna possível o surgimento da AANA e a mediação da FVA.

Feito isso, no segundo capítulo vamos nos aproximar dos depoimentos e falas das artesãs e artesãos do arumã identificando no *contar* deste processo de criação e quase 16 anos de existência como foi sendo construído esse o “sentimento de pertencimento ao mesmo grupo”, no caso uma pertença familiar a Associação de Artesãos de Novo Airão e uma autodefinição do que é ser artesão. Descrever como o artesanato é produzido, quais as negociações que mediam esta produção, como o artesanato é ensinado; perceber as concepções de *casa* e *família* torna inteligível o modo específico como os artesãos se organizam familiar e politicamente para garantir a produção e venda dos seus artesanatos.

E que está diretamente ligado ao que abordaremos no terceiro capítulo, no decorrer dessa trajetória coletiva as transformações que ocorreram no processo produtivo do artesanato de arumã são aqui percebidas como os marcadores da diferença entre o modo de viver e produzir dos artesãos e o projeto associativo que foi implementado. O afastamento do mediador, a FVA; intensificação das fiscalizações e proibições dos órgãos ambientais em relação ao acesso às áreas de arumanzais e o conseqüente endividamento da AANA. Fazendo emergir fortemente, em decorrência dos efeitos dessas políticas ambientais, que atingem o modo de vida tradicional desses artesãos, uma maneira específica de negociar politicamente misturando relações pessoais e institucionais, elementos burocráticos e familiares.

CAPÍTULO 1: Aproximando-se da Amazônia: contexto, conflitos e agentes sociais

1.1. *E assim foi a nossa vida*¹⁵: apresentando as artesãs e os artesãos do arumã

Ao longo deste texto dissertativo irei me apropriar dos depoimentos e falas das artesãs e artesãos do arumã, o que justifica a existência deste tópico no corpo do primeiro capítulo, apesar de tais informações se assemelharem ao que deveria compor a introdução. Contudo, devido à extensão as recoloco aqui sintetizando os primeiros contatos e as primeiras entrevistas. Neste sentido, o esforço de explicitar minimamente o contexto e momento onde tais depoimentos foram extraídos.

Como anunciado anteriormente, meu interesse e relação de pesquisa com os artesãos e artesãs do arumã é anterior a esta pesquisa de mestrado, fazendo-se necessário antes de apresentá-los me reportar aos meus interesses de pesquisa iniciais e ao momento da minha trajetória acadêmica onde os conheci.

O meu interesse pela temática dos estudos de gênero se concretizou ao longo do curso de Ciências Sociais (2005-2009). No segundo semestre letivo do ano de 2006 cursei a disciplina optativa Estudos de Gênero¹⁶, onde tive acesso às bibliografias e contato com diferentes perspectivas teóricas e estudos antropológicos onde as relações de gênero apareciam como foco de análise. O contato com trabalhos relacionados à antropologia rural¹⁷ contribuíram para afirmação do desejo de pensar as relações de gênero e o dito “mundo rural amazônico”.

¹⁵ Frase recorrentemente utilizada pela artesã Dona Zica para concluir pensamentos e afirmações, para iniciar a falar sobre um novo tema ou assuntos diferenciados; ou mesmo para da continuidade ou retomar uma fala. Registro realizado no dia 04 de abril de 2010 em sua residência no Igarapé do Faia, localizado entre a Comunidade Sobrado e a Comunidade Aracarí no Rio Negro, município de Novo Airão.

¹⁶ IHS 388: Tópicos Especiais em Antropologia: Estudos de Gênero, ministrada pela Prof^a Bernadette Grossi.

¹⁷ A disciplina de Antropologia Rural (2007/1), ministrada pela Prof^a. Dra. Thereza Cristina Cardozo Meneses.

Posto isso, a questão era onde e como analisar as relações de gênero e a temática rural. Escolhi o município de Novo Airão, onde realizei minha primeira experiência em campo¹⁸, mas que não se relacionava com a AANA. No período apenas tive conhecimento da existência da associação pelo fato de ter visto a “sede”. A ideia de voltar dois anos depois parecia ser bastante interessante.

O interesse pela Associação de Artesãos de Novo Airão - AANA surgiu com a leitura do fascículo: “Mulheres do Arumã do Baixo Rio Negro”, publicado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA. Onde se descreve um pouco sobre o trabalho das artesãs, as formas de apropriação das matérias-primas para a confecção do artesanato de arumã e os consequentes conflitos com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e com o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM.

Motivada pela necessidade de realizar um trabalho de campo que corresponderia à última avaliação da disciplina de Antropologia Rural. Resolvi fazer o trabalho sobre a Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA, em agosto de 2007, partindo do histórico da associação, enfocando as relações de trabalho para a confecção do artesanato, o papel do mesmo na renda familiar; além do desejo de identificar as relações de gênero no sistema produtivo.

Agosto de 2007

O trabalho de *survey* (MALINOWSKI, 1980) realizado entre o dia 1º e 05 de agosto de 2007, iniciou-se com um telefonema para AANA, no dia 29 de julho. Ao falar com Edinir, responsável pela loja da associação na época, digo do meu interesse em fazer um trabalho sobre a associação e que, para tanto, gostaria de conversar com alguns sócios sobre a AANA. Com a “permissão” da Edinir e sua futura colaboração garantida, saio da

¹⁸ Atividade final da disciplina Antropologia I (2005/1) e ocorreu entre os dias 09 a 11 de setembro de 2005, no município de Novo Airão.

rodoviária de Manaus, no dia 1º de agosto de 2007, com alerta de certamente não encontrar o presidente da associação para uma entrevista, mas na esperança de conversar com vários sócios.

No dia seguinte, antes mesmo de conseguir falar com a Edinir, pois quando cheguei à cidade a loja da associação já havia fechado. Sou apresentada ao presidente da AANA, Antônio Clemente, pelo “Seu” Raimundo, dono do restaurante Carioca, que já sabia do motivo da minha vinda a Novo Airão.

Antônio Clemente, na época o presidente da associação, nasceu em Santa Izabel do Rio Negro e veio para Novo Airão no início da década de 80, como os pais Dona Percília e “Seu” Valdivino e as irmãs: Sônia, Alberta, Ednéia e Ivete. Durante nossa conversa, Antônio me apresenta uma espécie de esqueleto¹⁹ geral da Associação de Artesãos de Novo Airão - AANA: sua fundação, o perfil dos sócios, a confecção do artesanato de arumã, a extração das matérias-primas e projetos e parcerias da associação com organizações não governamentais.

Nesse primeiro contato, Antônio justifica que *“a associação só não está melhor porque os velhos são cabeça dura e só querem trabalhar o suficiente para receber um cheque no final do mês²⁰”*. Enunciando conflitos que perpassam o cotidiano dos sócios na vivência do que é ser uma associação e que me pareceram ser possíveis conflitos geracionais. Em seguida, Antônio me leva para conhecer a sede da AANA, a “Central de Artesanato Dias Figueira” localizada na Avenida Ajuricaba, nº 55, no centro da cidade de Novo Airão.

Na manhã do dia 03 de agosto de 2007, na sede da AANA, conheço Edinir, que me fala sobre a diretoria da AANA. Enfatizando e comparando a função desenvolvida pela tesoureira (Sônia, irmã de Antônio) em relação ao papel do presidente; *“as dificuldades”* de trabalhar com o arumã; a participação dos sócios nas atividades da associação: reuniões,

¹⁹ Segundo Malinowski (1980 : 54-55), com base no esqueleto “não podemos imaginar as realidades da vida humana, o fluir constante dos eventos cotidianos (...) ou algum acontecimento singular”, falta-nos ainda o “o corpo e sangue da vida real”.

²⁰ Todos os grifos em itálico e entre aspas referem-se às falas das respectivas pessoas citadas no corpo do texto.

assembleias, limpeza do terreno e da sede da AANA; e sobre a disponibilidade dos sócios para viajar as feiras e eventos. E por fim, destaca “o *trabalho dos sócios com casa de farinha, roça e pesca*”.

Edinir conta que “*saiu do Pará em 2000*” e foi para Novo Airão, onde primeiramente morou na Comunidade Sobrado, onde ela e o marido “*viviam da agricultura*”, mudou-se para cidade em 2005 com o marido e filhos porque “*os meninos precisavam ir para escola*”. Antes de associar-se à AANA, em janeiro de 2007, ela “*trabalhava no colégio*” como funcionária da prefeitura de Novo Airão.

Depois de associar-se a AANA, Edinir ficou responsável pela loja: parte da sede destinada a exposição dos artesanatos e vendas. Assim, ela me explica que “*nunca tinha trabalhado com artesanato, mas que já estava apreendendo a mexer com madeira*”. Fato que já evidencia que mesmo sendo à AANA uma associação de artesãos o rigor da regra de quem pode vir a ser sócio não é tão forte apesar da existência e pretensa vigência do estatuto da associação.

Durante a conversa com Edinir, sou apresentada ao Carlos Alberto que de acordo com ela por ser “*filho dos artesãos Carlito e Maria Derli, já nasceu tecendo*”. Carlos Alberto tem 28 anos e nasceu em Novo Airão e aprendeu “*a tecer quando era criança*” e trabalhou “*durante uns 10 anos com artesanato*”. Depois trabalhou num hotel de selva, primeiro na fase da construção como pedreiro e em seguida como auxiliar de cozinha, mas quando está desempregado “*ajuda a tecer em casa*”. A noção de “ajuda” relacionada ao tecer em casa, feito por homens, irá emergir mais fortemente quando eu comparar as consequências da espacialização do processo produtivo do artesanato na sede da AANA.

Em nossa conversa, Carlos Alberto descreve sobre as condições de emprego em Novo Airão e explica que na sua casa “*todos ajudam a tecer porque é muito difícil conseguir emprego de carteira assinada*”. E lembra o papel IBAMA que por “*proibir tudo acaba*

dificultando a vida das pessoas”, mas que ironicamente o que resta como opção de emprego “é ir para a estrada trabalhar nas serralherias no mato, tirando madeira e carregando prancha no meio da noite”.

Carlos Alberto reitera sobre o perigo envolvido nesta atividade, onde ocorrem muitos acidentes por ser realizada no meio da noite, e que de vez em quando são seguidas de denúncias aos órgãos ambientais. O medo é muito mais dos “acidentes” do que das denúncias, visto que segundo ele *“até o IBAMA chegar o povo já sumiu todo no mato!”* A minha proposta de apresentar e minimamente enfatizar a questão da *“dificuldade de emprego em Novo Airão”*, além de ir caracterizando as condições de vida e de relações no município, aponta logo de início para “um” dos prestígios do Prefeito percebido como sendo aquele que pode “dar” um emprego.

Carlos Alberto reside com os pais Maria Derlí e Carlito e as irmãs Eliane e Eliene e mais três sobrinhos. Da sua família são sócios da AANA: sua mãe e sua irmã Eliene, além do pai que é coletor da associação. Parto dessa configuração de residência/moradia iniciar uma discussão sobre o que é a “casa” e sua relação com a construção de uma pertença que estende à “sede”, e como isso reflete nas negociações e arranjos para a realização das etapas que compõem o processo produtivo do artesanato de arumã. Ao final deste pré-campo, as entrevistas e conversas realizadas levantaram vários aspectos sobre a organização da associação e sobre a própria dinâmica do município.

Maio de 2008

A volta a Novo Airão, realizada entre o dia 1º a 07 de maio de 2008, objetivava iniciar as observações, conversas e entrevistas a fim de perceber como as relações de gênero se configuravam na Associação de Artesãos de Novo Airão, visto que neste período era esse o meu interesse de pesquisa para minha monografia de conclusão de curso.

No dia 1º de maio de 2008, devido ao feriado do dia do trabalho não encontro com nenhum artesão na sede da AANA e sim com algumas pessoas organizando o espaço do salão da sede para a festa do trabalhador com caixas de som, mesas e cadeiras. Aproveito que a sede está aberta e começo a reparar nas modificações que ocorreram desde minha última visita²¹.

Primeiramente percebo o “Quadro de Avisos” com informes do horário de funcionamento da loja; tabela semanal com os dias de limpeza da sede; datas das reuniões mensais. E por sorte encontro um documento afixado, datado do dia 18 de abril de 2008, convocando para “Assembleia Geral Extraordinária” a ser realizada no dia 03 de maio de 2008, cuja pauta seria: 1-leitura da ata da última assembleia; 2- prestação de contas do ano 2007; 3- entrada e saída de sócios; 4- discussão sobre o estatuto e diretoria; 5- negociação manejo do arumã no rio Unini; 6- o que houver. Este edital de convocação da assembleia estava assinado pelo ainda presidente, Antônio Clemente.

Continuo o meu passeio pela sede da AANA, percebo que a fachada está diferente foi pintada na cor verde musgo; os banheiros têm placas de identificação nas portas distinguindo “loja” e “sócios”; pelas frestas da loja observo uma quantidade maior de artesanatos expostos. Essas pequenas alterações vão compondo uma percepção de que “a AANA está mais organizada”, em oposição ao primeiro contato onde “*as dificuldades e o desanimo dos artesãos*”, na perspectiva do presidente, eram reinantes.

Falo com um dos organizadores da festa do trabalhador para saber se alguém tinha aparecido por ali ou se ele sabia de algo, o mesmo me diz que tem um casal que agora mora na sede, mas que eles não iriam passar a noite ali devido à festa. No dia seguinte descubro que o casal em questão seriam Erivaldo e Josiane, que prefere ser chamada Josi.

No dia 02 de maio de 2008, na sede da AANA conheço Erivaldo que está na loja como responsável. Apresento-me conto da minha vinda anterior, explico que estou fazendo uma

²¹ Oito meses depois da primeira ida à Novo Airão, em agosto de 2007

pesquisa e pergunto se ele não teria interesse em colaborar dando algumas informações sobre a AANA, sobre o cotidiano dos sócios e outras coisas mais. Num primeiro momento, Erivaldo fica tímido e justifica dizendo que acabou de se associar e que talvez não tenha muito com o que contribuir.

A conversa continua e descubro que Erivaldo é sobrinho de Antônio e Sônia, sendo filho de Ivete que é irmã do presidente e da então tesoureira da AANA. Erivaldo tem 28 anos, nasceu em Santa Izabel do Rio Negro, filho de Ivete e Moisés, e veio para Novo Airão aos 9 anos de idade com a mãe, acompanhando os avós e tios. Aprendeu a tecer quando ainda criança e a partir dos 11 anos (em 1994) começou a fazer encomendas para a recém-criada associação e como não havia sede e nem a vigência do estatuto, o trabalho das crianças era muito comum. Em um folheto da FVA, onde divulgam o Projeto Fibrarte²² e suas atividades é possível identificar uma foto de Erivaldo, quando era criança, tecendo um tupé. Detalharei de forma mais contida a participação das crianças no trabalho com os “teçumes” e a relação com o espaço do trabalho.

Próximo de completar 18 anos, Erivaldo foi para São Gabriel da Cachoeira para “servir o exército e fazer companhia para a mãe” que voltará por conta de seu segundo casamento. Ao longo da conversa, percebo que ele preferia falar sobre sua “família extensa” a sobre seu “núcleo familiar”²³, referia-se no máximo à mãe. Assim, me dá elementos que permitem a construção da genealogia da família Clemente Martins. Isso faz com que as relações de parentesco se enunciem, nesta pesquisa, com um elemento a mais para pensar na fundação, organização e manutenção da existência da AANA.

²² No segundo capítulo explicarei em detalhe o que foi o Projeto Fibrarte e suas ações na bacia do Rio Negro.

²³ Não entrarei na discussão a cerca das terminologias de parentesco ou sobre as variadas possibilidades de arranjos familiares ao longo dos escritos antropológicos. Utilizo aqui como ferramenta descritiva sendo nuclear: pai, mãe e filhos e extensa o conjunto dos variados núcleos familiares consanguíneos ou agregados. Ver a discussão feita em ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Redescobindo a família rural brasileira*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.1 N.1. São Paulo, 1986.

Ao longo da apresentação do que para mim compõem à genealogia dos Clementes, destaco que as informações ou os “dados de pesquisa” referentes ao segundo matrimônio; a paternidade dos filhos; sobre filhos de relações anteriores aos casamentos atuais; sobre madrastas e padrastos, o que considero como *informações abrumadas*.

Esse não falar claramente sobre outros irmãos e irmãs será recorrente na fala de outros artesãos em outras situações ao longo do campo, em alguns casos percebi e deduzi fazendo os cálculos de faixa etária e identificando com quem “*a pessoa estava na época*” e por isso são informações que não aparecem nas genealogias já que não se relacionam com o cotidiano da AANA propriamente. Ficarei centrada nas relações a partir do momento que conheço a AANA e suas artesãs e artesãos e focada nas relações e arranjos de casa e família que eles tornaram públicas para mim.

Erivaldo volta para Novo Airão em janeiro de 2008, com sua esposa Josi a quem ele ensinou a tecer; esse detalhe é importante visto que num panorama onde a maioria dos sócios são mulheres cujos maridos participam de forma indireta “*ajudando na produção*”. Erivaldo é o sócio cuja mulher é quem “*ajuda na produção*”. Essa inversão é interessante para deslocar a possível leitura do gênero como atribuindo função ou papel no sistema produtivo do artesanato.

Não será só o gênero em si, e sim o prestígio que se constrói na convivência coletiva com os demais artesãos, relacionado à qualidade do trabalho tecido e velocidade para completar uma peça. Obviamente, como demonstraremos no segundo capítulo, elementos como faixa etária e a decisão de onde produzir vão influenciar as condições que permitiram a participação de jovens rapazes na produção do artesanato e vão compor a noção do trabalho que é considerado “*ajuda*”.

O associar-se de Erivaldo e Josi só ocorre em janeiro de 2008, contudo antes dessa oficialização Erivaldo já “*mandava artesanato lá de São Gabriel*” e este período anterior ao

associar-se será rememorado com marcador temporal de quando começam a ocorrer mudanças na forma de pagamento dos sócios da AANA.

Conversamos mais especificamente sobre a produção do artesanato e as matérias-primas, e ao falar sobre o manejo do arumã e sobre as coletas já realizadas, Erivaldo faz referência à Sônia, sua tia materna, como quem eu *“deveria conversar para ter melhores informações sobre a associação”*. Erivaldo se oferece para ir até a casa de Sônia avisar da minha vinda e do meu interesse em conversar com ela, para poder marcar uma conversa.

Na manhã do dia 03 de maio de 2008, retorno à sede da AANA no intuito de saber das novidades de Erivaldo sobre a minha possível conversa com Sônia, e encontro “Seu” Manoel ocupando o seu lugar na loja. “Seu” Manoel, sócio da AANA desde 1994, relata *“a história da AANA”* comparando com o momento presente, em questão maio do ano 2008. Enfocando os atuais problemas com o pagamento dos sócios e alguns conflitos entre os sócios e entre os sócios e a diretoria da associação.

Os conflitos que são descritos no depoimento de “Seu” Manoel evidenciam a tentativa dos artesãos de construir um entendimento sobre “parcerias e editais” e como funcionam. As formas como os artesãos e artesãs da AANA, ao longo de sua trajetória, representam e explicam o funcionamento e o que são esses editais e parcerias é extremamente específica e será detalhada ao longo do terceiro capítulo.

“Seu” Manoel Marcelino de 76 anos nasceu no interior da Paraíba e *“fazia artesanato quando era menino para brincar”*. Aos 17 anos, foi para Rio de Janeiro *“servir ao exército”* e depois para São Paulo trabalhar com construção civil. Chegou em Novo Airão em 1973, e foi morar na Comunidade Aracari, onde voltou a fazer artesanato *“por causa do trabalho na roça, trabalhava fazendo farinha, no roçado e com a venda de frutas”*, mas com a morte de sua esposa se mudou para a sede do município onde reside até os dias de hoje.

E é esse artesanato “feito para o trabalho na roça” que “Seu” Manoel apresentou para a técnica da FVA que foi até a sua casa na Comunidade Aracarí perguntar se ele tinha interesse em se juntar ao grupo de artesãos, antes da associação ser fundada.

A distinção no uso dado ao artesanato será ponto de partida para compreensão do que passa a ser considerado “artesanato”; e para a percepção de que, ao longo dessa trajetória, diferentes elementos compõem a noção do que é ser artesão. No sentido de dizer que tal noção foi sendo construído e não dada a priori, da mesma maneira que a noção do que é ser artesão transcenderá a identificação apenas atrelada ao trabalho realizado com arumã e cipó ambé.

Ao final da conversa “Seu” Manoel me convida para participar da assembleia²⁴ da AANA, pois seria “*uma oportunidade para conhecer mais sócios e ver como a associação funciona*”. No horário da assembleia, os sócios foram chegando aos poucos e “Seu” Manoel seguiu me apresentando aos sócios dizendo “*essa é a Raiana lá da UFAM, ela queria conhecer um pouco como que é o trabalho da gente*”.

O presidente da associação, Antônio, chega e me reconhece e já se prontifica para uma entrevista, interrompendo a conversa informal que mantinha com os outros sócios: Mariléia, José, Ivanildo e o Seu Manoel. O presidente faz questão de “*privacidade*” e, por isso, entramos no salão da AANA.

Enquanto realizo a entrevista com Antônio, observo uma mulher e seu filho organizando as cadeiras no salão, colando cartolinas na parede da sede e separando alguns papéis de uma pasta, enquanto um homem escreve o que seria a pauta da reunião no quadro negro encostado na parede ao lado das cartolinas.

Não demora muito e descubro que a mulher que cola os cartazes é a Sônia, tesoureira da AANA, isso porque ao longo da entrevista Antônio pergunta e confirma

²⁴ Que seria no dia 03 de maio de 2008, às 15 horas, tendo como pauta: “*Leitura da ata da última assembleia. Prestação de Contas do ano de 2007. Entrada e saída de sócios. Discussão sobre estatuto e diretoria. Negociação manejo do arumã no rio Unini. O que houver.*”

algumas informações com ela. E o homem que anota a pauta no quadro negro é o Rubem²⁵, secretário geral da AANA, cunhado de Sônia, casado com sua irmã Edinéia.

A assembleia começa, eu continuo sentada onde estava assistindo de longe até que o Antônio me convida para sentar mais perto. Aproximo-me e sento no círculo com os demais sócios e continuo a “observação”. Alguns apontamentos feitos ao longo desta assembleia surgirão em detalhes no segundo capítulo onde descreverei os primeiros conflitos familiares relacionados a escassez de matéria-prima fazendo com que os artesãos passem a desenvolver novas estratégias e a articular de novas “redes de parceiros”.

E ao longo do terceiro capítulo propriamente, onde descrevo os limites e as contradições entre o estatuto da AANA e a realidade/prática dos artesãos. Ao término da assembleia, Sônia e o seu marido Rubinho²⁶ organizam o salão enquanto me apresento e, após rápida conversa, marcamos a entrevista para manhã seguinte em sua casa.

No dia seguinte, 04 de maio pela manhã na casa da Sônia, conheço Dona Percília de 62 anos, que nasceu em São Gabriel da Cachoeira e morou, junto com as irmãs Laura e Maria Derlí, no sítio de sua mãe até começarem a descida pelo Rio Negro. Posteriormente irei explicar como que a “morte/falecimento de parentes” aparece como motivador das “andanças” por Santa Izabel e depois até o município de Novo Airão.

Dona Percília chegou a Novo Airão em 1982, com o marido “Seu” Valdivino e os filhos: Antônio, Sônia, Alberta, Edinéia e Ivete. E inicia a entrevista falando sobre o aparecimento dos denominados “técnicos da fundação”, da ideia de montar um grupo e de como a AANA foi criada e sobre o início da parceria com a FVA.

²⁵ Rubem, 35 anos, nasceu em Tefé e veio para Novo Airão e é casado com a Edinéia, irmã da Sonia e do Antonio. É sócio da AANA, mas não é artesão. No dia desta assembleia deixou de ser sócio da AANA, porque quer se candidatar a vereador nas eleições de 2008.

²⁶ Rubinho, 36 anos, é *sócio e coletor* da AANA, mas também “tece”. Nesse período, maio de 2008, ainda é sócio da Colônia de Pescadores de Novo Airão, posteriormente devido ao medo de perder o barco Rubinho se afasta da atividade da pesca e sua presença no âmbito da AANA será mais constante.

Dona Percília menciona as dificuldades deste momento inicial, onde as reuniões ocorriam na Igreja Santo Ângelo, os problemas que envolveram a construção da sede, contudo uns dos técnicos da FVA é lembrado de forma recorrente por ela ao longo da entrevista: “*o Max ajudou muito a gente, o Max fez muito pela gente*”.

O “Max” será lembrado por outros sócios ao longo de outras entrevistas que realizei, ao ponto de me explicarem que o nome da sede da AANA é em sua homenagem: “central de artesanato Dias Figueira”. A maneira como ele é lembrado e o papel que desempenhou juntamente com os artesãos também compõem parte desta análise.

E Sônia acrescenta o papel desenvolvido pela FVA na articulação da participação da AANA em feiras regionais e nacionais e no custeamento das passagens por meio de editais de financiamento do Ministério do Meio Ambiente- MMA, Sônia descreve que tais “feiras” começaram a acontecer a partir do ano de 2006.

Essa aproximação no âmbito governamental entre os Povos e Comunidades Tradicionais e linhas de financiamento e/ou recursos específicos do Ministério do Meio Ambiente - MMA e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA é reforçada com a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais como anexo ao Decreto N°6.040 de 7 de Fevereiro de 2007²⁷, que cria uma secretaria específica para pensar e materializar políticas específicas, mas que já vem adjetiva pelo “desenvolvimento sustentável”.

Vale destacar ainda que essa aproximação dos “povos e comunidades tradicionais” às políticas ambientais no âmbito das justificativas de projetos e editais que relacionam desenvolvimento sustentável e a produção ecologicamente correta de artesanatos, por vezes é uma “aglutinação naturalizada” onde os “povos” compõem o cenário de uma espécie de

²⁷ Essa Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais tem origem em uma série de debates políticos realizados no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT Fórum de composição paritária criado pela Presidência da República (Decreto de 13 de julho de 2006) informações do documento de apresentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

“Jardim do Éden”. Onde as “Feiras e Eventos” materializam a percepção de que este modelo de gerir territórios/povos é possível e sem conflitos, por meio da exposição, quase que folclórica dos produtos oriundos de lógicas tradicionais de modos de viver específicos.

Gerir no sentido de ordenamento jurídico/regulamentações estatais que atribuem fins e usos às áreas específicas, no caso aqui me refiro às legislações ambientais, ficando eclipsados as dificuldades e problemas de acesso à matéria-prima que, por vezes, perpassam o sistema produtivo dos materiais expostos nas feiras, caso da AANA. Essa discussão aparece ainda neste capítulo com mais detalhe.

A entrevista com Sônia foi importante também para elucidar como o trabalho da pesca e da agricultura se articulam com a produção de artesanato de arumã. O dado interessante é que a participação das mulheres nessas atividades varia de família para família. Sônia, aos 33 anos, por exemplo, é sócia e artesã da AANA desde a fundação, tesoureira desde 2006, mas também é sócia da colônia de pescadores de Novo Airão juntamente com seu marido Rubinho, com quem teve 2 filhos: Raiara e Anderson. Sônia e Rubinho trabalham com agricultura no seu sítio que se localiza na Comunidade Sobrado, *“fazendo farinha pra casa e pra vender”*.

No caso da pesca, há mulheres que são sócias da colônia de pescadores e pescam junto com seus maridos, caso da Sônia. E há outras mulheres que participam da pesca, mas só no que se refere à limpeza e venda dos peixes, caso da sua irmã Alberta²⁸. Sônia aponta ainda para a importância do *“seguro defeso”* para complementar o orçamento das famílias diante das dificuldades de emprego no município.

Ao falar da pesca, Sônia se refere aos *“problemas como o IBAMA”* que regula os locais onde a pesca é permitida, partindo dessa colocação ela narra os acontecimentos que

²⁸ Detalharei melhor posteriormente o momento em que entrevisto Alberta e Edinéia.

levaram até a necessidade de implementar uma forma alternativa que assegurasse à associação o acesso aos arumanzais, vislumbrada através do plano de manejo do arumã.

No final do mês de maio de 2008 retorno a Novo Airão para negociar trabalho de campo que objetivava realizar ao longo de todo o mês de junho. Destaco aqui que minha rápida presença em campo, apenas entre os dias 23 a 30 de maio foi devido à morte do marido de Dona Percília, “Seu” Valdivino.

Lembro-me claramente de não querer encontrar com Dona Percília e nem com seus filhos, pois todos estavam muito preocupados com o estado de saúde do pai. Fiquei pela sede da associação conversando com “Seu” Manoel e observando Mariléia “*trabalhando nas fibras*”²⁹, mas ambos já haviam prometido passar na casa de Dona Percília, “*para ver como Seu Valdivino estava*”, e sou levada junto.

Na tarde deste mesmo dia, Sônia passa rapidamente na sede da associação para informar sobre a saúde de “Seu” Valdivino e me convida para ir até sua casa. Quando chego à casa de Sônia, Dona Percília a me ver se justifica do por que de não estarem tecendo, em seguida me apresenta, ou melhor, aponta pra seu marido na rede e insiste para que eu chegasse perto e visse como ele estava. Num primeiro momento, tento não ir enquanto penso: ele está doente e eu sou uma desconhecida, o que faço aqui?

Foi um dos momentos mais difíceis de todas as situações vivenciadas em campo, ficar perante o “Seu” Valdivino que tinha sofrido um acidente vascular cerebral-AVC e ficado impossibilitado de andar e de falar e com os membros superiores enrijecidos. Lembro-me da cena: eu em pé olhando pra ele, dentro da rede, e Dona Percília do meu lado, dizendo uma espécie de histórico médico e ao mesmo tempo eu pensava: o que falo? O que ela espera que eu diga? E diante ao meu desespero silencioso, ela muda o tom da conversa numa espécie de alívio dizendo: “*é ele gostava muito de beber aí deu nisso!*”.

²⁹ Trabalhar nas fibras é como algumas artesãs se referem a uma das etapas da produção do artesanato: a destala é o momento onde se extrai o bucho da tala do arumã até virar uma talinha pronta para ser tecida e formar uma trama. Posteriormente detalhado.

Recordo-me dessa estada em Novo Airão, como um momento onde as conversas pareciam submersas numa mistura de luto e de alívio. E recordo-me de outro momento difícil também relacionado ao consumo da bebida alcoólica; quando em meio à conversa com “Seu” Manoel, pergunto sobre sua família e ele chora ao falar sobre o seu filho mais novo, Augusto, dizendo que “*não há vergonha maior para um pai do que ouvir: “Seu” Manoel eu vi o seu filho jogado não sei onde... é muito triste*”. Enquanto “Seu” Manoel rememora e narra diversas situações envolvendo seu filho, eu vivencio outro desespero silencioso de o que falar e como agir; o que dizer e o que fazer quando a entrevista é transformada em um momento tão íntimo, mas sem deixar de ser ao mesmo tempo, algo tão objetivo e distanciado.

Penso ser interessante pontuar essas situações, no sentido de que elas vislumbram algo que pode inevitavelmente ocorrer no momento das entrevistas, a partir do momento que o pesquisador se dispõe a ouvir. De certa maneira, perdemos o controle por mais que queiramos acreditar na eficácia da negociação prévia, no controle da violência simbólica, diante do *pranto* ou mesmo diante de *conclusões/confissões* que nos são feitas.

A minha atitude de “não saber o que fazer” é algo que eu não esperava que fosse me acontecer, mas que em contrapartida me fez perceber que “o não saber o que fazer” fica relegado ao momento das “confissões de fracasso”, ou emerge no momento em que o pesquisador revê, com decorrer de certo tempo, seus dados e as leituras que fez.

E isso implicitamente reforça nossa crença na eficácia do “controle” sobre o que irá aparecer no campo, crença de que a negociação é suficiente... Isso pode levar a percepção de mais uma contradição no meu texto, posto que minhas orientações metodológicas baseiam-se em Pierre Bourdieu, contudo o próprio autor se questiona: “como, de fato, não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar *públicas* conversas *privadas*, confidências recolhidas numa relação de confiança o que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas?” (BOURDIEU, 1997: 09).

Essa contradição aparece aqui como um alerta sobre a dinâmica, por vezes inevitável, que perpassa o momento da obtenção dos dados, e que precisa se materializar no nosso esforço de ler os dados, ou de compor um texto que torne inteligível a dinâmica do mundo social.

Apesar da preocupação de todos com a saúde de “Seu” Valdivino e anterior ao seu falecimento, ainda me foi permitido duas importantes entrevistas. No dia 23 de maio de 2008 ao chegar à sede da AANA “Seu” Manoel me reconhece e começamos a conversa, ele se recorda do meu interesse no trabalho dos artesãos e já me atualiza os novos acontecimentos enfocando no não recebimento dos artesãos que inevitavelmente transforma a conversa num “*calcular com tão pouco eles vivem*” e justificar o porquê dos artesãos não terem estímulo para produzir mais.

Em decorrência das queixas e justificações “Seu” Manoel torna claro para mim, que apesar de extremamente proibido um sócio “*vender por fora*” é o que acontece e todos sabem; a forma como a venda por fora da associação é percebida pelos sócios e pelos membros da família Clemente e acionada pelos próprios artesãos por meio de “*fofocas*” me levará a um diálogo com as questões de pertença e a compreensão de um sistema de trocas de dádivas compensatórias que posteriormente detalharei.

Mariléia, presente no momento dessa conversa, sentada no chão da sede de maneira relativamente próxima de nós, corrobora alguns posicionamentos de “Seu” Manoel, mas dá um enfoque diferente ao por que da predileção em trabalhar com arumã. Ao contrário da maneira como os outros artesãos, até então, haviam descrito o trabalho do artesanato como algo de família que virou trabalho profissional devido à ausência de outras possibilidades de emprego, Mariléia prefere trabalhar no artesanato pela liberdade, pela rotina livre onde ela pode exercer as atividades de casa, cuidar do seu filho, na época recém nascido, e ainda ter uma boa produção de artesanato por dia.

Mariléia nasceu numa comunidade no rio Unini, veio para Novo Airão com 8 anos de idade com os pais e a irmã Patrícias. Todos sempre trabalharam com roça e farinha e com a mudança para a cidade o pai foi ser caseiro num sítio na estrada de Novo Airão e sua mãe começou a vender tupé por encomenda e nunca quis se associar a AANA, “*por não querer confusão e nem fofoca com o nome dela*”. Veremos no segundo capítulo que mesmo nunca tendo se associado o trabalho de Dona Natália, a mãe de Mariléia e Patrícia, compõe a produção da AANA e dá exemplo de uma dinâmica específica de casa e de produção, além de relativizar a ideia de sócio/artesão.

Ao falar sobre sua mãe Mariléia explica que aprendeu quando pequena, pois a mãe ensinou e que nunca pensou no artesanato como trabalho e que se aproximou da AANA porque estava cansada de trabalhar “*em casa de família e como é uma coisa que eu sei fazer, eu vim aqui mostrei meu artesanato eles gostaram e eu me associei junto com a Patrícia*”.

Nesta tentativa de negociar uma permanência maior em campo já objetivava estabelecer contato mais próximo com os demais artesãos, para tanto realizaria entrevistas em suas casas. Assim aceito acompanhar “Seu” Manoel que faria uma visita na casa da Alberta e ao término da visita fico na casa de Alberta para uma entrevista.

É através da relação de pesquisa estabelecida com Alberta, e sua posterior insistência em ser entrevistada sempre em casa que se enuncia a necessidade de uma “segunda conversa” e a formação de “falas legítimas”. Será perceptível que dependendo do contexto e dependendo dos presentes no momento da entrevista o enfoque dado por ela quando entrevistada no espaço da sede, ou mesmo o posicionamento que Alberta assumirá pode ser outro, e por vezes completamente diverso do posicionamento na “segunda conversa”.

Alberta, 42 anos, nasceu em Santa Izabel do Rio Negro veio para Novo Airão acompanhando os pais Dona Percília e Seu Valdivino e os irmãos; desde o início da associação ela participa tecendo e ensinado os novos sócios, como veremos nos depoimentos

de outros artesãos. Casada com Moisés com quem teve seis filhos³⁰ que participam na produção do artesanato de arumã no espaço da sua casa como pude observar durante as minhas idas a sua casa, ao longo desses anos. Detalharei melhor como a produção do artesanato se organiza na casa de Alberta no segundo capítulo.

Alberta descreveu, nesta primeira entrevista, como que as relações e atividades ligadas ao espaço da casa, como “*criação dos filhos*” e a realização das “*tarefas de casa*”, permeiam o momento e a própria organização do “*trabalho com arumã dentro de casa*”, e como compõem a noção de família. A organização das famílias entorno das atividades da pesca e agricultura também foi explicada por ela.

Em uma das conversas com Alberta sobre a dinâmica das reuniões, das brigas, confusões e fofocas comenta sobre a Rock Elania que também foi presidente da AANA, mas que se afastou por causa das brigas. Ao perguntar a Seu Manoel sobre a “*história da ex-artesã que iria montar uma associação*” própria, ele me responde rindo: “*você quer conversar com ela?*”.

E sou apresentada a Rock Elania no dia 29 de maio de 2008, ao explicar a Rock sobre a pesquisa pergunto sobre a possibilidade de uma conversa e ela prontamente me convida para ir até sua casa. Essa foi uma das entrevistas que transcendeu a rede já estabelecida dos legítimos a fala e desagradou aos demais sócios, visto que além das brigas com “Os Clementes”³¹ Rock ameaçava criar uma associação de artesãos, pois dizia que “*matéria-prima não seria problema para ela que teria apoio do prefeito*”.

No período da entrevista, Rock já não era mais associada e suas falas são *contando* a história da AANA e sua trajetória. O envolvimento da AANA com o prefeito, a questão das dívidas, o seu envolvimento com a política municipal (referindo-se a sua candidatura a

³⁰ Patrícia, 19 anos; Patriciane, 15 anos; Marcus, 12 anos; Fábio, 9 anos; Carliane, 6 anos e Raisal, 4 anos.

³¹ A expressão “Os Clementes” foi utilizada primeiramente por Nakazono (2007) aqui neste trabalho num primeiro momento refere-se aos “Clementes” de “sangue e sobrenome” e depois englobará os afins Sebastiana, Seu Manoel, Patrícia, Mariléia, Terezinha.

vereadora em 2005) e suas críticas à maneira como a AANA estava sendo presidida mostram a dificuldade de demarcar limites entre as relações pessoais e familiares com as relações de trabalho e associativas.

Já a entrevista feita com o Erivaldo, na tarde do dia 26 de maio, na sua casa, revelou diferenciação de trabalho com base no gênero pode variar, mesmo quando acompanhada da noção de trabalho “*leve*” e “*pesado*”. Em exceção a maioria dos artesãos ou marido das artesãs que se dedicam a agricultura e a pesca ou a ambas as atividades, Erivaldo trabalha só com o arumã e que “*não considero um trabalho, faço porque gosto*” e complementa “*pode me chamar de mole, mas roça não é pra qualquer um não*”. A antecipação de Erivaldo em justificar o porquê de não trabalhar na roça, vislumbra as representações sobre o que são trabalhos ditos masculinos e ditos trabalhos femininos. O diferencial de Erivaldo em relação aos outros artesãos aparece no âmbito da convivência interna entre os sócios e esta diferença será resignificada pela questão da faixa etária e das relações de parentesco entre os associados.

Outubro de 2008

Este trabalho de campo, realizado ao longo do mês de outubro de 2008, objetivava encerrar a pesquisa de monografia e lançar olhar sobre as atividades da pesca e da agricultura para perceber como se configuravam as relações de gênero, no intuito de rascunhar uma proposta de projeto de pesquisa de mestrado, a ser submetido ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em novembro de 2008.

Parto da análise, desenvolvida no âmbito da minha monografia³², acerca da caracterização das relações de gênero que perpassam e constituíam o sistema produtivo do artesanato de arumã, na Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA; na qual percebi a

³² Essa pesquisa foi apresentada como monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais, intitulada: Nas tramas do arumã: relações familiares e de gênero na Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA, sob orientação das Prof^{as}. Dr^a Márcia Regina Calderipe Farias Rufino e sob co-orientação da Prof^a. Dr^a Raquel Wiggers.

emergência das relações de parentesco flexibilizando a pressuposta divisão sexual do trabalho e, num segundo momento, assegurando a reprodução, manutenção e a existência da AANA.

O trabalho de campo, realizado em outubro de 2008, vislumbrou as etapas de produção do artesanato e sua consequente distribuição de tarefas com base no gênero, parentesco e geração; o convívio entre os sócios na sede da Associação de Artesãos de Novo Airão- AANA norteado por uma ideia de pertencimento familiar; a distribuição das encomendas e o processo de aquisição das matérias- primas; e por fim compreendemos a atual relação entre a AANA e a FVA.

Por este trabalho de campo ter sido mais extenso que os anteriores, não pontuarei toda as entrevistas, visto que alguns informantes se repetiram e os dados anteriormente fornecidos foram detalhados. O fato dos artesãos terem se repetido relaciona-se com o que venho insistindo desde a introdução, a saber, a questão dos artesãos considerados legítimos a fala. A partir daqui já era sabido por todos que minha presença na sede se motivava por uma pesquisa e nesse período, creio que pela necessidade de encerramento da pesquisa de monografia, as conversas perdem o tom leve de estar me aproximando e conhecendo as pessoas, os próprios artesãos, após os assuntos corriqueiros perguntavam, “*mas e aí, o que você quer saber?*”.

Neste período fiquei frequentando a sede da AANA diariamente e pude perceber o momento crítico onde vários sócios se afastaram devido ao pagamento parcial e proporcional cada vez mais complicado, ficando poucos sócios e por sua vez legitimando ainda mais os que já tinham o prestígio de “*ter acompanhado tudo desde o início*”. Aqui já fica claro para mim como se organizam os critérios dessa legitimidade, posso afirmar que a rede de informantes³³ que os artesãos mobilizavam para mim tinha como elemento central o prestígio

³³ Patrícia e Terezinha compõem essa rede de informantes, contudo, apesar de nossa convivência e boas conversas enquanto elas teciam, não quiseram ser entrevistadas com gravador. Ambas respondiam sempre atentamente as minhas perguntas, mas a presença do gravador era um problema. Faço essa nota aqui apenas para esclarecer ao leitor que pode perceber a ausência de pontuar minimamente entrevistas com elas.

hierarquicamente disposto pelas gerações (primeira geração, segunda geração, terceira geração); posterior a isso o prestígio individual referente àqueles que *“trabalhavam pela AANA”* independente de diretoria ou função e por fim a qualidade e dedicação individual de tecer o arumã.

Dona Percília, Seu Manoel e Dona Zica, são a primeira geração acompanharam todo o processo de criação da associação, passaram pelas primeiras mudanças no processo produtivo do artesanato de arumã e sua legitimidade se reforça visto que, como explica Seu Manoel *“sendo aposentados poderiam não tecer mais... mas não é só de dinheiro que se vive”*. A presença deles na sede é vista com respeito e admiração pelos demais sócios, e às vezes até como certa jocosidade como Erivaldo ao se referir à avó, dona Percília, *“já veio matar a saudade do arumã, deixa esse arumã em paz, vó!”*.

A segunda geração acrescida dos prestígios individuais seria organizada da seguinte forma: Sônia, Sebastiana, Alberta, Antônio. Sônia iguala-se a Sebastiana na importância de suas falas, e destaca-se em relação às informações sobre o manejo, mas por frequentar menos a sede, acabava por legitimar o papel de Sebastiana pela sua permanência na sede, que por sua vez na presença da Sônia tinha o mesmo posicionamento de Alberta, em solicitar uma segunda conversa ou mesmo mudar de assunto. Alberta aparece igualando-se em importância pelo corte geracional e pelas informações e conhecimento na arte dos teçumes já que ela será lembrada como umas das que ensinava a tecer.

Antônio, depois de quatro anos como presidente da associação, passou a considerado *“polêmico e cheio e ideias”* pela maioria dos sócios e pelos próprios irmãos, mas sempre foi muito respeitado como artesão, nunca houve confronto direto e sim *“muita fofoca”*. No momento das entrevistas, ele colocava para si uma importância igual à de Sônia no que se refere às informações que sabia e que poderia passar. Contudo, por ser muito habilidoso e

rápido tecendo o arumã era uma presença solicitada quando, por exemplo, “ninguém lembra para onde vai essa trama, qual a próxima tala que amassa?”.

Edinéia pertence à segunda geração de artesãos, mas por ter parado de tecer devido a problemas nas costas, apesar do esforço compensatório que detalharei no segundo capítulo, sua importância iguala a terceira geração, composta por Erivaldo que tem destaque devido o seu envolvimento com artesanato desde criança, seguido de Mariléia e Patrícia pelo destaque e qualidade do artesanato.

A dinâmica da pesquisa e as entrevistas, ao longo dessas idas a campo, inevitavelmente aproximam-se muito mais dos “Clementes”, pois entre os anos de 2008 até 2012 foi à família dos “Clementes” que permaneceu na AANA apesar do afastamento dos sócios. “Os Clementes”, a que me refiro, são consanguíneos e os afins: Seu Manoel, Dona Zica, Sebastiana, Terezinha, Mariléia e Patrícia.

Para facilitar a visualização dessas relações familiares, que posteriormente entenderemos como sendo “casas e famílias” que tem relação direta com a organização do sistema produtivo do artesanato de arumã. Quero dar um status diferente às genealogias ou aos denominados gráficos de parentesco que costumam emergir nas páginas finais.

Colocar o gráfico de parentesco aqui evidencia de estamos partindo de relações de parentesco já estabelecidas a priori, que seriam as relações consanguíneas e anteriores ao processo de institucionalização da AANA que analisaremos. O que não fica evidente no gráfico é que a faixa etária transcende as marcações geracionais, ou seja, a idade das artesãs de gerações diferentes são aproximadas tornando os arranjos internos mais complexos, ou seja, a tia materna tem a idade muito aproximada da idade de seu sobrinho, caso de Sônia e Erivaldo. Ou a tia materna pode ser casada como o cunhado de sua sobrinha, caso de Maria Derlí, casada com Carlito, que é irmão de Rubinho casado com Sônia.

Gráfico de Parentesco

Impresso em folha A3

Com a institucionalização da AANA e a dinâmica de trabalho centrada na sede da associação, outras relações passam a permear o cotidiano dos artesãos e artesãs e conseqüentemente os entendimentos de casa e família transcendem as relações consanguíneas e de coresidência da família nuclear.

A dinâmica do processo produtivo do artesanato de arumã faz emergir e fortalece as relações de amizade e de trabalho que se misturam com a lógica familiar de trabalho no arumã, construindo o sentimento de pertença à AANA ao longo dos anos de trabalho e em decorrência das dificuldades e conflitos vivenciados pelos artesãos. Paralelo a isso acionam os gráficos de parentesco aqui, explícita também as relações de afinidade, compadrio e de agregação que foram construídas ao longo da trajetória desse grupo de pessoas e famílias.

No trabalho de campo de março e abril de 2010 continua praticamente a mesma “rede” dos entrevistados. Apenas em Janeiro e Fevereiro de 2012 é que outra parte dos “Clementes” começa a fazer parte dessa rede são as filhas de Dona Laura, que é irmã de Dona Percília: Eliana, Eliete e Ercília. Além da percepção da presença de novas artesãs que compõem a quarta geração que começa a frequentar a sede da associação para tecer, no período das férias escolares, são as filhas de Sônia e Alberta: Raiara, Patrícia, Patriciane e Carleane.

Destaco apenas alguns elementos da entrevista realizada com a Sebastiana, 37 anos, é sócia da AANA desde 1998. Nessa entrevista Sebastiana explicitou que a relação da AANA com o IPAAM e com o IBAMA é baseada na *“falta de consenso sobre qual é o mapa certo que define que área é o que e o que pode ser feito lá”*. Ela contribui, nessa e em outras entrevistas, para compreensão do processo paulatino de afastamento da FVA, ocorrido entre anos de 2000 a 2003.

Estabeleci conversas e pequenas entrevistas com todos os artesãos que mencionei compondo a rede de informantes, como a isso o fato de que nesse período pude observar o momento de tecer, convivência dos sócios na sede e acompanhei as atividades corriqueiras

que se davam no espaço da sede: almoços, o cuidado com os filhos, a construção dos tanques para guardar os feixes de arumã depois de extraídos, as vendas e as entregas dos artesanatos, os mutirões de limpeza e organização da sede.

Tive a oportunidade de conversar com Dona Francisca Viana, que além da rede de informantes anteriormente estabelecida, ainda se mantém como sócia apesar das dificuldades e do pagamento parcial da venda dos artesanatos. Assim como Seu Manoel trabalha só com cipó ambé. Dona Francisca é ex-moradora do Parque Nacional do Jaú e ao contar como foi sua vinda para Novo Airão dá elementos para entender o peso da intervenção e implementação de políticas ambientais no município e sua relação como processos de territorialização que ocorrem no município.

Dona Francisca aprendeu a *“trabalhar com cipó para fazer coisas pra casa quando morava no Jaú, sai de lá porque não era mais permitido fazer roça, nem caçar, nem derrubar mata e não dava pra viver de capoeira”*. Quando chegou em Novo Airão pediu do prefeito um lugar pra morar e trabalhar e recebeu um terreno no km24 da estrada de Novo Airão que é o sítio onde de mora até os dias de hoje. Com o pagamento parcial do artesanato que entrega ela *“não trabalho só com o artesanato porque preciso de dinheiro para sustentar a casa e alimentar meus filhos; faço farinha, tenho roçado, vendo frutas para os restaurantes aqui na cidade, faço o que for possível”* precisa trabalhar na agricultura para complementar a renda da casa.

No campo de outubro de 2008, me dediquei a ficar na sede da AANA observando a dinâmica de trabalho dos artesãos, foi nesse período que Sônia e Erivaldo me ensinaram a tecer. Como mencionei na introdução, minha presença se justificava tanto pelo fato de ter quer ir para continuar o meu tupé como pela possibilidade de conviver com os sócios sem a mediação do gravador e de inúmeras perguntas a serem feitas. Foi uma convivência extremamente rica para pesquisa no sentido perceber noções que perpassavam o momento da

produção do artesanato que não poderiam ser percebidas por meio das falas e dos depoimentos.

Foi pela observação da convivência entre os sócios que se tornou inteligíveis as noções de família, prestígio, o porquê de certa flexibilidade na atribuição das tarefas com base nos gêneros, a forma como as tensões e os conflitos são transmutados em fofocas, e os esforços de compensação daqueles artesãos que ficam em débito na rede de trocas.

Março e Abril de 2010

No trabalho de campo realizado entre março e abril de 2010, pela permanência em campo, observação e convivência diária com os sócios na sede da AANA destaco que a maioria das informações que eram suposições foram confirmadas pela permanência em campo visto que a maioria dos artesãos e artesãs entrevistados se repetiram, tornando explicito a questão anteriormente mencionada: sobre a potencialidade de se ter uma “segunda conversa”, onde alguns posicionamentos foram reelaborados, melhor explicados ou propriamente negados.

Então, pontuo a entrevista realizada, no dia 03 de abril de 2010, com Erivaldo já enquanto atual presidente da AANA que me explica sobre a relação entre os sócios e suas respectivas famílias, mencionado o conflito interno na família, sobre o posicionamento da Alberta na AANA e na família, exemplificando diferentes entendimentos para sócio/família e por fim descreve um pouco sobre as estratégia de aproximação dos sócios.

Destaco ainda a entrevista realizada com Dona Zica, no dia 04 de abril de 2010, que começa com o relato do aparecimento dos denominados “técnicos da Fundação” que chegaram à cidade a procura das pessoas que faziam artesanato, sobre o processo de construção da sede. Esse período do mês de abril foi interessante, pois passei o feriado da Páscoa no sítio de Dona Zica, onde mais do acompanhar seu dia a dia pude vislumbrar um pouco de como os artesãos da AANA, que possuem sítios nas comunidades próximas da

cidade se articulam com suas redes de parentes e vizinhos tanto para extrair matéria-prima como para a realização de mutirão para pesca, para fazer a *farinhada*. Além das relações intensas de vizinhança/controlado no que se refere às práticas “proibidas”.

A noção de pertencimento à AANA é vislumbrada nesta entrevista pela perspectiva das gerações, a vinculação pode ser compreendida pela presença e atuação das mães (Dona Percília e Dona Zica) no início do processo de criação da AANA. O que é explicitado, anos depois quando vários sócios se desligam da associação e permanecem os filhos da Dona Percília (Sônia, Edinéia, Antônio, Alberta) e da Dona Zica (Sebastiana), e Dona Laura (Ercília, Eliete e Eliana), filhos estes que são a segunda geração. Lembrando que a família de Dona Percília, as filhas de Dona Laura e os filhos de sua irmã Maria Derli e o esposo, compõem “os Clementes” que já produziam e tinham como forma de trabalho a atividade do artesanato, anteriormente a existência da AANA.

Nos dias 05 e 06 de abril de 2010, entrevisto a artesã Sebastiana, filha de Dona Zica, com participação de mais três artesãos: Erivaldo, Josi e Anderson. Sebastiana relata a dificuldade dos sócios compreenderem que “a associação era deles”, descreve o processo de afastamento da FVA. E descreve a dificuldade que enfrentam para conseguir renovar a licença do manejo do arumã.

Janeiro e Fevereiro de 2012

Esse período não estava previsto com tempo a ser destinado ao trabalho de campo, e na verdade nem pode ser assim caracterizado. Contudo, faço este destaque visto que por outras necessidades profissionais, tive à possibilidade de morar dois meses em Novo Airão e encontrar e conviver novamente como as artesãs do arumã, o que foi importante para a finalização desta escrita. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2012, trabalhei como professora assistente do Programa de Formação do Magistério Indígena – PROIND no Curso de Pedagogia - Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Amazonas –

UEA, e entre os 55 alunos da turma de Novo Airão, tive como minhas alunas: Ercília, Eliete e Eliana que são filhas de Dona Laura, que é irmã de Dona Percília e Maria Derlí. O contato com as três irmãs me vislumbra a chegada dos Clementes em Novo Airão tendo como marco temporal utilizado pelas irmãs a idade da Eliana, a mais nova, que tem agora 27 anos.

E o fato da sede da AANA, localizada na principal avenida da cidade de Novo Airão, estar na metade do trajeto que eu realizava todos os dias para ir até a universidade tornou rotineira a minha presença na sede da AANA, fosse “*na hora da merenda*” ou no fim da tarde, sempre acompanhada de Ercília, Eliete e Eliana.

Outro momento interessante que ocorreu neste período, no decorrer de conversa informal percebo como Ercília se sente em relação às perguntas e a curiosidade alheia relacionada a maneira como ela vive e sobre questões envolvendo o artesanato e a AANA: “*parece que eu sou um homem das cavernas e as pessoas querem saber como vivo, o que faço, como faço e por que faço e tudo mais...*”

Esse seria o terceiro momento de tensão, mas devido à convivência em sala de aula somada como a convivência na sede da AANA foi contornado, ao tentar entender o porquê do seu incomodo, explico de forma didática me referindo à utilidade dos dados de campo partindo de vivências reais para pensar reformular e propor questões ou elaborações teóricas mais abstratas com pretensões a mudanças práticas e políticas.

Mesmo imbuída no esforço de entender o seu incomodo, me surpreendo com a possibilidade da relação de pesquisa ser absorvida ou percebida, posterior a vivência do momento da entrevista em si acompanhado do esforço por minimizar as violências simbólicas, como algo que pudesse fazer o sujeito se sentir inferiorizado ou exótico.

Apresentados, minimamente, alguns dos contextos das primeiras entrevistas me utilizo da minha autoridade enquanto sujeito que compõem o texto, para explicar que a partir deste momento descreverei algumas situações em campo, e no demais, irei me reportar aos

depoimentos obtidos ao longo do trabalho de campo, localizando por meio das notas de rodapé a entrevista, da qual retiro as falas e depoimentos que vou inserindo ao longo do texto com frases em itálico e entre aspas, referindo-me a data, local e artesão entrevistado.

1.2. Amazônia e suas interpretações: um campo político intelectual e seus desconhecimentos

Apresentar o município no qual se localiza a Associação de Artesão de Novo Airão - AANA, e caracterizar onde as artesãs e artesãos do arumã vivem implica em pontuar o campo intelectual e as regras que engendraram conceitos e interpretações sobre a Amazônia. E incorre em perceber como que essas elaborações ditas de cunho intelectual/científico/racional produzem e reproduzem “desconhecimentos”, tendo em vista que tais elaborações se distanciam da realidade concreta.

A Amazônia não pode ser percebida por meio de “ciclos econômicos” ou simplesmente adjetivada de “maior biodiversidade da terra”, é necessário expor as regras do campo intelectual e político que produziram interpretações que justificaram intervenções políticas específicas moldando e caracterizando o que é considerado como “a Amazônia”. E que paralelamente geraram conflitos com os diversos sujeitos sociais e suas realidades concretas e localizadas, até então subsumidas nas leituras homogêneas e genéricas sobre o que é a Amazônia.

Parto da leitura crítica do que Almeida (2008:7) considera como “esquemas interpretativos para explicar a Amazônia que, fundados na história hegemônica das ciências biológicas, se tornaram senso comum no mundo erudito”. O propósito, segundo o próprio autor, é destrinchar quais as condições de possibilidade que engendraram esses esquemas interpretativos, no sentido de descrevê-los criticamente, produzindo o que pode ser percebido como uma interpretação das interpretações, que implica

no jogo de regras que determinam em um campo intelectual determinado ou numa dada contingência histórica, o surgimento

e o desaparecimento de argumentos. Tais argumentos, uma vez articulados, compõem um esquema interpretativo tornado hegemônico pelos poderosos mecanismos de instâncias de consagração de museus, sociedades científicas desde finais do século XVIII. São eles que garantem a sua permanência, a sua ilusão de eficácia e ao mesmo tempo sua existência paradoxal (ALMEIDA, 2008:9).

Nesta perspectiva, os esquemas interpretativos são produtos de um campo intelectual e político, com regras, condições específicas de produção com suas as instancias de consagração. E que no caso da Amazônia, parecem ter sido produzidos e reproduzidos aquém das contingências histórias e das realidades empiricamente observáveis. Destaco o percurso metodológico desenvolvido por Almeida (2008) utilizando-se do conceito foucaultiano de *archivo* para ler criticamente estes “esquemas interpretativos” sobre Amazônia, onde o *archivo*, como genealogia da Amazônia consistiria

num registro variado de formulações, argumentos, noções operacionais³⁴, impressões, metáforas e figuras retóricas, que se acham “arquivados”, de maneira inconsciente, nas representações de diferentes explicadores, comentadores regionais e intérpretes, que os reproduzem acriticamente, num automatismo de linguagem, de acordo com um léxico singular que é acionado a cada vez que se fala de ou sobre Amazônia (ALMEIDA, 2008:11).

Soma-se a isso, a inspiração de Jorge Luis Borges, acerca da arbitrariedade das classificações e taxonomias que orientam critérios pretensamente objetivos e racionais, ou justificam a possibilidade de se conceber “coleções completas”. Como o próprio autor esclarece “o conceito teórico de *archivo* contribui para desvelar esta arbitrariedade dos agrupamentos ao apontar que seu significado não se restringe a acervo, não se confunde com massa documental com quantidade de volumes ou títulos” (Almeida, 2008:9).

A leitura crítica deste “*archivo*” sobre Amazônia produz uma ruptura na leitura e nos usos dados a todos os tipos de produções, coleções, classificações e interpretações mantidas,

³⁴ Almeida (2008:18) faz uma distinção entre conceito e noção operacional. A noção operacional tem definição restrita a uma lógica específica e serve para fins imediatos de aplicação genérica e comparável, além de aparentar rigor e exatidão. Já o conceito tem significado dinâmico, resultante de uma construção analítica.

até então, sob o “manto da cientificidade”. Faculta a percepção das limitações desses esquemas interpretativos na medida em que se identificam as forças classificatórias e hegemônicas por trás das produções pretensamente científicas e que só devido à legitimidade dada a elas, foram posteriormente institucionalizadas como “verdade” e reproduzidas.

Nesse esforço, Almeida (2008) repassa os trabalhos de alguns cientistas naturais que percorreram a Amazônia no séc. XVI ensaiando classificações, onde se têm desde tratados até descrições cartográficas feitas por administradores coloniais. Todos corroborando para um argumento que justificassem diferentes formas de intervenção do Estado na região Amazônica. Além dessas produções, a literatura produzida por membros do clero e de diversas ordens religiosas, interessados desde a flora e a fauna aos costumes e expressões linguísticas. Entretanto, como ressalta o autor, todas as diferenças discursivas eram neutralizadas diante do objetivo de identificar fontes de riqueza natural.

Para Almeida (2008:25), do período colonial até meados do final do século XX, “os elementos básicos de tais esquemas interpretativos podem ser identificados sob uma forma de vulgarização científica, quando todos discutem ou preconizam formas de” exploração, ocupação e ações “modernas e racionais” materializadas em planos, projetos e programas oficiais de desenvolvimento para a região amazônica.

As ditas ações “modernas e racionais” são primeiramente localizadas por Almeida (2008) depois da expulsão dos jesuítas e seu “modelo de colonização de base teológica”, visto que sob influência do Iluminismo, Pombal enfatiza o papel do Estado, do saber científico e do gerenciamento econômico, redefinindo o projeto colonial. As reformas pombalinas “combinavam a noção de ‘progresso’ como o que denominavam de “racionalidade econômica”.

Este esquema interpretativo é reproduzido no tempo, tornando-se uma “sociologia espontânea de explicação da Amazônia”. A implementação de um sistema agrário-exportador

de mão de obra escrava e composto por empreendimentos monocultores era justificada e percebido como progresso, “tão forte se manifesta a ideologia oficial de ‘progresso’ que os comentadores regionais classificam, inclusive, este período como a ‘idade de ouro’” (Almeida, 2008: 24-25).

Depois de percebida a “modalidade de percepção” utilizada para explicar o que se considera como Amazônia, torna-se desnecessário a leitura de todos os chamados “naturalistas e viajantes”. O mesmo ocorre com as interpretações produzidas por autoridades burocráticas e administrativas, onde a “modalidade de percepção” onde as ações e intervenções do Estado serão sempre adjetivadas de “modernas e racionais” em prol de uma necessidade de desenvolvimento torna visível como que os argumentos e os critérios avaliativos que reproduzidos acriticamente compõem as justificativas de planos econômicos, programas de desenvolvimento, políticas públicas e outras formas de intervenção do Estado ao longo de um vasto período, iniciado talvez em 1755 com as reformas pombalinas até a Constituição Federal de 1988³⁵.

A possibilidade de reprodução dessa periodização expressa a “monotonia no discurso oficioso” como assevera Almeida (2008:25) partindo noção foucaultiana de “atualidade” que percebe os esquemas interpretativos como constituídos por argumentos e critérios que são

³⁵ A vigência dessa “modalidade de percepção” dos problemas e das justificativas para as ações ditas “racionais e modernas”, ao longo dos anos, permite a Almeida(2008: 24-29) fazer um periodização detalhada baseando-se em ações do Estado que reproduzimos aqui sinteticamente. Em 1877, os atos imperiais relativos à seca deslocando força de trabalho nordestina para Amazônia. Em 1910, nos atos republicanos de criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI) com a imobilização da força de trabalho para empresa seringalista. (...) na implementação do Plano de Defesa da Borracha desde 1912, e nas políticas governamentais para a seca em 1915 e 1930 (...) nas campanhas da “Batalha da Borracha”, após Acordo de Washington, firmado com os Estados Unidos em 1942, e nas discussões que resultaram no Art. 199 da Constituição Federal de 1946, que dispôs sobre a implantação de um programa de desenvolvimento para a Amazônia (...) nos argumentos que resultaram na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), quanto na Lei nº 1806, de 6 de janeiro de 1953, que regulamentou o Art. 199. (...) vamos encontrar esses princípios ditos “racionais”, orientando a criação da SUDAM, em 1966 (...) e nas políticas de colonização dirigida do INCRA e nas grandes concessões de terras públicas a empreendimentos privados no período ditatorial de março de 1964 a março de 1985(...)sob diferentes aspectos nas justificativa das diferentes políticas governamentais: no Proálcool, no Projeto Jarí e no Programa Grande Carajás, bem como nas leis estaduais que buscam uma reestruturação formal do mercado de terras. Justifica ainda a usurpação das terras indígenas e das ocupações tradicionais camponesas(...)” (ALMEIDA, 2008: 24-29).

repetidos “de maneira implícita ou explícita, regidos por uma determinada monotonia que transcende contingências históricas”. Os argumentos e critérios referentes aos planos e programas, ou mesmo a literatura dos viajantes e naturalistas, se expressa estranhamente atual devido à monotonia que perpassa esses esquemas interpretativos. A atualidade também pode ser lida como a eficácia e força de controle das instâncias de consagração dos saberes científicos ou dos mecanismos que oficializam interpretações.

A constatação desta “atualidade” e “monotonia” pode ser sintetizada em uma “constelação sufixal com pelo menos três proeminências: os biologismos, geografismos e os dualismos” que se expressam “notadamente” nos meandros das políticas governamentais. O que constitui obstáculos epistemológicos, mas também obstáculos “ao conhecimento específico de processos reais e de realidades localizadas” já que os sujeitos foram eclipsados pelo agigantamento do quadro natural. Os biologismos podem estar atrelados, por exemplo, a prevalência nos “discursos ambientalistas em entender a questão ambiental como uma questão sem sujeito”. Os geografismos aparecem nos “fatores naturais”, como na ilusão de “isolamento”, “grandes distancias” “paraíso perdido”. E os dualismos seriam a pretensa capacidade explicativa pela distinção: “natureza da cultura”, “tradicional do moderno”, “agricultura da indústria”, que por vezes, lê “processos tradicionais” em oposição ou devendo ser substituídos por “processos racionais” (ALMEIDA, 2008: 64-65).

A noção de “desenvolvimento” apareceria em oposição à tradição, e tradição em oposição à mudança. E tradição sendo o que se considerava como subdesenvolvido ou atrasado. A adjetivação de atraso emerge também como um argumento justificando intervenções políticas na leitura feita por Ribeiro (2000:141) na qual haveria uma eficácia por trás dessas oposições metafóricas: atrasado/avançado; subdesenvolvido/desenvolvido; terceiro mundo/primeiro mundo que reproduzem a necessidade de uma hierarquia ou mesmo a crença

na existência de uma fórmula que possa ser repetida para alcançar o fim almejado: o desenvolvimento.

Na identificação dos fatores de atraso os historiadores econômicos da Amazônia, os planejadores e os burocratas, duas décadas após a segunda grande guerra, na segunda metade dos anos 1960-1970, assinaram obituário do extrativismo. O fizeram considerando que a profunda crise do sistema de aviação e patronagem, com a desagregação da empresa extrativista, não poderia ter maiores alternativas e que as principais ações governamentais de incentivos fiscais e creditícios convergiam para os grandes empreendimentos mineradores, pecuários e madeireiros. Esta prioridade política é definida não obstante o reconhecimento da importância do extrativismo para indígenas e ribeirinhos (ALMEIDA, 2008:66).

Sob a ótica dessa “modalidade de percepção” dos esquemas interpretativos, temos o argumento acerca da “valorização da Amazônia” com estratégias “racional” de ocupação e de exploração dos recursos, justificada pelo fato de que o conhecimento e as práticas dos ribeirinhos e extrativistas não davam conta de desenvolver a região, o que só poderia ser alcançado com a ação estatal. A “incapacidade” desses agentes sociais em transformar tal grandeza natural para fins racionais do mercado será interpretada posteriormente como modos de vida que “degradam a natureza” e que justificaria novamente a intervenção do Estado para reparar essas perdas. Contudo, na observação aproximada das realidades específicas desses ribeirinhos e extrativistas se percebe quem são os verdadeiros agentes que degradam a natureza e os fracassos dessas ações ditas racionais, o que conseqüentemente nos aproxima de elaborações/ esquemas interpretativos onde a degradação ambiental torna-se uma ação sem sujeito já que as ações e programas implementados na Amazônia foram sancionados pela lógica “racional” do Estado (ALMEIDA, 2008: 67-71).

As ideologias de “modernização e desenvolvimento” em um sem-número de interpretações sobre a Amazônia, desde o século XVII até o século XX, apresentam os povos indígenas e aqueles recrutados compulsoriamente na África, como povos sem história, derramados no quadro natural e refratários às inovações tecnológicas (ALMEIDA, 2008:65).

Para Almeida (2008:70) é essa lógica explicativa que perdura durante o período ditatorial (1964-1985) “quando se louva uma ação empresarial para dinamizar a economia amazônica, tratando o conhecimento local como “atrasado” e distante da racionalidade industrial (...) os planejadores oficiais permanecem falando na magnitude do potencial da natureza face aos agentes sociais “incapazes” de transformá-la para os fins de mercado”. Ainda prevalece o Estado pretensamente “racional” reiterando e reforçando a percepção de uma discursividade monótona e atual sobre o que é Amazônia e como ela é e foi representada.

Perceber o viés “desenvolvimentista e racional” por trás desses esquemas interpretativos, materializados em planos e programas estatais, e a constatação da monotonia discursiva e de sua contraditória atualidade é o ponto chave para me aproximar do município de Novo Airão, no sentido de localizar como que esses esquemas interpretativos ecoam na justificativa e/ou na argumentação de políticas, no caso ambientais, e intervenções e fiscalizações do Estado que atingem a vida dos artesãos do arumã.

O primeiro passo nessa direção seria entender como que as políticas ambientais e seu ideário preservacionista/ conservacionista se aproximam ou passam a ser mais uma expressão monótona e atual do discurso oficial. O que nas palavras do ambientalista Eric Zencey (1989:93) “é irônico que o movimento ecológico, ao oferecer a visão de uma sociedade sustentável, tenha retirado parte de sua força de uma mentalidade que era, por sua própria natureza, não sustentável”³⁶.

O entendimento desse processo pode ser vislumbrado, ainda seguindo a argumentação de Almeida (2008) ocorreu uma mudança na maneira de representar a natureza e os sujeitos sociais diante da constatação de que a degradação ambiental acompanhou o que, até então, era justificado como ações racionais e modernas tornando explícito “os fracassos” de alguns planos e programas de desenvolvimento implementados na Amazônia.

³⁶ Ribeiro (2000: 149) no esforço de identificar como que a utopia/ideologia do desenvolvimento ecoa no ambientalismo cita um trecho do artigo do ambientalista Erci Zencey (1989).

Acrescento o argumento de Ribeiro (2000) acerca do ambientalismo que num primeiro momento surge como um discurso propondo uma solução alternativa, tendo sua força equiparada ao socialismo e ao marxismo e que posteriormente passa a ter elementos que vão paulatinamente aproximando da ideologia/utopia do desenvolvimento.

A soma dessas duas perspectivas teóricas caracterizam a leitura que faço do ambientalismo e, conseqüentemente, de como percebo as políticas ambientais diante de várias possibilidades interpretativas no âmbito das Ciências Sociais. Escolho apontar o viés “desenvolvimentista” e dito “racional” em decorrência do peso dado nas falas e depoimentos dos artesãos e artesãs do arumã e de outros moradores do município do Novo Airão diante das conseqüências da implementação de políticas ambientais, como detalharei adiante. Além do fato, de que a crença na existência e funcionalidade dessa “racionalidade” se expressará enquanto lógica de gestão oposta ao modo de vida tradicional de produzir artesanato de arumã, no âmbito da Associação de Artesãos de Novo Airão ao longo de sua relação de parceria-mediação com a FVA.

Acrescento essa justificativa para que fique claro que na leitura dos dados de campo e na maneira como as conseqüências das políticas ambientais implementadas em Novo Airão são sentidas no cotidiano e a forma como elas são apreendidas pelas pessoas, me permitiu conceber este argumento. Não faz parte dos meus objetivos uma revisão bibliográfica sobre ambientalismo ao contrário, o objetivo é mostrar minimamente as condições de possibilidade políticas e também ideológicas, que permitem não só a existência da FVA, enquanto mais uma ONG ambientalista, mas as condições de possibilidade para que a própria FVA pudesse ter recursos financeiro e humanos (uma equipe diversificada de técnicos) para que estivesse realizando atividades pelo Rio Negro e com um projeto sobre “fibras” que possibilitaria a criação da Associação de Artesãos de Novo Airão - AANA.

Neste sentido, partimos da leitura de Ribeiro (2000: 137) postulando que o ambientalismo surge como “um discurso que ganha poder dada a diminuição relativa da eficácia e presença, tanto simbólica quanto concreta, do marxismo e do socialismo como alternativas a visões clássicas de sistemas capitalistas de vida”.

Para Ribeiro (2000:144) “o ambientalismo durante muito tempo foi relacionado a “modelos alternativos de desenvolvimento”, mas apenas recentemente se transformou em interlocutor dos principais agentes do campo desenvolvimentista”, o caráter radical do “alternativo” vai perdendo força no campo das disputas e alianças entre iniciativa privada e seus grandes projetos e as instancias governamentais, nessa relação o ambientalismo se aproxima da ideologia/utopia do desenvolvimento, ou assim é apropriado.

Ao longo deste percurso de aproximação o autor se refere às várias versões e variedades do movimento ambientalista³⁷ e dos movimentos sociais a ele associados e é a própria variedade, que perpassa desde organizações sindicais até as grandes cooperações internacionais, apontada como “uma das razões do por que políticos de matizes diferentes aderem a discursos ambientalistas” que materializam em seus discursos, ações, planos e políticas que passam a ser consideradas racionais e sustentáveis, posto que

de um ponto de vista organizacional, o ambientalismo é uma das forma mais contemporâneas de movimento social, constantemente articulando burocracias centrais (uma sede nacional ou internacional), conhecimentos científico de diferentes campos (ecologia, antropologia, biologia, engenharia agrônômica e civil, física e etc.), redes de informação (rede de computadores, *mailing list* nacionais e internacionais), *lobby* intenso de instituições políticas e econômicas, iniciativas legais, criação de eventos na mídia eletrônica, recrutamento de *superstars* e demonstrações massivas e simultâneas em vários países como forma de enfrentar a internacionalização da questão ambiental (RIBEIRO, 2000:145).

³⁷ Nesse sentido pontuo algumas bibliografias e autores, de acordo com a revisão de Ribeiro (2000: 144) para uma história do ambientalismo no Brasil contemporâneo, onde são exploradas suas diferenças, ver Viola (1987, 1991). Fernando e Carneiro (1991) apresentam um *survey* sobre as ongs brasileiras. Anna Bramwell (1989), em seu livro sobre a história do ambientalismo internacional, mostra a complexidade político-ideológica do movimento ecológico. Snow (1992) descreve características das lideranças do movimento americano.

Nesse panorama, a ECO-92³⁸ (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio Janeiro) aparece também como um marco na mudança, ou melhor, como momento onde o que havia de radicalidade no alternativo do “ambientalismo” se apazigua “movendo-se do ponto extremo do espectro que argumentava em termos de crescimento zero ou nenhum crescimento, para uma noção que se transformou em campo permanente de discussão e não é totalmente operacional: desenvolvimento sustentável³⁹” (RIBEIRO, 2000:152).

Compreender “a que veio e a quem atende” o conceito de desenvolvimento sustentável é preciso fazer “sua genealogia”, reconstituindo as relações de forças que o produziram e que o tornaram uma noção que articula e neutraliza interesses divergentes no campo político e teórico perpassado pela ideologia/utopia do ambientalismo e seus variados discursos e interpretações; para Carvalho (1991:11) a matriz por trás desde “permanente debate” é o projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente.

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente, era a de produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que atendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação das riquezas em que o patrimônio natural passava a ser um bem. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos era usado como álibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico, emprestando uma

³⁸ Almeida (2008:111) também localiza a ECO-92 como um marco: “recordem que os representantes dos movimentos sociais saíram das reuniões de 1992 achando que estava desenhado o caminho de seu “fortalecimento institucional” e que as centenas de milhões de dólares, aplicados como o monitoramento da “sociedade civil organizada”, poderiam manter um admirável padrão de conservação da floresta tropical”.

³⁹ Ribeiro (2000:153-161) localiza a circulação da expressão desenvolvimento sustentável em relatórios internacionais, primeiramente em 1987, no Relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório de Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, onde a expressão foi popularizada “apesar de não se ter avançado muito em sua sistematização conceitual”. O autor aponta diversos autores que contribuíram ou se empenharam no intuito de uma definição para o que seria esse novo desenvolvimento sustentado. Propostas como as do *etnodesenvolvimento* (STAVENHAGEN, 1985 & DAVIS, 1988) e sobre *ecodesenvolvimento* (SACHS, 1986). Além da referência a documentos e declarações, como a Declaração de Manila sobre a participação popular e desenvolvimento sustentável (1990) foi “resultado de um encontro de 31 associações de lideranças da África, Sudeste Asiático, Sul da Ásia, Pacífico Sul, América Latina, Caribe, América do Norte e Europa, em Manila, Filipinas, de 6 a 10 de Junho de 1989”.

preocupação humanista a intenções não tão nobres (CARVALHO, 1991:11).

Antes de discorrer sobre o ideário ambientalista às ações consideradas “racionais e desenvolvimentistas”, remeto ao fato de que as conceituações, interpretações e apropriações da noção “desenvolvimento sustentável” estão inevitavelmente atreladas à polissemia do “desenvolvimento”: “uma das noções mais inclusivas existentes no senso comum e na literatura especializada (...) pode se referir desde a uma tentativa de sistematização acadêmica para a interpretação de mudança socioeconômica até a conjuntos de ideias que orientam e legitimam a ação dos atores sociais” (RIBEIRO, 2000: 131), o que nos remete ao poderio e arbitrariedade dos “esquemas interpretativos” criticados por Almeida (2008).

A abrangência da noção de desenvolvimento irá implicar leituras muito divergentes, mas é possível localizar marcadores semelhantes entre a leitura feita por Almeida (2008) e Ribeiro (2000) com a intensificação do uso e justificativas desenvolvimentistas no período pós-segunda grande guerra⁴⁰ onde temos nas palavras de Ribeiro (2000: 135-136) “a redefinição do peso dos diferentes Estados-nações na divisão internacional do trabalho, são instaurados novos mecanismos para se operar em nível global”, como o Banco Mundial (o BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU). Além dos “indicadores objetivos para medir a performance de desenvolvimento”, como o PIB - Produto Interno Bruto que são estabelecidos como universais.

⁴⁰ “A inserção da Cooperação Técnica Internacional - CIT no sistema internacional ocorreu com as modificações introduzidas no imediato pós-guerra, entre 1945 e 1949. Falava-se então em “ajuda” para a reconstrução da Europa e para o desenvolvimento, porém as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, tinham em vista, antes de tudo, a montagem de seus sistemas de aliança (Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN e Pacto de Varsóvia), bem como a preservação das zonas de influência com que haviam organizado o espaço terrestre”. (CERVO, 1994:38).

Esses elementos podem parecer ter gerencia apenas num âmbito prático da economia internacional, contudo corroboram para a difusão e aceitação do ambientalismo já que suas “temáticas e formas organizativas” conjugam com a “nova ordem econômica internacional”, caracterizada por Ribeiro (2000: 150) como “uma ordem promotora de uma intensa transnacionalização econômica, política e cultural (...) aqui cabe reconhecer que em um mundo onde as relações hierárquicas entre os diferentes Estados prevalecem claramente (o ambientalismo) pode ser manipulado para a reprodução e ampliação da desigualdade” também.

Reproduzo a utilização do termo “transnacionalização” e mantenho a expressão “nova ordem econômica internacional”, pois seus elementos ou mesmo sua materialidade emergem com força subsidiando estratégias e justificativas de cooperação internacional, ou CTI – Cooperação Técnica Internacional, por meio dos mecanismos internacionais, as “agências multilaterais: BIRD, BID” apontadas por Almeida (2008:72) instancias de controle e proposição de pautas e intervenções custeadas com recurso financeiro internacional.

Para Cervo (1994)⁴¹ a Cooperação Técnica Internacional - CTI foi formalmente instituída pela Resolução nº 200 de 1948 da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde “a noção de CTI envolveu três elementos originais: a) transferência não comercial de técnicas e conhecimentos; b) desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e prestador; c) execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas” (CERVO,1994:38-39). Ao avaliar o impacto histórico da “experiência brasileira de CTI sobre o desenvolvimento do país”, o autor

⁴¹ O trabalho de Cervo (1994: 38) sob o título: *Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil*, apresenta o resultado do “estudo exaustivo das modalidades, dos programas e dos projetos implementados com participação do Brasil. O estudo levou-nos à organização de um banco de dados, envolvendo a ação de 333 agências nacionais ou estrangeiras e a execução de 1.293 projetos, praticamente a totalidade do que representou a experiência brasileira de CTI dos anos sessenta aos anos noventa”.

percebe que a noção de CIT nasce ambígua mesclando politicamente “assistência e ajuda” e o que seria realmente a “cooperação entre partes” envolvidas.

(...) dos anos sessenta aos noventa, a sociedade e o governo do Brasil buscaram a cooperação técnica internacional, por havê-la considerado um dos fatores capazes de modificar o perfil do desenvolvimento. Foi-lhe assim atribuída uma função específica, a função de disseminar os efeitos sociais do desenvolvimento. Havia, por conseguinte, certa consciência de que o modelo de desenvolvimento então adotado dava demasiada ênfase ao crescimento econômico em detrimento de seus aspectos sociais (CERVO, 1994:37).

Nesse âmbito, me refiro aos editais de financiamento de projetos com pautas ambientalistas custeados por meio de recurso financeiro de cooperação internacional, posto que é essa lógica que emerge a possibilidade de criação da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA, com mediação da ONG Fundação Vitória Amazônica- FVA no âmbito de um projeto específico com custeio internacional.

Sendo a FVA uma ONG que se denomina “ambientalista” e que mantém suas atividade e projetos com recurso financeiro oriundo de diversos editais de financiamento (internacionais e nacionais) posso aproximá-la desse debate onde a organização e proposição de pautas por meio da disposição de editais internacionais de financiamento nos remete diretamente a forma como os “indicadores objetivos de desenvolvimento e os mecanismos internacionais” funcionam político e economicamente; expressando como o que ambientalismo pode ser “monótono e atual” e lido como representante do “discurso oficioso” visto que voltamos à polarização hierárquica que agora se expressa, segundo Carvalho (1991:13), sob a forma dos “financiados e financiadores” embora mude a qualidade do desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável reafirma o atual modelo de desenvolvimento, aperfeiçoando-o, na medida em que propõe um melhor manejo de seus custos sociais e ambientais. O fato de advogar uma sociedade mais produtiva com um menor custo socioambiental não implica necessariamente uma opção por uma ordem mais justa e participativa. Pode-se chegar a um alto nível de eficiência, com novas e “limpas” tecnologias, e até

mesmo com uma diminuição dos índices de pobreza absoluta, sem que se altere significativamente o grau de participação política e ética das relações sociais (CARVALHO, 1991:13).

Considerando o ambientalismo como uma utopia/ideologia do desenvolvimento Ribeiro (2000:169) aponta “características que se movimentam em parâmetros de racionalidade próximos, senão idênticos, aos do projeto Iluminista”, emergindo a possibilidade do movimento, aquém das dinâmicas históricas e realidades específicas, de uma “modalidade de percepção” análogas às caracterizadas por Almeida (2008). A semelhança entre esses parâmetros de racionalidade se centrariam na crença e eficácia da

manipulação do futuro; suspensão de conflitos e correção de deficiências pela implementação de uma solução ótima; apelo à possibilidade de estabelecer uma etapa mais avançada do que a anterior, se determinado modelo for estabelecido e seguido; conceber a humanidade como uma só e com o mesmo destino *universal* (organizando-a sob um mesmo eixo temporal como ocorre com a ideia de progresso-destino, aqui, sendo uma categoria fundamental de *futuro* comum); recuperação de uma noção de totalidade centralizada na relação homem/natureza e na construção de uma visão holística da realidade; e manutenção do planejamento como requisito fundamental, já que desenvolvimento sustentável requer uma nova e complexa síntese de planejamento racional adequada às novas tecnologias e contratos sociais” (RIBEIRO, 2000:169).

Como argumentado até o momento, segundo Almeida (2008) estaríamos diante de “esquemas interpretativos” onde predomina quase que invariavelmente uma “modalidade de percepção” onde as ações estatais e suas variadas formas de intervenção foram e são justificadas e reproduzidas como “ações racionais e modernas” e em prol de um “desenvolvimento necessário”, mesmo que totalmente distanciado da realidade empírica e dos diversos sujeitos sociais e seus respectivos modos de vida específicos.

Nessa leitura, houve uma mudança na maneira de perceber a “natureza” e os diversos sujeitos sociais, sob a justificativa de “frear práticas predatórias e em busca do uso mais racional dos recursos florestais e em conter a degradação ambiental”, isso somado ao contexto paralelo da redemocratização do estado brasileiro onde teríamos o que o autor denomina de “novo capítulo”.

Como demonstra Almeida (2008) das narrativas de viajantes e religiosos as primeiras leis e intervenções políticas são justificadas sob o nome da ciência posteriormente substituído pela racionalidade estatal e posteriormente pela noção de mercado e as consequentes justificações desenvolvimentistas compõem os “esquemas interpretativos” sobre a Amazônia e sua “modalidade de percepção” tiveram “vigência praticamente absoluta de 1755, quando se adensam as reformas pombalinas, a 1988, quando se tem uma Constituição Federal, que tem permitido falar em um Estado Pluriétnico – que confere proteção a diferentes expressões étnicas” (ALMEIDA, 2008:35- 36).

Ao longo dessa periodização composta, com as devidas ressalvas do autor ao se utilizar, de “datas canônicas” acresce-se à necessidade de ruptura e urgência de compreender como que este campo intelectual e político, monótono e hegemônico, modificou a percepção e o uso dado a “natureza”. Para Almeida (2008:36) a questão é entender como que, para o Estado, que postulava uma noção de “natureza” sem sujeitos, sem uso comum dos recursos naturais e sem a unidade de trabalho familiar como principal e mais eficaz articulador da força de trabalho, “redefine a maneira de representar a “natureza” e de justificar as formas de intervenção oficiais”.

A forma de perceber e representar a natureza é redefinida e em paralelo, não se pode mais subsumir os diversos sujeitos sociais e suas realidades específicas em um “grande e exótico quadro natural” posto que “os agentes sociais deixam de ser vistos como “indivíduos biológicos”, de existência serial e atomizada, para assumir sob condições de existência coletiva uma posição de sujeitos sociais” (ALMEIDA, 2008: 38-39).

As novas formas de interpretar a “natureza” e de defendê-la fazem parte de seu novo significado, que não pode mais ser dissociado das mobilizações e de processos diferenciados de territorialização, que levam os sujeitos sociais a construir suas próprias territorialidades específicas, segundo seus critérios culturais intrínsecos e seus conhecimentos profundos das realidades localizadas. Rios, igarapés, olhos d’água, reservas de mata, castanhais, babaçuais, campinas, campinaranas, açazais, buritizais e ou terras agricultáveis

passam a compor um conjunto considerado indispensável para a reprodução física e social (ALMEIDA, 2008: 39).

São esses sujeitos sociais que realizam o que Almeida (2008: 82) denomina de “processo de politização da natureza”: a natureza é redefinida, os sujeitos sociais emergem com seus processos sociais e identitários indissociáveis da “natureza”, politizando a “natureza”; “trata-se de um movimento de desnaturalização descrito por agentes sociais diversos, que passam a construir identidades coletivas, representações políticas e, sobretudo territorialidades específicas ou espaços sociais construídos para amparar sua maneira de ser e existir” (ALMEIDA, 2008:80).

O que conjuga com conjuntura jurídica política-administrativa: período da “redemocratização do Estado” com a Constituição Federal de 1988, acrescido das garantias jurídicas estabelecidas a partir do Decreto presidencial de 27 de dezembro de 2004, que institui a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais e o Decreto n° 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais (PNPCT)⁴².

O “final de 1985-1988” é caracterizado por Almeida (2008:72) pelo certo deslocamento do Estado por parte das agências multilaterais (BIRD, BID) em decorrência da ineficácia do Estado “que não lograva mais êxito em garantir seus propósitos imediatos e que não conseguira nem dirimir conflitos sociais e litígios, nem construir uma alternativa aos índices alarmantes de devastação ambiental da Amazônia”. A ação das agências multilaterais emerge tendo como pauta a preservação e contenção de problemas envolvendo políticas estatais e suas consequências para os povos e comunidades que o Estado não geriu. Isso somado as “mobilizações políticas” e afirmação do uso comum dos recursos naturais por parte

⁴² Para Almeida (2008:99) “estes instrumentos, tal como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ajuda a compreender que o tradicional não está mais ligado necessariamente ao histórico, ou seja, nós não estamos lidando com formas de conhecimento que são históricas simplesmente ou que se afirmam pelo costume”.

dos sujeitos sociais e o apoio e reconhecimento jurídico, acaba de maneira contraditória se expressando na pauta dos editais de financiamento.

Pode-se afirmar que a redefinição na maneira de perceber a natureza, pela esfera governamental e de empreendimentos privados, se dá no âmbito da lógica, pois se os argumentos e critérios pretensamente “racionais e científicos” já estavam atrelados à noção de “desenvolvimento” para justificar políticas governamentais na Amazônia.

Agora “a referida transformação pode, então, ser melhor entendida, quando se registra mudanças na própria lógica de ação das agências multilaterais, referidas ao que, no momento atual, se denomina de “desenvolvimento sustentável” na Amazônia” (Almeida, 2008:37).

A busca de uma definição do que seria esse tipo de desenvolvimento, além de marcada pela própria polissemia da noção de desenvolvimento, que permite sua apropriação seletiva por segmentos com variadas orientações político-ideológicas, tem sido relativamente mais realizada pelos interessados nessa arena política do que por acadêmicos especialistas no tema *desenvolvimento*. Assim são as ONGs, os órgãos de governo, as agências multilaterais e os empresários que se movimentam ativamente nesse terreno (RIBEIRO, 2000:153).

O Estado delegando, ou sendo deslocado por agências multilaterais, num novo contexto de pautas e objetivos para cooperação internacional, onde os editais de financiamento apropriam-se de definições relativas ao “multiculturalismo” e “diversidade cultural” intensificando a produção de um léxico específico instituído pelas agências multilaterais e seus editais, manuais de aprovação de projetos de desenvolvimento, sejam eles: sustentável, alternativo ou etno-desenvolvimento.

Estes manuais operacionais possuem um léxico específico que inclui termos como: “comunidade”, “participação comunitária”, “solidariedade”, “parceria” e “fortalecimento institucional”, que pré-definem os estatutos e regimentos das associações voluntárias de quaisquer dos chamados “beneficiários” de projetos, planos ou programas oficiais ou de empreendimentos privados (ALMEIDA, 2008:73).

Nesse sentido, pode-se afirmar a continuidade da “monotonia discursiva” mesmo com a incorporação da “garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais” e

argumentação acerca da preservação do meio ambiente vivenciada e garantida apenas com a permanência desses povos em seus territórios.

Para Almeida (2008:98) “isso está nos levando a algumas situações, digamos assim, de dramaticidade; há grupos hoje que tentam estabelecer em relação à natureza uma forma de assegurar a sua reprodução física e social, mantendo uma forma de conhecimento tradicional que é negada continuamente pelos aparatos de poder”.

A crença na eficácia dessa “racionalidade”, que antes era estatal, agora reside sob os “projetos e editais” que são financiados e/ou possuem suas pautas ou metas de intervenção orientada pelas agências de multilaterais, em gerir conflitos e ainda garantir as pautas desenvolvimentistas permanece e se reproduz por meio de suas instâncias de consagração: são os prêmios internacionais, os selos de gestão e participação, certificações e a própria produção científica/intelectual que se dá no âmbito das ONGs que mais do que justificarem o uso do recurso recebido produzem um conhecimento, emitem estatísticas e, por vezes, possuem a logística (seja ela financeira, equipamentos de ponta, recursos humanos e etc.) para “chegar” em áreas, conhecer e estabelecer relações de pesquisa onde a própria universidade não tem condições sequer “chegar”.

Nesse “novo capítulo”, redefinida a forma como a natureza é representada e suas novas intervenções e justificações, mas ainda na lógica monótona; independe do nome denominação que dê ao tipo de desenvolvimento (sustentável, local, alternativo), a justificativa será genericamente a “superação ou controle ou pra prevenção de práticas predatórias” ou a “degradação ambiental”.

Tudo se dá em nome do “desenvolvimento”, que se torna a categoria dominante no discurso dos planejadores oficiais pós-1945 com o fim da II Grande Guerra e, sobretudo, após 1966 com a SUDAM e a política de “colonização dirigida” do INCRA. A ela tem sido justapostas, mais recentemente ou pelo menos desde 1990, outras designações como “desenvolvimento local” e “sustentável” sob pretexto de superar a “degradação” ambiental e frear as práticas predatórias. Sob tais denominações

é que se tem hoje um antagonismo em torno do uso “mais racional” dos recursos florestais. (ALMEIDA, 2008:71).

Temos assim um campo político entrelaçado ao intelectual já que ações governamentais, planos e programas como PPG-7⁴³, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI/MMA)⁴⁴ e outros objetivam o controle e a preservação e têm em suas pautas políticas e como pré-requisito para financiamento e/ou como subsídio para execução das “atividades já planejadas”: a garantia dos direitos à diversidade cultural dos demais povos e comunidades envolvidos ou atingidos por suas ações ou projetos.

Têm-se a produção de estudos e relatórios específicos, no hall desses argumentos que asseveram a necessidade de atividades para desenvolvimento local/sustentável/alternativo, o peso da questão da viabilidade econômica perpassa os argumentos e critérios que constituem historicamente esses “esquemas interpretativos” usuais produzindo o que Almeida (2008:94-95) denomina de “desconhecimentos” e reproduzindo formas usuais de controle.

os estudos de viabilidade econômica tem que ser rigorosamente elaborados, porque já há um esquema interpretativo que os predefine (os esquemas de viabilidade econômica), é como se quando os técnicos fossem falar já soubéssemos o que eles vão dizer, já são discursos pré-dados, e esse pré-conhecimento da Amazônia (...) é uma forma de desconhecimento. É a forma evolucionista que colonialisticamente está colocada para “desconhecer a Amazônia” pelo menosprezo do sistema econômico intrínseco aos sujeitos sociais que se afirmam como “povos” e como detentores dos saberes tradicionais. Um dos principais elementos do desconhecimento da Amazônia, como já foi observado, tem sido produzido pelos aparatos

⁴³ O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) é localizado por Almeida (2008:99) como um exemplo claro dessa monotonia do discurso de “planejadores e estrategistas que reproduzem automaticamente aqueles princípios classificatórios e imaginam estar explicando as realidades localizadas e os processos sociais na Amazônia”. Sobre o PPG-7 o autor ainda aponta que “nem o zoneamento ecológico-econômico foi devidamente concluído, nem a participação dos agentes sociais foi dinamizada. Ao cometer a elisão desses sujeitos sociais, que estão produzindo essas formas de conhecimento, a ação do PPG-7 corre o risco de ficar inteiramente fora, inteiramente distante de situações concretas de uso dos recursos e, portanto, dos processos reais e das realidades localizadas”.

⁴⁴ Trata-se de um componente do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (ex-PPG7), vinculado à Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) do Ministério do Meio Ambiente. Além do financiamento do governo brasileiro, o projeto conta com apoio financeiro e técnico de agências de cooperação internacional dos governos alemão (KFW e GTZ) e britânico (DFID). O PDPI/MMA tem dois focos principais: o apoio a projetos no nível local em três áreas temáticas - proteção das terras indígenas; atividades econômicas sustentáveis; resgate e valorização cultural - e o apoio ao fortalecimento institucional e à capacitação para gestão do movimento indígena.

de poder, tem sido o Estado. (...) o desconhecimento e o descontrole na ação do Estado constituem uma forma deliberada de controle social exercida pela dominação. O descontrole seria uma forma de controle.(ALMEIDA,2010:94-95).

A produção de desconhecimentos concatenada à produção de um controle social se expressa na dificuldade de se romper com a realidade genérica onde o específico é tido como adjetivação, exemplificação ou mesmo exceção de uma realidade que já vista como homogênea sem sujeitos sociais diversos.

O aparato técnico, a crença e a reprodução da eficácia dos estudos e critérios que mensuram ou indicam a viabilidade econômica destes pequenos projetos de desenvolvimento sustentável ou de grandes pacotes (políticas de desenvolvimento) econômicos executados na Amazônia evidenciam a primazia de uma racionalidade (estatal, agências multilaterais, ONGs) distanciada das formas tradicionais de uso e acesso dos recursos naturais juntamente com modos específicos de reprodução social econômica mediada por arranjos políticos localizados. Essa pretensa “racionalidade” não dá conta da heterogeneidade de formas de se relacionar com a natureza e suas conseqüentes e múltiplas racionalidades.

Assim, em vez de ter apenas uma “razão” em pauta passamos a ter múltiplas. Estamos diante hoje, sobretudo a partir de 1988, de múltiplas racionalidades concorrentes, implodindo com a ideia de um “racional superior” alimentado secularmente pelo colonialismo. Trata-se do reconhecimento jurídico-formal de uma diversidade social liberta da moldura fisiográfica. A resposta à estigmatização, portanto, é que impulsiona as múltiplas identidades regionais (BORUDIEU,1989:126) e reforça as formas organizativas produzindo territorialidades específicas” (ALMEIDA,2008:74).

A questão nesse tópico é tornar claro que a produção de desconhecimentos sobre o que é a Amazônia e a sua conseqüente reprodução na elaboração de planos, programas, projetos (estatais ou vinculados a ONGs) podem ser políticas monótonas e atuais incidindo em conflitos e problemas para os povos e comunidades tradicionais, que apesar de galgado benefícios e assegurado o direito aos seus territórios e garantido o direito ao acesso aos

recursos naturais que compõem seus modos tradicionais e específicos de vida, ainda sofrem os efeitos de políticas monótonas e distanciadas das realidades a que se referem. Assim como esclarece Almeida (2008) temos mais do que a produção de desconhecimentos temos o controle e processos de dominação.

1.3. Novo Airão: textos e a linguagem ambiental

O que aqui pode parecer uma leitura muito direcionada no que concerne às possibilidades interpretativas acerca de políticas ambientais, é feito propositalmente posto que nos depoimentos e textos, que acrescento para compor a caracterização do local onde se realiza esta análise, encontramos os reflexos e as consequências dessas políticas ambientais que evidenciam seu distanciamento da realidade a que se referem e a monotonia discursiva que ainda assevera pela “racionalidade”, ou no caso, “pelo uso mais racional dos recursos florestais” como caracterizou Almeida (2008).

Minha metodologia para isso parte de fragmentos de textos que aciono para compor a caracterização do município, refere-se a textos produzidos numa “oficina de produção textual”, no âmbito de minhas atividades como professora da Universidade do Estado do Amazonas - UEA no curso de graduação Pedagogia do Programa de Formação do Magistério Indígena – PROIND em Novo Airão.

Antes que se questione a validade de tal recurso, assumo de prontidão a tentação direcionar a temática dos textos, a serem produzidos pelos alunos, a temática de minha dissertação. Contudo, era exatamente aí que residia a minha curiosidade: em saber se os problemas enfrentados pelas artesãs e artesãos do arumã tinham mínima visibilidade no município, ou se a maneira como os artesãos resolviam seus problemas cotidianos e entendiam as relações políticas condizia ou se aproximava das representações de outros

moradores. E justamente por isso o esforço de não misturar interesses foi facilitado, sendo o enunciado/tema dos textos “disserte sobre a realidade onde vive”.

A maneira como os alunos desenvolveram os textos foram as mais diversas, entre os textos produzidos a questão ambiental e suas implicações para a vida cotidiana foi muito presente e parto dessa temática para apresentar Novo Airão⁴⁵.

Assim, após este compor do argumento que permite localizar as políticas ambientais próximas a discursividade monótona respaldada e justificada em “atos e deliberações racionais”, agora caracterizados por ações que objetivam “o uso mais racional dos recursos naturais”. Iniciamos, por influência da “monotonia” impregnada pesadamente nessas páginas, a caracterização do município de Novo Airão distanciada dos “dados e estatísticas oficiais” na tentativa de evitar os “desconhecimentos”. Para tanto me refiro aos fragmentos dos textos produzidos pelos alunos da referida turma do curso de Pedagogia da UEA.

Se o esforço até aqui foi apresentar primeiramente o contexto teórico político e como a Amazônia sendo historicamente pensada e esquadrinhada. A tentativa agora é de aproximar o desvelar das regras do campo político intelectual às representações expressas nos textos da oficina, no intuito de apresentar o lugar onde vivem as artesãs e os artesãos do arumã, pelos próprios moradores da cidade.

Os textos apresentam entendimentos próprios e diversos sobre “proteção do meio ambiente”, “sustentabilidade”, “preservação”, “as leis” que destoam da discursividade monótona e distanciada das políticas ambientais e suas justificativas racionais. Esses entendimentos localizados e específicos e as adjetivações e substantivações de “categorias

⁴⁵ A ideia de me utilizar dessa produção textual justifica-se pelo perfil variado dos alunos com trajetórias e posições sociais muito diversas: professores (da educação infantil, do ensino fundamental, ensino médio, de turmas de Educação de Jovens e Adultos que atuam na sede do município) e professores que atuam com salas multisseriadas nas comunidades próximas e um professor indígena, técnicos e técnicas de enfermagem, moto-taxistas, agricultores, agricultoras, pescadores, donas de casa, jovens que recém terminaram o ensino médio e que ainda não trabalham, comerciantes, funcionários da prefeitura.

jurídicas” nos aproxima da proposta de Cardoso Menezes (2004) onde percebemos o meio ambiente enquanto linguagem.

Abordar o meio ambiente não como conceito, mas como linguagem para expressar conflitos ou atualizar antigas disputas implica uma dupla recusa, primeiro em relação às perspectivas normativas no tratamento das unidades de conservação e, depois, quanto a uma tendência objetivista, muito presente na bibliografia sobre sociedade e meio ambiente, que trata a mobilização em torno da proteção ambiental como uma resposta às condições objetivas de degradação ambiental (CARDOSO MENEZES, 2004 :5).

Além de apresentar o município pelos seus próprios moradores quero evidenciar o que Leite Lopes (2004) denomina de processo de ambientalização onde a questão ambiental se torna um discurso mais do que para resolver problemas aqui é uma linguagem acionada na tentativa de entender as mudanças sociais decorrentes da implementação de políticas ambientais que no município tem os seus efeitos e consequências sentidos no cotidiano das pessoas.

Esse processo de ambientalização, aqui entendido como a intensificação dos dispositivos legais e medidas concernentes à conservação ambiental; mudanças nas relações de interesses e reivindicações referentes à política ambiental, “tal processo implica simultaneamente em transformações no Estado e no comportamento das pessoas para tratar da questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos” (LEITE LOPES, 2004: 32). Início localizando o município de Novo Airão com um trecho do texto da Izabel Silva, intitulado: Paraíso não! Onde ela comenta sobre a sua adjetivação de “paraíso ecológico” do município.

Localizado a 180 km da capital do Amazonas, Novo Airão é um município com aproximadamente 16 mil habitantes que aumenta a cada dia. Dizem que Novo Airão é o município: “Paraíso Ecológico”, mas o que vejo é um lugar esquecido do resto do Estado do Amazonas. Embora haja uma enorme propaganda desse “paraíso” que é “um ponto turístico do Amazonas”. O que se observa são ruas esburacadas e alagadas, na época das chuvas; a saúde pública tá mais doente que os

pacientes e a segurança pública faz sentir insegurança. Que paraíso é esse? Não pode ser paraíso só porque tem vários lugares onde não se pode caçar pescar e nem derrubar mata pra fazer roça. Não tem nada de paraíso, falta emprego, o pessoal daqui que trabalha com turismo não recebe apoio nenhum, os artesãos funcionam por conta própria dependendo do turista que para na cidade, sem apoio das autoridades.

A comparação entre os problemas de infraestrutura da cidade e o questionamento sobre que tipo de “paraíso ecológico” é esse, apareceu em vários textos dos alunos. Onde o entendimento de “paraíso” mais do que relacionado às “áreas protegidas” deve englobar uma infraestrutura básica que possibilite qualidade de vida para a população. Isso foi reforçado em outros textos, onde alguns alunos relacionaram desde a problemática da saúde pública, educação e a própria forma como o município era “administrado pelos políticos” ao entendimento e questionamento do que deveria ser este “paraíso ecológico”.

Ainda sobre “preservação do meio ambiente” e a ambiguidade do “paraíso ecológico” relaciono à questão do “lixão da cidade”. Faço esse comentário, pois foi presente em alguns textos, visto que no período das aulas (Janeiro e Fevereiro de 2012) chove bastante no município e os bairros aos redores da área destinada a ser o “lixão da cidade” alagam e essa “água contaminada” invade as ruas e até algumas casas. Um trecho do texto da aluna Arlene Padron que questiona o que é “preservar” diante dessa situação.

Um grande problema para a comunidade é a maneira com o lixo doméstico é tratado, isso sem falar no lixo hospitalar que não tem local próprio para despejo. A coleta não é regular, o carro que faz a coleta é inapropriado e o local onde o lixo é despejado causando problemas de saúdes para as pessoas. O que nós podemos ver com isso é que somos cobrados a não destruir e nem pegar nada da natureza, mas a natureza pode ser contaminada pelo lixo. Isso não é preservar o meio ambiente.

Antes que se tenha a impressão de que os trechos e que o próprio exercício de produção textual não passou de um momento de “denúncias e reclamações”, o meu objetivo é mostrar que as pessoas acionam “a questão do meio ambiente” até se fosse um exercício de

denúncia, é a maneira de perceber como isso tem materialidade e peso nas questões mais cotidianas da vida dessas pessoas.

No intento de evitar essa característica de “denúncia” passo para um texto que trás mais do que o argumento sobre a existência de áreas protegidas pela “lei”, vem acrescido de porcentagens que se assemelham aos dados referentes à questão fundiária do município, sintetizados por Menezes (2008 & 2010). O texto da aluna Fílvina Gomes sob o título “Dualidade no cenário de Airão”.

Compõem o cenário de Novo Airão 85% de uma linda paisagem de fauna e flora intocáveis, amparada “cuidadosamente” na lei. Essa lei que se esquece do homem, formulada com bases totalmente distantes de sua realidade. Sendo retirado dele o que sempre foi seu e sendo proposto uma pequena quantia para o sustento de sua família, fazendo com que ele se desloque para a cidade. Na cidade... ou os 15% onde são limitadas as oportunidades, onde há o desemprego, a fome, prostituição, drogas, exploração e abuso de menores, saúde e educação de péssima qualidade (...) Triste e lamentável, pois sendo uma cidade pequena, era de se esperar mais ações, sendo mais fácil trabalhar, gerar empregos, melhorar educação e saúde. Todavia os que estão à frente constroem impérios deixando tudo a desejar.

O deslocamento das famílias para cidade em decorrência das limitações impostas e fiscalizadas pelos órgãos ambientais aparece como justificativa em outros textos dos alunos, como no texto da Ercília Clemente, que é artesã da AANA que abordarei em seguida.

Contudo, vamos aos dados referentes à situação fundiária⁴⁶ (configuração territorial) específica do município de Novo Airão que explicitam a necessidade de definição do seria essa “degradação ambiental” e como ela se expressaria num município que “atualmente apresenta aproximadamente em sua superfície 3.749.020,00 ha, sendo que 3.051.918,42ha são áreas de proteção ambiental, terra indígena e terras da Marinha” (MENEZES, 2010:377).

Essa reconfiguração territorial do uso e das funções atribuídas as áreas do município foi um processo iniciado na década de 80, com a implementação da primeira Unidade de

⁴⁶ Dados sistematizados e apresentados em quadros e georeferenciados no mapa por Elieyd Menezes (2008) e que foram rerepresentados no livro organizado por Almeida e Farias Júnior (2010) no capítulo intitulado: Conflitos Ambientais e transformações sociais em Novo Airão nas páginas(375 - 395).

Conservação: o Parque Nacional do Jaú, por meio do Decreto N° 5.200 de 24 de setembro de 1980, que corresponderia a 32,01% da superfície do município; até o mais recente: o Parque Nacional de Anavilhanas, instituído pela Lei N° 1.799 de 29 de outubro de 2008, lei essa que na verdade transformou a antiga Estação Ecológica de Anavilhanas, criada em 1981, em Parque Nacional ocupando 6,40% da superfície.

De acordo com Menezes (2010:378) ao longo da década de 90, três novas áreas de proteção ambiental foram criadas: Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte, e o Parque Estadual Rio Negro Setor Sul por meio do Dec. N° 6.497 de 02 de abril de 1995, ocupando 3,90% da área total do município. Seguido da Área de Proteção Ambiental Margem Esquerda do Rio Negro e a Área de Proteção Ambiental Margem Direita do Rio Negro, ambas instituídas pelo mesmo decreto de. N° 16.498 de 02 de abril de 1995, correspondendo respectivamente: 3,89% e 7,76% da área total do município de Novo Airão.

Acresce a essa soma para compor a um entendimento sobre a situação fundiária em Novo Airão, o percentual de 26,94% da superfície do município que corresponde a Terra Indígena Waimiri-Atroari, além das Terras da Marinha (Gleba Amassunu, Ilha Matiuera e Ilha do Coró) ocupando 0,50% da área total.

O que resulta que o município de Novo Airão, segundo os cálculos de Menezes (2010:376) possui 81,40% de suas terras são destinadas a áreas de proteção ambiental (em suas variadas modalidades e de âmbito estadual e federal), terras da Marinha (que seriam terras doadas pelo Poder Executivo para uso do Ministério da Marinha) e a porção referente à Terra Indígena Waimiri-Atroari.

Contudo, deste total de 81,40% são áreas protegidas por distintas categorias de unidade de conservação cerca de 53,96%. A implementação dessas unidades de conservação impôs uma nova dinâmica à apropriação e ao uso dos recursos naturais, como no caso dos utilizados na produção do artesanato de arumã, e estabeleceu restrições à prática da pesca, da

caça e da extração de cipó ambé e do arumã seguida de rígidos mecanismos de fiscalização e controle.

O que nos remete a necessidade de “refletir criticamente sobre os fundamentos do que temos definido como “racional” e do que temos entendido como “natureza” para chegar ao significado de “degradação ambiental”. E que sob este argumento “desenvolvimentista” a “degradação” poderia ser entendida como resultado de “atos de poder” (ALMEIDA, 2008: 100).

O objetivo de acionar estes dados é para esclarecer que no município de Novo Airão a “implementação de políticas ambientais” é anterior a própria constatação da “degradação ambiental”. E que os “crimes ambientais” só passam a ter expressividade em decorrência do excesso de mediadas de controle e fiscalização que passam a ter gerência no município com implementação dessas unidades de conservação que determinam, por meio de decretos de criação e instituição, um novo uso e função para essas áreas que agora são “áreas protegidas”.

Não são atos e decretos “sintomáticos” de algo ou relacionados a altos índices de “degradação” ou dados estatísticos de “crimes ambientais” circunscrito ao município de Novo Airão que necessitaria uma “intervenção estatal”; são atos e decretos anteriores e por isso mesmo reforçam o seu distanciamento enquanto política estatal

Assim, apresento um trecho do texto da artesã da AANA, e aluna do curso de Pedagogia, Ercília Clemente abordando o problema da adaptação ao que ela denomina “leis de limitação que antes não existiam” e que agora pressionam “a ida para a cidade”.

Nosso município de Novo Airão é como se fosse localizado numa área de proteção ambiental aonde as pessoas vivem com limites. Os moradores não podem desmatar para o plantio, para o sustento por causa de várias leis de limitação que antes não existiam. O alimento dos Airãoenses era principalmente retirado do rio Negro: o peixe. A sustentabilidade de várias famílias interioranas era a pescaria que agora tem tido índices muito baixos nos últimos anos por causa das leis ambientais (...). Torna-se muito difícil para nós moradores nos adaptar aos novos conceitos proposto pela defensoria ambiental. A educação e a urbanização era o que antes motivavam as famílias

irem para cidade, mas a saída das pessoas para a cidade teve grande impulso após surgirem às leis de preservação.

Nesse trecho do texto, é perceptível como que uma das categorias de Unidades de Conservação, a Área de Proteção ambiental – APA cuja função é definida juridicamente e instituída pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC)⁴⁷, é transformada em uma adjetivação ao município de Novo Airão e sendo apropriada por Ercília para caracterizar o município como local onde o meio ambiente é protegido e que na prática significa viver com limites por causa das “leis”.

De acordo com o SEUC, Capítulo III (Das Categorias de Unidades de Conservação), o Art. 15 estabelece que a APA compõem o grupo das Unidades de Uso Sustentável que tem o “objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SEUC, 2007:15).

A presença humana na mediação deste processo de “compatibilizar”, e mesmo, a sua anterioridade enquanto sujeitos e coletivos que ocupam e se utilizam dessas áreas, que transformadas “por atos de poder” em APA, é negada e mesmo invisibilizada. Aproximando-nos novamente ao nosso argumento central deste capítulo: a pressuposta racionalidade e seu distanciamento da realidade produzindo desconhecimentos e perpetuando processos de dominação.

O uso adjetivado de APA para Novo Airão, por Ercília, diante do objetivo de “compatibilizar” conservação da natureza e uso de parcela dos recursos naturais torna-se apropriado, pois compatibilizar duas lógicas de uso e de entendimento da natureza e de maneira distanciada das populações só pode ter como consequência o que a autora e artesã afirma: *“torna-se muito difícil para nós moradores nos adaptar aos novos conceitos proposto pela defensoria ambiental”*.

⁴⁷ A lei que estabelece os critérios e normas para o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) é a lei complementar N° 53, de 05 de junho de 2007 decretada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

O Art. 16 do SEUC define que a Área de Proteção Ambiental – APA⁴⁸ é, em geral, uma área extensa, “com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SEUC, 2007:19). A “ocupação” dessa área que é juridicamente definida como APA é anterior ao ato que a institui, decreto de. N° 16.498 de 02 de abril de 1995.

Dos 53,96% de áreas cujo uso relaciona-se a proteção integral ou parcial do meio ambiente em Novo Airão 11,65% refere-se às áreas de APA, faço este destaque tendo em vista que nessa nova configuração territorial, a extração do arumã necessária para a produção do artesanato só passa a ser permitida em áreas de APA. E atualmente na RESEX do UNINI mediante plano de manejo apresentado devidamente aos órgãos gestores e fiscalizadores.

Essas “leis de limitação”, as quais Ercília se refere, aparecem no texto não só impondo limites ao modo de viver dos “airãoenses”, mas tendo marcador temporal, década de 80, e que em decorrência das consequências e necessidade de reorganização do modo de se relacionar com a natureza seria processo recente, ou como nos fala Ercília: “antes não existia”. O que recaí na dificuldade de se “*adaptar aos novos conceitos proposto pela defensoria ambiental*”.

Assim, como é “recente”, a percepção de que a ida para cidade teria como mais novo motivador os impactos das leis ambientais no modo de vida das “famílias interioranas”. Seguimos com trecho do texto de sua irmã, Eliana Clemente enfocando nos conflitos com os órgãos que fiscalizam a “preservação do meio ambiente”. Eliana não é sócia da AANA, mas

⁴⁸ Parágrafo único: A instituição e o funcionamento de APA observarão os seguintes critérios: I - a área pode se constituir de terras públicas e privadas; II – respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA; III- as condições para a visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo Órgão Gestor da Unidade; IV – nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para a pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

participa do cotidiano da associação pelos laços de parentesco e pela grande amizade com Josi, esposa de Erivaldo, atual presidente da AANA e sobrinho de Eliana e Ercília.

Devido à grande quantidade de leis protegem o meio ambiente, as pessoas sofrem porque não podem extrair nada e nem produzir nada por causa das leis do IBAMA. É essa preservação do meio ambiente que proíbem as pessoas de ganharem o seu sustento. Devido à grande quantidade de conservação e proteção integral do meio ambiente as pessoas não podem mais tirar nem um tipo de madeira, nem um tipo de cipó porque causa conflitos com os membros dos órgãos que cuidam do meio ambiente. Assim as pessoas que exercem atividades madeireiras, nessa região, acabam operando na clandestinidade. As autoridades deveriam ou fornecer uma atividade alternativa para essas famílias ou providenciar que essas pessoas tivessem o licenciamento da atividade de extração da madeira, mas isso não ocorre porque falta entendimento entre as diferentes instâncias do poder público: entre o que é da prefeitura e o que é do estado, entre os órgãos ambientais estaduais e os federais. Falta entendimento entre eles e explicação para as pessoas, e a burocracia dos órgãos ambientais para liberar qualquer coisa é muito grande. Falta entendimento entre o IBAMA e os líderes das comunidades, tem que haver mais clareza nas informações e agilidade na obtenção de licenças, tem haver uma integração entre o IBAMA e as comunidades.

Percebe-se neste trecho a modalidade de unidade de conservação: proteção integral sendo apropriada na linguagem e incorporada na escrita, na argumentação como caracterizando um sinônimo ou algo similar a conservação, o ato de proteger integralmente o meio ambiente. Não aparece como modalidade de unidade de conservação que estabelece juridicamente o “uso indireto dos recursos naturais e tendo como objetivo básico de preservar a natureza” (SEUC, 2007: 15).

Confunde-se como o tipo de modalidade de unidade de conservação (proteção integral ou de uso sustentável) com o significado literal da expressão “proteção integral”. O entendimento ou distinção entre APA e o que seria uma unidade de conservação de proteção integral não aparece. Nessa percepção da realidade do município de Novo Airão o que emerge são as “leis de limitação” e suas consequências para a vida das pessoas, onde independe qual a modalidade de unidade de conservação ou qual o órgão responsável.

Sobre atividade madeireira ou sua expressão no âmbito da produção de “espetos de churrasco”, destaco que ao longo do trabalho de campo, especificamente no período do feriado da páscoa de 2010 no sítio de Dona Zica e no convívio com os sítios vizinhos de seus parentes, percebi que depois da produção de farinha a atividade mais frequente era a extração de madeira para a fabricação de “espetos de churrasco”.

Por ser uma atividade onde a família participa e visto que um pedaço relativamente pequeno de madeira “rende bastante”, sendo uma atividade que pode ser mantida “escondida da fiscalização” (ao contrario da extração de madeira para fazer canoas e remos e menor medida embarcações) apesar “dos perigos” no momento da venda dos espetos depois de prontos.

Em uma das noites na casa de Dona Zica enquanto conversávamos sobre a vida e ela rememorava sua infância, nossa conversa é interrompida subitamente pelo barulho muito alto de uma *rabeta* que subia o rio em direção a cidade. Ao perceber minha reação de espanto vendo a escuridão em que navegavam. Dona Zica me esclarece: *“olha com vai pesado de tanta coisa, chega vai devagar. Deve de te espeto, bicho de casco, tracajá, carne de jacaré, ovo, tudo que o IBAMA adora! Isso se não tiver levando torra de madeira no meio”*. Eu ainda impressionada insisto em perguntar, mas como eles conseguem? *“É gente que já conhece o rio e conhece a beira, sabe se esconder caso vejam alguém descendo o rio (...) E chegando lá perto da cidade eles vão pelo meio do mato, levam as mercadorias na cabeça, é perigoso mas fazer o que? Agora tem que ser assim”*⁴⁹

E é esse distanciamento que perpassa as leis, a unidades de conservação implementadas e que tem materialidade na gestão e fiscalização; faz com que no cotidiano do município de Novo Airão, a “degradação ambiental”, até então argumentada como grande pauta e preocupação política e ideológica necessitada de intervenção urgente, seja percebida,

⁴⁹ Entrevista realizada na casa de Dona Zica, no dia 05 de abril de 2010, no seu sítio no igarapé do Faia, entre as Comunidades Sobrado e Aracari.

em decorrência dos conflitos, como oposição, ou mesmo como uma luta entre interesses distintos dos povos e comunidades tradicionais e os interesses estatais/multilaterais e de empreendimentos privados pretensamente “racionais”. Configurando “como corolário da oposição entre uma ação dita “racional” e os “conhecimentos tradicionais”, eles mesmos reavivados e mais contrastantes a partir das consequências diferenciadas da intervenção governamental” (ALMEIDA, 2008:100).

Contudo, mais do que uma simples e histórica oposição de lógicas, em Novo Airão percebe-se que há interesses diversos se apropriando dos “atos de proteção ambiental” intensificando os conflitos já existentes e gerando novos. Aqui me refiro aos interesses políticos e empresariais que coincidem com as “potencialidades econômicas da Amazônia Ocidental”.

Segundo Almeida (2010: 20) “a Fundação Getúlio Vargas desenvolveu, por solicitação da Suframa, um estudo sobre as potencialidades econômicas da Amazônia Ocidental e enfatizou os seguintes produtos de mercado amplo”; em quinto lugar temos a “madeira serrada (pré-fabricada)”, em sexto lugar a “madeira laminada e compensada” e em nono lugar o “turismo ecológico”.

Tais potencialidades econômicas se expressam no município; a atividade madeireira, apesar da ilegalidade e apesar dos perigos envolvendo aqueles que se ariscam a “*ir tirar madeira na estrada*” ocorre e tem sua justificativa atrelada as dificuldades de possibilidade de sustendo relacionadas às “leis de limitação” e ausência da possibilidade de “*empregos com carteira assinada onde o jeito é ir para a estrada trabalhar nas serralherias no mato, tirando madeira e carregando prancha no meio da noite*”.⁵⁰

Neste sentido, me refiro aos interesses políticos e empresariais que estão agindo dentro dessa lógica ambientalista ou se apropriando dela de forma muito eficaz. O turismo

⁵⁰ Expressões em itálico extraídas da fala de Carlos Alberto em entrevista realizada na sede da AANA no dia 03 de agosto de 2007. Ver página 34.

ecológico (empreendimentos privados de hotéis luxuosos em área de floresta, agências de turismo e os pacotes de passeio, hotéis de selva) se utiliza do marketing do “desenvolvimento sustentável” já que o município, por meio de folhetos da prefeitura municipal, informativos do Centro de Atendimento ao Turista – CAT, nos dizeres da entrada da cidade e na fala das pessoas, é percebido como “paraíso ecológico”. O trecho do texto “O turismo em Novo Airão” de Janderley Nascimento, indígena Apurinã e que trabalha como agricultor nas proximidades da cidade explana bem essa questão.

Novo Airão é um município rico em recursos naturais, mas, ao mesmo tempo tão pobre financeiro. Novo Airão precisa abrir teus olhos e educar os teus filhos para cuidarem de tuas riquezas. Não vês que gananciosos estão enriquecendo a tuas custas e tomando conta da herança de teus filhos, onde a maioria nem brasileiros são! Airão a solução para teu problema seria a construção de um verdadeiro Paraíso Ecológico onde os recursos naturais sejam trabalhados de uma forma coletiva para que todos sejam beneficiados.

Então, essa pequena parte da Amazônia empiricamente observada por mim, se insere e trás consigo “as dificuldades de se analisar fenômenos recentes”. O município de Novo Airão materializa bem esse contexto onde a ação ambiental corre o risco de ser percebida sem sujeito, nesse momento de dissensos sobre ambientalismo, preservação, conservação, onde as justificativas e os parceiros são os mais diversos, mesmo sendo uma política de Estado.

Esse “momento recente”, Almeida (2008) define como sendo momento de “novas estratégias de intervenção de desenvolvimento sustentável”, seguidas de consequentes problemas de mediação, de atos de delegação que acompanha processo de institucionalização de coletivos. Partimos deste campo intelectual e político, e o meu intento é mostrar os processos de dominação que perpassam o dialogo entre lógicas e interesses tão diversos, expressos aqui no que pode ser considerado como um estudo de caso da Associação de Artesãos de Novo Airão.

Este “estudo de caso” sobre os artesãos e artesãs do arumã visualiza um contexto político muito complexo e atual onde os próprios sujeitos, em decorrência de uma política ambiental distanciada e arbitrária acabam por desenvolver estratégias políticas próprias diante dos conflitos enfrentados no dia a dia da produção do artesanato de arumã.

CAPÍTULO 2: Associação de Artesãos de Novo Airão: tecendo o arumã e construindo a pertença

Os depoimentos e os relatos referentes ao início e à criação da Associação de Artesãos de Novo Airão - AANA estão relacionadas à organização não governamental Fundação Vitória Amazônica – FVA. Assim, apresento como ponto de partida o aparecimento dos denominados “técnicos da fundação” na cidade de Novo Airão. Opto pela construção um fio condutor comum extraído das falas e relatos dos artesãos para iniciar a análise da trajetória dessa associação.

Ratificando que o ponto de partida para discorrer sobre a trajetória da AANA é o aparecimento dos “técnicos da fundação”. Contudo a produção do artesanato e a utilização dos mesmos como utensílios domésticos, que passaram a ser denominados de “artesanato de fibras”, são anteriores a presença dos técnicos em Novo Airão e a qualquer contato com a Fundação Vitória Amazônica- FVA.

O conceito de trajetória é aqui apropriado consonante às reflexões de Bourdieu (2008:81) onde define que a história de vida “leva à construção da noção de *trajetória* como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço próprio em devir e submetido a transformações incessantes”. Assim, analisar da trajetória da AANA implica no esforço de esboçar a relação que se estabelece entre as posições que esse mesmo grupo assumiu no espaço social.

Esse esboço será construído a partir da análise do que consideramos como *discurso extraordinário* (Bourdieu, 1997: 704), onde o sujeito da pesquisa aproveita pra formular explicações, justificações, confissões e reflexões acerca de sua vida, sua trajetória, suas escolhas, ou seja, sua visão de mundo. Aqui, utilizo os depoimentos das artesãs Dona Percília e Dona Zica, do artesão e agricultor Seu Manoel, visto que ambos vivenciaram esse período,

entre os anos de 1990 até 1994, e iniciam suas falas sobre o início e criação da AANA com referência ao aparecimento dos “técnicos da fundação”.

2.1. Do artefato de uso doméstico ao artesanato de arumã

O pré-conhecimento da existência de artesãos na cidade de Novo Airão, por parte dos denominados “técnicos da fundação” ocorreu por meio da moradora Dona Núbia, que era proprietária de um pequeno restaurante em sua casa onde cozinhava e servia refeições para os turistas. E segundo a artesã Dona Zica, foi a *“Dona Núbia que falou para os técnicos da fundação sobre as pessoas que faziam artesanato”*.

Eu estava na minha casa e apareceu a Cida (da FVA). Ela (Cida da FVA) foi lá na casa da Dona Núbia perguntar, perguntando quem **fazia artesanato**, perguntando quem que **sabia tecer...** Perguntou quem é que tecia. E a Dona Núbia respondeu: Fulano tece, cicrano tece... E foram e anotando os que produziam... A Dona Núbia já trabalhava com turismo, mas era bem pouco, ela cozinhava para os turistas e já tinham contado que éramos nós que fazíamos, fazia peneira, fazia vassoura, tupé **não sabia bem fazer, mas já tecia** (Dona Zica, 04/04/2010, Igarapé do Faia, Novo Airão).

De acordo com artesã, a Dona Núbia teria procurado por Dona Percília, que nesse período já era conhecida por vender “tupé” na cidade, para fazer uma exposição no arraial da Igreja Santo Ângelo.

E foi ela (Dona Núbia) que deu essa ideia de expor os produtos lá na paróquia, ela falou com o padre. E aí quando eles (os “técnicos da fundação”) vieram por aqui de novo, a Dona Núbia convidou eles para irem lá na paróquia e eles foram, olharam e gostaram desses **teçumes** bonitos (Dona Zica, 04/04/2010, Igarapé do Faia, Novo Airão).

O envolvimento de Dona Percília e seus filhos na produção e venda do artesanato de arumã, é anterior a criação da associação. Dona Percília nasceu em São Gabriel, aprendeu a “tecer” na infância “*espiando o pai tecer*” e com ajuda da tia paterna. Casou-se com Seu Valdivino, nascido em Santa Izabel do Rio Negro, com quem teve seis filhos: Alberta, Edinéia, Sonia, Ivete e Antonio.

Em Santa Izabel do Rio Negro, de acordo com Dona Percília sua família “*vivia da roça e da venda de farinha enquanto os filhos estudavam*”. Ela “*já tecia tupé, mas era simples só fazia destalar o arumã e tecia verde mesmo*”, tupé este que era usado como tapete, objeto “*de casa pra deitar*” colocado sob o chão de madeira da casa.

O tupé enquanto objeto “*de casa pra deitar*” quando feito com talas sem tingimento, não torna visível “*as tramas*” que emergem na sobreposição de talas verdes com talas tingidas, ou seja, é da variedade de posicionar e sobrepor talas tingidas e não tingidas e no contraste entre as cores que vão se formando “*as tramas*”.

Posteriormente, em 1982 chegaram em Novo Airão, Dona Percília e Seu Valdivino continuam a trabalhar na roça “*plantavam quase tudo que comiam*”, mas só o seu marido “*pegava com junto no telhado*”. De acordo com a artesã, seus filhos nunca tiveram muito gosto pra roça e foi pra melhorar a renda da família que ela começou a “*vender tupé*”.

Antes da criação da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA, Dona Percília “*tecia os tupés*” em casa com a participação de suas filhas Sônia, Alberta, Edinéia, Ivete e do seu filho Antônio, e ainda contava com ajuda do seu neto Erivaldo, filho de Ivete e atual presidente da AANA, para fazer as vendas ou carregar os tupés prontos. Segundo a própria Dona Percília “*muitas pessoas sabiam tecer em Novo Airão*”, mas ela foi “*a primeira a vender*” artesanato de arumã.

Muitas pessoas **faziam artesanato** em Novo Airão, algumas tinham vergonha de vender porque as outras pessoas diziam que isso era coisa de índio, mas isso foi antes. Eu vendia **tupé** na

rua e não tinha vergonha. E foi nessa época que o pessoal da FVA começou a procurar as pessoas que sabiam tecer pra criar uma associação. [Dona Percília, 69 anos, Novo Airão, 24/10/2009].

Os grifos em negrito já enunciam uma distinção entre **fazer artesanato** e **saber tecer**, que será explicitada adiante, pois é a partir da decisão de criar a associação que elementos como: a anterioridade no ato de já produzir é acionada como prestígio dentro do grupo que formará a AANA.

Ao longo da relação que vai se estabelecendo entre os artesãos e a FVA, a distinção vai perdendo a força e certos “sinônimos” vão sendo engendrados como resultado dessa relação. A palavra “tupé” e “teçumes” tornam-se sinônimos, ao longo da trajetória da AANA, para “artesanato de arumã” ou “artesanato de fibras”, a partir do momento que passam a ser feitos com a intenção de venda.

Mesmo que haja a percepção de que existe uma distinção, feita anteriormente por Dona Percília, onde explica que o tupé para casa era “tecido verde mesmo” enquanto que o que é destinado à venda tem uma parte de suas talas tingidas com resina vegetal extraída do urucum e da goiaba-de-anta; e a outra parte das talas não é tingida ficando “verde mesmo”.

Refere-se a passagem, ou distinção construída, onde objetos domésticos tornam-se produtos vendáveis. Processo que ocorre também como tupés, peneiras e tipitis que eram caracterizados como objetos de uso doméstico. O mesmo se percebe com as cestas e os paneiros feitos de cipó ambé que tinham função doméstica e relacionados ao trabalho da casa e da roça, como explicita Seu Manoel ao contar como surgiu a AANA.

Eu tava em casa, aí encostou uma rabeta⁵¹ lá na beira, desceu uma moça, se apresentou disse que estava procurando pessoas que sabiam fazer artesanato, me perguntou se eu fazia, disse que sim, mas que era só pra uso de casa mesmo porque eu

⁵¹ Uma espécie de canoa com motor.

trabalhava com roçado, farinha e venda de frutas. Fazia artesanato, mas era pra usar em casa, como cesto pra carregar mandioca, peneira, pano pra guardar ferramentas, nem era bonito, era grosseiro e feio, só pra uso mesmo. Eu mostrei pra ela (Feliciana), ela disse que tava ótimo que já servia. E que se eu quisesse participar da associação não precisava nem morar em Novo Airão era só levar o artesanato quando tivesse pronto. (Seu Manoel, 76 anos, artesão e agricultor aposentado e sócio da AANA desde 1996).

Percebe-se então que é pela mudança no uso que é dado ao artefato que se constrói o significado do que é artesanato, ou seja, o que era de uso doméstico quando passa a ser produzidos para venda, passa a ser chamados de artesanato.

Quando variadas definições específicas atribuídas pelos próprios artesãos aos seus produtos, deixam de ser: *paneiros*, *peneiras*, *tipitis*, *tupés* e transmutam-se em “artesanatos” mais do que expressar uma distinção no “uso” dado. Explícita a construção de uma nova categorização que denomina estes objetos de “artesanato” distinguindo-se das definições específicas que eram atreladas ao uso doméstico e a função específica de cada artefato no cotidiano da casa, da roça, da *farinhada*.

A princípio “sabiam tecer” e “faziam artesanato” parecem sinônimos da mesma atividade, mas ao longo das falas e depoimentos, por meio da forma como os próprios artesãos revivem e *contam* esse processo e como eles posicionam a si próprios e aos demais, faz com que a distinção entre “saber tecer” e “fazer artesanato” vá emergindo aos poucos.

Essa distinção entre “saber tecer” e “fazer artesanato” caracterizada até então pela mudança no uso do artefato doméstico para o artesanato de venda; emerge sendo respaldada na anterioridade de Dona Percília e seus filhos na produção dos “tupés” que passaram a ser denominados de “artesanato”. Dona Percília e suas filhas Alberta e Sônia são apontadas, na fala de Dona Zica, como tendo iniciado a produção e venda do artesanato de arumã, e por terem ensinado os demais sócios no período da criação da associação.

Ela já vendia há tempos desde quando eles vieram de Santa Izabel, era só a família deles que vendiam em Novo Airão. A Alberta, ela (D. Percília), a Sonia... Elas explicavam porque nós não sabíamos bem! Agente pedia: Dona Percília a senhora me ensina fazer a abano?/ Tá! Alberta, mana tu me ensina a fazer esse teçumes que vocês fazem? Essa trama que vocês fazem? /- Tá!(...) Nós íamos tirar arumã com eles... Era toda a família dela, não tinha um que não fosse lá trabalhar. Eu ia pra lá e elas me ensinavam a rapá (raspar). Perguntava: - Com o que vocês pinta? - Com goiaba-de-anta, como urucu! Elas ensinavam e nós fomos apreendemos! Era eu e a Cintia, a Francisca, o Amadeu, a Sebastiana... [Dona Zica, Novo Airão (Igarapé do Faia) 04/04/2010].

O fato de Dona Percília e suas filhas terem ensinado aos demais sócios a “fazerem artesanato” implica também no reconhecimento, por parte dos demais sócios da AANA, de que a família de Dona Percília já “sabia tecer” e é essa família que detinha o conhecimento, visto que os que “sabem” ensinam os demais a “fazer”.

E essa distinção será revertida em uma das características do prestígio (capital social) da família de Dona Percília e explicará o papel diferenciado que a família dos “Clemente” ocupa ao longo da trajetória da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA, chegando a tornar legítimo, apesar de contrário ao estatuto da associação, a composição da diretoria tendo em sua maioria “parentes”.

Ao longo do trabalho de campo a constatação de que o artesanato deixa de ser produto de “uso” para ser “artigo para venda” é percebida pelos novos produtos agora feitos com arumã ou cipó ambé. Em cipó ambé: apoio para panelas, fruteiras, cestas, bolsas, estojo para guardar canetas, leques, chapéus, boné, baú. No caso do arumã, o tradicional tupé, segundo Antônio, “*usado para forrar o chão da casa do ribeirinho e tecido verde mesmo*” ganharam a beleza das cores vermelho e preto e a mistura das talas pintadas aumentou a possibilidade de composição de tramas para os tupés. Retomando a trajetória da AANA, acrescento o

depoimento de Sebastiana, filha de Dona Zica, que retrata o mesmo acontecimento de forma diferenciada e composta por outros elementos.

Foi uma família que começou a fazer, faziam em casa e vendiam, e depois já foi começando a aparecer pessoas mais interessadas em saber como que era feito. Como a Dona Núbia que convidou a Dona Percília pra expor os produtos, que ela e a família dela, que era grande, faziam: Sonia, Alberta, a Ivete (mãe do Eivaldo)... Eles foram convidados pela Dona Núbia pra fazer uma exposição lá na paróquia, **foi através dessa exposição que surgiu a ideia de formar um grupo, uma associação.** E quando ela fez a exposição já apareceu a Fundação Vitória Amazônica que estava com um projeto. Nessa época, eles (FVA) estavam com esse projeto Fibrarte, mas era pra ser implantado em São Gabriel. Então, com essa idéia se **formou um grupo de pessoas** e foram buscar pessoas das comunidades, ribeirinhos também pra trabalhar na Associação e assim começou a busca dos artesãos. Chamaram mais pessoas para vir trabalhar e o grupo foi crescendo (SEBASTIANA, sede da AANA, 03/04/2010).

No relato da artesã Sebastiana, a presença dos técnicos quase não aparece. Ao contrário das falas de Dona Percília, Seu Manoel e de Dona Zica, onde a primeira referência à criação da AANA é o aparecimento dos técnicos que foram procurá-los em suas casas. A reformulação do “acontecido” e a diferença ao narrar o início da trajetória do grupo pode ser entendida como decorrente das diferenças geracionais, ou como resultado de um reposicionamento de trajetória na tentativa de caracterizar de maneira mais autônoma o processo de criação da associação.

Partindo dos depoimentos dos artesãos Seu Manoel, Dona Percília e Dona Zica que consideramos como a primeira geração de artesãos que foram procurados pelos “técnicos da FVA”; acompanharam as primeiras reuniões na Igreja Santo Ângelo; decidiram a favor da criação da associação; como vislumbrado na fala de Dona Zica, se mobilizaram em mutirão

para construir a sede. Para a primeira geração ser artesão ou ser associado da AANA significava tecer em casa e aguardar o técnico buscar os artesanatos na casa de cada artesão e para que a produção fosse possível os artesãos extraíam o arumã nas áreas próximas a cidade, juntamente com a atividade da pesca. Com a construção da sede, as artesãs passam a ser fazer a entrega no dia da coleta dos artesanatos e ter que comparecer nas reuniões e assembleias.

A segunda geração de artesãos se refere aos filhos de Dona Percília: Antônio, Alberta, Sônia e pela filha de Dona Zica: Sebastiana. Edinéia e Amadeu que são respectivamente filhos de Dona Percília e de Dona Zica não aparecem compondo a segunda geração de artesãos, apesar de o serem pelo gráfico de parentesco, visto que Ednéia ainda não trabalhava com artesanato e Amadeu parou de tecer logo após a construção da sede e mudou-se para a Comunidade Aracari.

Para a segunda geração de artesãos: Sônia, Sebastiana, Antônio e Alberta ser artesão já transcende o tecer e entregar os artesanatos produzidos. O que é ser artesão para a terceira geração será evidenciado ao final das considerações sobre as mudanças no processo produtivo do artesanato de arumã, visto que tal caracterização foi construída com base no modo de se relacionar dos artesãos observado, principalmente, no trabalho de campo entre março e abril de 2010.

Sebastiana, em sua fala, atribui aos artesãos certo protagonismo posto que ela se posiciona já estando “*livre da dependência com a FVA*”. Dessa forma a presença da “fundação” é minimizada, para resguardar a autonomia conquistada pela geração da artesã Sebastiana. O que não implica dizer que os artesãos, Dona Percília, Dona Zica e “Seu” Manoel, pertencentes à geração anterior a de Sebastiana foram “convencidos” pelos técnicos da FVA ou que se posicionaram passivamente.

A dificuldade aqui é descrever como essas tomadas de posições se justificam, no intuito de evitar duas leituras equivocadas deste processo, a saber o risco descrever as artesãs

e artesãos de forma naturalizada e passiva ou de forma pragmática pauta apenas no objetivo estratégico de uma possibilidade de “*melhora de vida*”. Ainda sobre esse primeiro contato com os técnicos da FVA pergunto para artesã Sebastiana se a FVA já possuía alguma sede em Novo Airão.

Não, eles ainda estavam fazendo umas pesquisas pra ver se tinha algum trabalho por aqui pra eles ficarem. Tinha um escritório numa casa alugada, uma casa bem pequeninha mesmo, eles estavam começando por aqui e ai eles foram ficando. E quando viram o trabalho eles procuram se aprofundar mais, ver quantas famílias eram, fizeram uma reunião com essas famílias e perguntaram se tinham interesse de formar uma associação, de formar um grupo de pessoas pra trabalhar nesses produtos e comercializar ai disseram que sim! Então surgiu a ideia de formar um grupo, e como a Fundação estava com esse projeto, por que não pegar esse grupo de pessoas e transferir o projeto Fibrarte para cá pra Novo Airão! O projeto Fibrarte tinha um recurso bom pra trabalhar nessa área, então acharam melhor transferir o projeto pra cá. E viram duas coisas: a distância e também que o recurso podia se prolongar mais já que era tão perto de Manaus, ficava melhor pra trabalhar. (Sebastiana, na sede da AANA, 03/04/2010l)

O Projeto Fibrarte desenvolvido no âmbito do Programa de Alternativas Econômicas - PAE da Fundação Vitória Amazônica – FVA iniciou suas atividades em 1992, na cidade de Santa Isabel do Rio Negro. Em 1994, o Projeto Fibrarte transfere sua área de atuação para a cidade de Novo Airão (NAKAZONO, 2007).

A principal meta do Projeto Fibrarte, segundo o coordenador geral da FVA, era “possibilitar alternativas de geração de renda para as populações da bacia do rio Negro através da atividade tradicional de produção de artesanato em fibras vegetais com base no manejo

responsável das matérias-primas e práticas justas de comercialização” (DURIGAN, 2006, p.8).

Como percebido nos depoimentos anteriores, a referida busca por artesãos por parte dos “técnicos da fundação” correspondia às atividades de implementação do projeto Fibrarte com o cadastramento das pessoas que sabiam fazer artesanato que moravam em Novo Airão e nas Comunidades Sobrado, Aracarí e Bom Jesus do Puduari.

Em seguida foram realizadas reuniões entre os técnicos do projeto Fibrarte e os artesãos cadastrados que desejavam fazer parte da futura associação de artesãos, essas reuniões ocorriam semanalmente na Igreja Santo Ângelo, com objetivo de assessorar o processo de criação da AANA.

Nas reuniões o pessoal da FVA falava dos benefícios de formar uma associação de artesãos, falavam das coisas que era preciso fazer pra criar a associação: o estatuto, montar a chapa pra diretoria, fazer a eleição para diretoria. (Rock Elane, 18/03/2010, entrevista realizada em sua casa).

Após processo eleitoral, criação e aprovação do estatuto a Associação de Artesãos de Novo Airão - AANA foi fundada no dia 18 de outubro de 1996. Nessa época, as reuniões continuavam a ocorrer na Igreja Santo Ângelo visto que a atual sede da AANA ainda não existia.

Tudo eles aconselharam e falaram que iria ser melhorar... E que era pra nós ir fazendo artesanato e nós começamos a fazer, mas era pouco! É eles compravam e nós começamos a tecer assim pouquinho!E quando eles vinham arrecadavam. E foi indo, foi indo... O pessoal da Dona Percília, a vó do Erivaldo, tecia cada tupézão bonito (Dona Zica, 04/04/2010, Igarapé do Faia, Novo Airão).

As peças produzidas, neste período, eram compradas pela FVA que se responsabilizava em revendê-las. De acordo com a artesã Sebastiana, funcionava da seguinte maneira: *“os sócios produziam o artesanato em casa e alguém da diretoria acompanhado pelo Max⁵², funcionário da FVA, passavam de casa em casa recolhendo e comprando as peças dos sócios para revender em Manaus”*.

Para a ex-artesã Rock Elania, que se apresenta como *“sócia fundadora desde março de 1996”* e caracteriza este período como sendo marcado pela *“compra direta dos artesanatos e pelas reuniões que eram feitas para esclarecer aos sócios o que seria a AANA, que os sócios poderiam vender as suas peças em Manaus, que a FVA ficaria responsável pela venda”*.

No período dessa entrevista, 18 de março de 2010, Rock Elane já não era mais sócia da AANA e suas falas são cotando a história da AANA e sua trajetória, mas sem esclarecer o porquê de seu afastamento da atividade artesanato. As transformações sociais que ocorreram na dinâmica de trabalho do artesanato de arumã, ao longo desses 15 anos de trajetória da AANA, serão detalhadas no próximo capítulo, onde se poderá vislumbrar o porquê do afastamento de Rock.

De acordo, com Rock Elania *“foi incentivo da FVA para gente fazer objetos com mais saída no mercado, como o jogo americano para mesa de jantar, os painéis feitos por Seu Manoel viraram as fruteiras”*. Além disso, os tapetes foram redimensionados em tamanho, se *“estreitos e compridos”* são denominados de passadeira; e menores em largura e altura são as toalhinhas que compõem o jogo americano, e os que mantiveram tamanhos originais foram os tapetes de 1m por 1m continuaram servindo como *“tapetes”*; enquanto que os maiores medindo 2m por 2m, ou mais, passaram a ser usados para cobertura das paredes, como é o caso da encomenda feita pela AANA para cobrir o forro do Centro Cultural Povos da

⁵² Funcionário da FVA que acompanhou todo o processo de fundação da AANA e a implementação do projeto Fibrate, trabalhou com a AANA até 2002 e foi homenageado pelos sócios que colocaram o seu sobrenome, Dias Figueira, no nome da sede da AANA.

Amazônia, e similar ao uso dada aos tupés, feitos pela AANA, na praça de alimentação do Manauara Shopping.

Contudo, o “*saber tecer*” quando se torna o “*ensinar a fazer artesanato*” expressa também o “caráter de socialização” da produção do artesanato posto que a AANA não é apenas o meio de obter renda é o espaço social onde as relações de parentesco e afinidade são construídas e reforçadas e onde o “conhecimento” é transmitido entre diferentes gerações já que os filhos estão sempre presentes no convívio entre os sócios na sede.

A presença dos filhos e filhas na sede da associação e a intensidade da participação dos mesmos nas etapas produtivas do artesanato de arumã são orientadas por critérios de gênero e pela idade, explicarei melhor, ao longo deste capítulo, quando relaciono a presença e participação dos filhos em outras atividades como na roça.

2.2. As etapas da produção do artesanato de arumã

No que concerne à confecção do artesanato de arumã, baseando-me na pesquisa de campo, verifiquei que são seis as etapas para a sua produção: lavagem; raspagem; pintura; destala; *tecer* e arremate. Farei essa descrição, do que denomino de etapas do processo produtivo, me centrando primeiramente nas “técnicas do corpo” que se referem “as maneira pela quais os homens, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (MAUSS, 1935:401).

A aproximação como os apontamentos de Marcel Mauss (1872-1950) acerca da teoria da técnica⁵³ do corpo segue pela argumentação de que existe a técnica corporal; a educação da técnica e a aprendizagem da técnica e ambos resultariam na produção de um *habitus* que evidencia a importância sociológica de descrever e analisar as técnicas corporais.

⁵³ Apesar da ausência de descrições específicas de técnicas corporais relacionadas ao trabalho que é justificada por Marcel Mauss (1935) devido ao equívoco sociológico de anteriormente só considerar a existência da técnica perante um instrumento de trabalho.

Os critérios que Mauss (1935) identifica para compreender e classificar os tipos de técnicas corporais, a saber: sexo, idade, rendimento e transmissão aparecem organizando e significando as etapas do processo produtivo do artesanato de arumã. Assim, pretendo explicitar aqui não só as etapas produtivas que levam à confecção dos artesanatos de arumã, mas demonstrar as negociações prévias existentes entre artesãs e artesãos, o que respalda a organização e atribuição de função a cada um dos envolvidos na produção.

Nas palavras de Mauss (1935:407) “chamo técnica um ato *tradicional eficaz*. Ela precisa ser *tradicional e eficaz*. Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição”. A forma como as técnicas são transmitidas relaciona-se diretamente com a tradição “é a escolha social dos princípios dos movimentos” é imposta pela tradição e é o peso da tradição que retira a possibilidade de ler as técnicas corporais como algo meramente físico ou biológico, “o que demonstra que coisas vistas como completamente naturais para nós são históricas” (MAUSS,1935:417). O que nos retoma a noção da natureza social do “*habitus*” definida pelo autor.

Observem que digo em bom latim, compreendido na França, *habitus*. A palavra exprime, infinitamente melhor que “hábito”, a “*exis*” [hexis], o “adquirido” e a “faculdade” de Aristóteles. Ela não designa os hábitos metafísicos, a “memória” misteriosa, tema de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses hábitos variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição” (MAUSS,1935:404).

O autor não se detém de maneira pormenorizada em técnicas corporais relacionadas ao trabalho, contudo estamos descrevendo técnicas corporais relacionadas ao trabalho de tecer o arumã com o objetivo de possibilitar a percepção da “técnica” como algo ensinado e aprendido e reproduzido, aqui no caso, por três gerações. O que conjuga a argumento de Mauss (1935) algo que só foi transmitido por ser “tradicional”.

Sobre o corpo e as técnicas de se tecer o arumã, num último momento, descreverei as consequências corporais dessas técnicas: *a rasgadura*. No sentido de evidenciar que “o fazer adaptar o corpo a seu uso” (MAUSS, 1935:421) não se dá sem consequências físicas ao próprio corpo das artesãs, o que reforça o peso social da transmissão do modo tradicional de tecer o arumã.

Descreverei aqui, a partir do momento em que os *feixes de arumã*⁵⁴ já estão armazenados no “*tanque da sede*”, faço este destaque visto que para Nakazono (2007: 140-142) as etapas do processo produtivo são: deslocamento ao igarapé de Novo Airão; desafogo e lavagem; transporte do arumã; corte das pontas e padronização dos talos; raspagem; pintura; destelagem; tecelagem; padronização do tamanho; preparação do cipó ambé e arremate.

Posteriormente vou me referir especificamente à coleta do arumã, comparando a forma como o arumã era coletado pelas famílias e a forma atual feita pelos “*coletores da AANA*” por meio do manejo da planta. Todas as etapas, após a extração do arumã, são realizadas na sede da associação, para melhor entendimento e visualização de como cada etapa é realizada anexarei aqui no corpo do texto algumas fotos.

A descrição que se segue refere-se ao período de março de 2010, quando acompanhei o processo de fazer cada etapa do artesanato de arumã. Pude acompanhar as negociações prévias e a realização do trabalho ao longo da semana das artesãs Sebastiana, Mariléia e Josi.

FOTO 01: O tanque da AANA

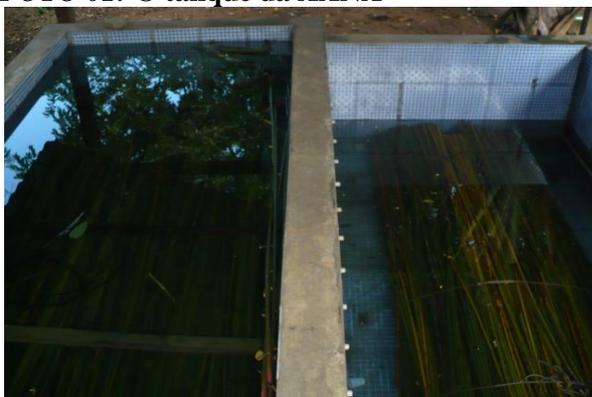


FOTO 02: O arumã “afogado” no tanque



⁵⁴ O feixe é denominado o conjunto de 100 arumãs amarrados juntos.

O trabalho de “preparar o arumã” que se refere às primeiras etapas: lavagem, raspagem e destala começa no início da manhã, “*cedo porque todo mundo aqui ainda vai fazer almoço e cuidar de casa*”. Outros afazeres domésticos são alternados com o trabalho do arumã o reforça a necessidade de negociação prévia de “*quem vai fazer o que até as fibras ficarem prontas aí é só sentar e tecer*”⁵⁵.

O trabalho de “preparar as fibras” é sempre feito em grupo, no mínimo na presença de três artesãs. A retirada do arumã do tanque é concomitante ao momento da lavagem. Uma artesã entra no tanque e lá escolhe os melhores talos de arumã, e vai entregando para outra que vai separando por “montes” de acordo com que cada artesã pretende tecer no dia.

A definição de “melhores talos” refere-se aos talos que estejam “*nem muito maduro e nem muito novinho*”, já que se “maduro” fica difícil rapar e destalar porque o talo está mais rígido, e se “muito novinho” o momento da destala é prejudicado, posto que o talo está muito mole e não resiste ao passar da faca e acaba se desintegrando.

FOTO 03: A Artesã Sebastiana Fragoso dentro do tanque fazendo a escolha dos “melhores talos”



⁵⁵ Falas da artesã Sebastiana Fragoso extraídas da entrevista realizada enquanto eu acompanhava o preparo das fibras no dia 28 de março de 2010, na sede da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA.

FOTO 04: Sebastiana e Mariléia separando os “melhore talos” para serem lavados



A separação dos “montes de talos” se dá próxima a torneira, onde já está outra artesã que sentada em um toco de madeira de aproximadamente uns 10cm, começa a lavagem de todos os talos. Após retirar os talos do feixe que estão “afogados” no tanque, a lavagem consiste em retirar qualquer sujeira que possa estar grudada na superfície do talo de arumã, principalmente o “cauxi”. A lavagem é feita na torneira próxima ao “tanque da sede” que fica atrás da edificação, a Central de Artesanato Dias Figueira. Para a lavagem são utilizados: sabão, esponja ou palha de aço.

FOTO 05 e 06: A artesã Josi lavando os talos de arumã já cortados



A mesma artesã que faz a lavagem já corta os talos de arumã, utilizando um talo de arumã como referência de tamanho. Corta-se com um “terçado” a quantidade necessária

para o *tupé*, separando os de tamanho em termos diferentes de largura e altura do *tupé*. Esse momento é tão rápido que nem chega a ser considerado pelos artesãos como uma etapa, “faz *parte da lavagem*”.

FOTO 07 E 08: Sebastiana cortando os talos de arumã de acordo com os tamanhos para altura e largura do *tupé* a ser tecido



Depois de lavado e cortado no tamanho específico, a próxima etapa consiste na raspagem do arumã que implica em tirar a “casca verde” para que depois ele seja pintado. A artesã utilizando uma pequena faca raspa o arumã até sair toda a cobertura verde. Uma maneira muito recorrente de raspar os arumãs consiste em segurar uma extremidade do arumã entre o “dedão e o indicador do pé” e segurar a outra extremidade com a palma da mão toda, dessa forma a faca desliza por uma parte maior do arumã o que torna o trabalho mais rápido.

FOTO 09: As artesãs Josi e Mariléia raspando os talos de arumã



No momento da raspagem, que é sempre negociado anteriormente, as artesãs combinam entre si: “*amanhã vamos tirar a manhã pra rapá!*”. É umas das etapas mais rápidas e considerada como mais “fácil”. Cada artesã separa “seu arumã”, mais ou menos de acordo com “monte de arumã” separado anteriormente, mas que pode ser misturado na hora da lavagem. Então, a quantidade que se refere ao “seu arumã” é reorganizada de acordo com as talas já lavadas e cortadas ou de acordo com o que vai ser tecido.

Separado a quantidade de arumã, as artesãs sentam-se no chão próximas umas das outras, na maioria das vezes formando um quase círculo com no mínimo três pessoas e realizam a raspagem seguida de conversas, fofocas e risos.

Para fazer um tupé utiliza-se no mínimo 50 a 100 arumãs, mas não são todos os talos que são raspados. A seleção incide sobre aqueles que irão corresponder às partes coloridas do tupé, as partes a serem tingidas com resina vegetal.

Na pintura são utilizados, principalmente, goiaba-de-anta, urucum e o ingá xixica; sendo possível obterem-se dois tipos principais de cores: coloração avermelhada próximo ao tom vinho e o tom preto.

Para ambas as cores, a goiaba-de-anta é utilizada como “fixador”, para usar a resina da goiaba-de-anta é necessário extrair um pedaço de casca da goiabeira, e da parte interna da casca se extrai o máximo de lascas ou pedaços, apoiando uma extremidade com o pé e raspando com o facão de uma ponta a outra da casca. Com uma quantidade suficiente de lascas para cobrir a palma da mão, é só passar essa “*bucha de lascas*” nos talos. Só isso já garante a coloração avermelhada, mas pode-se também somar a tinta do urucu, para isso basta passar as sementes do urucu nos talos.

Já para cor preta é preciso misturar as cinzas da lamparina ou uma certa quantidade de “*carvão pilado*” com a bucha, formada pelas lascas, da goiaba-de-anta ou do ingá xixica que também serve como fixador.

FOTO 10: Josi pintando os talos de arumã



FOTO 11: Talos de arumã pintados

Após secar a pintura, a próxima etapa é a *destala*, que consiste em extrair o “*bucho*” do arumã, ou seja, é o corte das talas da superfície do arumã, depois de feito isso é necessário tirar o “*bucho de cada talinha*”; o *bucho* aqui se refere à parte interna do arumã.

Contudo, antes de tirar o *bucho* de cada “*talinha*” é preciso amaciar as talas maiores antes de fragmentá-las, após cortar as três ou quatro talas principais, que podem compor um arumã é preciso amaciá-las, que consiste em dobrar a tala ao meio até formar um U.

FOTO 12 e 13: a artesã Jose destalando o arumã sem estar tingido.



Observei mais de uma artesã apoiar uma extremidade da tala, pressionada pela faca, na coxa e a outra extremidade da tala ser enrolada no dedão do pé, assim quando passavam a faca com força e rapidez a tala não se movia e assim não era cortada ao meio.

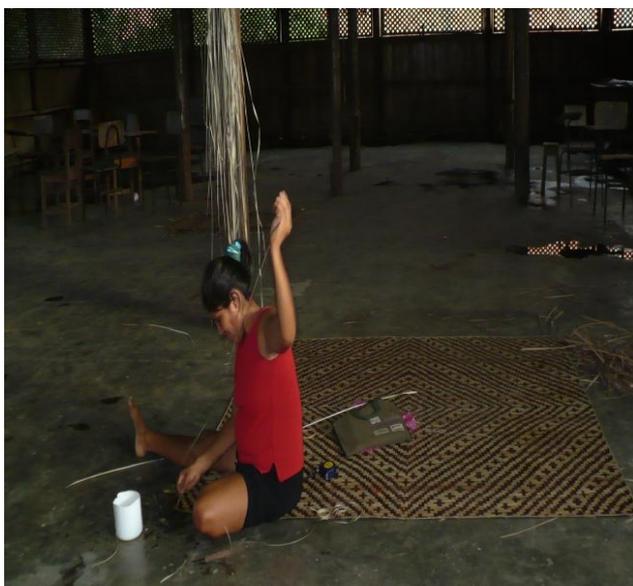
FOTO 14 e 15: Talas Naturais e Talas tingidas



Depois de pintar e destalar, o arumã transformou-se em um conjunto de talas, pintadas e talas naturais, e o *tecer* consiste em trançar as talas de uma extremidade a outra de acordo com a trama escolhida. As tramas são os desenhos que se formam de acordo com a disposição das talas coloridas em relação às talas naturais, há uma variedade de aproximadamente 50 tramas diferentes que são utilizadas nos tupés.

FOTO 16: Dona Percília tecendo tupé

Por fim, consideramos o arremate como a última etapa que consiste em “costurar” as talas uma nas outras para que não fiquem espaços entre elas e ao mesmo tempo dobrar a ponta das talas para a parte inferior do *tupé*, por isso a analogia com a costura, pois é preciso enlaçar a tala dobrá-la e prende-la na tala ao lado. Isso é feito com uma tala bem fina da arumã extraída da parte chamada pelos artesãos como “olho”, que é o arumã mais novo e por isso mais maleável para este trabalho.

FOTO 17 e 18: A artesã Sebastiana arrematando o tupé

O “arremate” é feito com cipó ambé descascado, para descascar o fio os artesãos inventaram um jeito específico, pó que solta da superfície do cipó irrita a pele, para evitar o contato com a pele passa-se o cipó por um pequeno buraco feito no fundo de uma lata de sardinha, assim o pó fica dentro da lata e o fio de cipó já sai descascado do outro lado da lata. Passa-se várias vezes até o fio do cipó fica bem fino. Depois de desfiado, o cipó é guardado enrolado e no momento do arremate, vai se molhando o fio para deixá-lo mais flexível para o arremate, que é a costura de tala a tala. Percebe-se na foto anterior que tem um recipiente branco ao lado de Sebastiana, contendo água justamente para molhar o fio que fará o arremate do tupé.

A produção familiar do artesanato de fibras de arumã se subdivide em dois espaços físicos: na sede da AANA e na unidade residencial dos sócios. O artesanato quando produzido na sede AANA tem sua confecção orientada pela ajuda - mútua, entre os sócios e não-sócios (a maioria parentes de algum associado) que estão na sede.

Quando produzido na residência dos sócios é a dinâmica familiar, no interior de cada casa, que define como se dá a produção do artesanato e conseqüentemente a distribuição das tarefas com base no gênero, na faixa etária e de acordo com a disponibilidade de tempo de cada um dos envolvidos.

As artesãs e os artesãos quando produzem no salão da sede, são acompanhados por outros sócios ou por parentes, independente de serem sócios ou não. A produção do artesanato é familiar e os membros da família dos associados, podem até não tecer de maneira plena, mas todos sabem “minimamente” tecer, e por isso participam frequentemente do processo de produção. O uso do salão para a produção de artesanato é coletivo, contrastando com a individualidade da casa.

O “saber tecer” é como que um pré-requisito à sociabilidade ou como forma principal de sociabilidade, da mesma forma que o ato de “ensinar a fazer” também

desempenha tal função, como comentado na introdução deste trabalho quando me refiro ao fato da Sônia ter me ensinado a tecer e a importância que isso teve na minha aproximação aos demais artesãos.

A confecção do artesanato é feita no chão do salão da sede, onde ficam dispostos os feixes de arumã que já foram cortados de acordo com o tamanho dos *tupés* a serem feitos; os arumãs que serão *raspados e destalados* e depois *tingidos e* as talas de arumã que já foram pintadas. O trabalho de tecer um *tupé* consiste em sentar na extremidade de um conjunto de talas e trançá-las até a outra extremidade. Senta-se sobre as talas com as pernas abertas, formando um ângulo de aproximadamente 45°, para manter a sustentação do tronco, da coluna, por longas horas fazendo o mesmo movimento flexiona-se uma das pernas num movimento similar a sentar em cima de uma perna enquanto a outra permanece esticada (perceptível na foto de Dona Percília e de Josi).

Esse flexionar de perna dá maior estabilidade para as costas, mas em contrapartida faz com que as artesãs façam mais força com o membro superior oposto a membro inferior que foi flexionado: isso é a *rasgadura*. A *rasgadura* é uma dor muscular que de acordo com as artesãs, Dona Percília, Alberta e Josi, atravessa as costas na diagonal e que ao longo dos anos trabalhando com arumã se torna crônica onde a artesã passa a “*aguentar cada vez menos tempo em cima do tupé*”.

O como sentar nas talas não é ensinado, depois de descrita a posição das pernas vamos para os braços. O grau de dificuldade no momento de tecer relaciona-se como o tipo de trama que se fará, para os iniciantes é sempre ensinado a trama direta que significa dizer que como uma das mãos se segura as tramas que são amassadas no sentido vertical e com a outra mão as talas amassadas as talas no sentido horizontal. O amassar das talas é feito sempre tendo como ficará a trama completa, e por isso quanto mais complexa a trama, mas complexo

é o amassar das talas. Para simplificar posso definir que o amassadas das talas no sentido vertical e horizontal é análogo a por uma tala por cima e outra por baixo.

Cada artesão ao referir se as etapas do processo da produção do artesanato descreve que “*cada sócio faz todas as etapas do seu artesanato*”, contudo em nenhum momento observei isso, na prática. O que ocorria era exatamente o contrário antes de ser realizada qualquer tarefa, havia uma negociação “*amanhã vamos raspar e pintar o arumã*” de uma determinada sócia, nessas etapas sempre estavam envolvidas no mínimo 3 pessoas, incluindo homens e mulheres.

Assim, as pessoas que participavam “*ajudando*” eram posteriormente “*ajudadas*”. A ideia de reciprocidade como regra, onde dar, receber e retribuir são obrigatoriedades sócias, expressa-se nas falas e nas práticas que compõem as etapas de produção do artesanato de arumã, visto que “o que ajuda é ajudado” tornando tácito o acordo e a capacidade de retribuição é o que mantém os laços e constitui a pertença.

O “não-retribuir” aqui, assim como na leitura clássica de Mauss (2003) também sofre represálias, mas que não atingem o ponto máximo com o rompimento das relações estabelecidas e nem o conflito explícito. A represália aqui é a fofoca, a fofoca controla a dádiva. O que não retribuiu ou retribuiu pouco é falado, o ato torna-se público, o que não significa a ruptura de relações.

A não retribuição é percebida de duas formas, primeiro seria o caso da Alberta que não participa do contexto da associação, mas que tece em casa, e que não paga e nem participa do rodízio de atividades realizadas na AANA. O outro seria o caso da Néia que não tece, mas participa com uma liberdade maior, do convívio da produção na sede da AANA, e sua justificativa de “*não tecer por causa das dores nas costas*” é reproduzida e reforçada pela crença dos demais artesãos, mas isso só se dá pelo esforço compensatório que Néia realiza de estar “sempre pela sede”, ajudando de outras maneiras.

Para produzir, os sócios sentam relativamente próximos uns do outros e o contato visual com o tupé alheio que é seguido por comentários e recomendações de “como fazer”, e “o que fazer”. Esses diálogos não possuem aparentemente conotação competitiva ou pejorativa, são antes resultado da noção de que *os tupés são da AANA e são produzidos pela AANA, e a AANA é um coletivo e a produção é coletiva*, diria até familiar visto que os sócios se consideram idealmente *uma família*.

FOTO 19: Artesãs e artesãos tecendo na sede da AANA



Nesta foto, do período do campo de março de 2010, no primeiro plano temos Josi continuando um tupé iniciado por seu marido Erivaldo, ao seu lado Sônia (de blusa rosa) tecendo um tupé juntamente com seu marido Rubinho, pela posição Sonia, nesta ocasião Sônia estava ensinando Rubinho, pela foto dá para perceber que é ela está sentada sobre as talas e segurando nas mãos a outra extremidade das talas. E mais ao fundo na imagem, temos um garotinho Elton, filho de Antônio, com a avó Dona Percília que tece um tupé ao mesmo

tempo “*fica de olho no neto*”. E dentro da rede, próxima a Josi, dormia a pequena Kaliria, filha de Josi e Erivaldo.

A descrição dessa foto, ou descrição do registro de um dos momentos de convivência na sede da AANA objetiva tornar claro a dinâmica de trabalho que não só pela presença das crianças, mas pela disposição próxima e pelos assuntos que perpassam o momento de trabalho, evidencia que a lógica familiar do trabalho em casa se reorganiza mesmo no espaço institucional da sede.

Utilizo-me dessa foto para me reportar minimamente “aos papéis de gênero” que em decorrência da construção do tanque onde os arumãs são armazenados emergiram com destaque. Entre os dias que acompanhei o trabalho dos artesãos na sede, especificamente no dia dessa foto, o incomodo de Rubinho com a demora na construção do tanque era público “*já era pra tá pronto, faz mais de mês e o pedreiro só fez isso*” ao ponto de que nos dias em que o pedreiro não aparecia Rubinho se responsabilizava pela construção.

Isso foi interessante, pois se a produção do artesanato de arumã os papéis de gênero perdem a força pro ser “*um trabalho familiar*”, “*um trabalho que todo mundo faz e sabe fazer*” com a “obra do tanque” a distinção entre os papéis de gênero apareciam com força nos comentários de Dona Percília que ao brincar com o neto, Erivaldo, dizia: “*vai lá meu filho, chega de moleza vai pegar no pesado*”. E no próprio posicionamento de Erivaldo, que ajudava o Rubinho como podia, mas “na hora da chuva” voltava a tecer, no sentido de compensar já que na obra ele não consegue ser tão habilidoso como o é tecendo.

E quando Rubinho não podia ficar na construção do tanque, sentava ao lado da esposa e tentava impacientemente continuar a trama que ela iniciava. E Dona Percília, por sua vez, brincava dizendo: “*Rubinho não tece porque tem preguiça*”. E Sônia saía na defesa do marido dizendo que “*ele nunca teve tempo pra apreender porque tava sempre pescando e agora que é tudo proibido, vai tecer rapidinho*”.

No momento de *tecer o tupé* explicita-se a “solidariedade familiar” (HEREDIA & GARCIA JR. 1971:14) caracterizada pelas “formas de colaboração entre todos os membros da família”; pois não existem regras ou restrições que designem que a confecção de um tupé seja realizada por uma única pessoa. Observei mais de uma vez duas ou mais pessoas, de ambos os sexos, se envolverem na elaboração da mesma da peça, seja continuando o tecimento de outro sócio ou apenas opinando sobre a melhor trama a ser utilizada.

Contudo essa liberdade em terminar o tupé da outra pessoa era perpassada pelo parentesco, ou a esposa terminava o tupé do seu marido, ou como observei, o sobrinho continuando o tupé pra tia materna, pois mesmo sem uma divisão do trabalho há entre os sócios uma distinção entre os que fazem melhor determinadas etapas do processo produtivo. E nesses casos, independente do gênero e do grau de parentesco, essas pessoas são chamadas a fazerem essas etapas distintas e isso ocorre sem distinguir exatamente a produção de “uma encomenda” da produção do que “fica na loja” da associação.

Este é o caso de Antônio, como pude constatar em outubro de 2008, que sentado ao lado de Sônia, inicia uma nova trama para Sônia “*olhar e ver como se faz*”, tenta algumas vezes até conseguir, o interessante é que se aprende fazendo. Antônio faz e desmancha várias vezes a *trama*, pois quando se aproxima de terminar a trama percebe que amassou uma tala errada e refaz a trama. Erivaldo do outro lado do salão e praticamente de frente para os tios (Sônia e Antônio) aperta as talas de Josi, que “*já sabe tecer*”, mas ainda não é tão habilidosa quanto seu marido, no jeito de sentar nas talas, para que não fiquem folgas.

Sentados no chão da sede, próximo de Erivaldo, estão Rubinho e Anderson (seu filho) sentados ao redor de Dona Percília que inicia um tupé para Rubinho terminar. Sentada mais distante um pouco está Raiara tecendo um tupé, mas que será entregue como produção da casa da Sônia.

E como neste período eu estava apreendendo a tecer fico sentada no chão, sobre as minhas talas, entre Sônia e Antônio e Erivaldo e Josi. E ao meu lado, como verdadeiro fiscal, está Anderson se diverte em apontar as talas e amasso errado, e peço pra ele me ajudar que em resposta diz: “*eu não, eu já sei você tem que fazer para apreender*”. Enquanto isso ele vai fazendo uma pulseira com sementes de açaí e fio de tucum e pergunto para ele: já que você sabe por que não tece? “*Acho chato demora muito prefiro isso aqui que é rapidinho*” apontando para as pulseiras.

Não existem regras que determinem e ou que valorem quais as etapas da produção do artesanato são masculinas ou femininas, visto que a deliberação “*de quem vai realizar o que*” é circunstancial, coletiva e é negociada entre os sócios presentes na sede. Como demonstrado, na produção do artesanato de arumã, o parentesco e a ajuda - mútua é que regulam a distribuição das tarefas entre os artesãos.

2.3. Ser sócio da AANA: entendimentos sobre casa e família

As noções ou os entendimentos do que é família para aos artesãos, são definidas em relação à organização e articulação deles próprios em torno da produção do artesanato que atualmente é realizada entre no espaço físico das unidades residenciais dos sócios e no espaço da sede. A descrição de algumas situações e os dados de campo aqui coligidos são referentes ao trabalho de campo realizado em março e abril de 2010, onde tornou-se evidente a vigência da lógica familiar no espaço institucionalizado de trabalho.

Ao longo da trajetória da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA, a partir da construção da *sede*⁵⁶ o momento “do fazer”, da produção do artesanato de arumã que era realizado no espaço da casa (unidade residencial) e compartilhado com outras atividades

⁵⁶ O processo de construção da sede aparecerá detalhadamente no próximo capítulo como um dos marcadores das transformações que ocorreram no processo produtivo, onde a casa se torna insuficiente enquanto espaço produtivo.

domésticas (preparo das refeições, cuidado dos filhos, organização da casa e outras), passa a ser dividido entre o espaço da casa e o espaço da sede (casarão/galpão).

Essa mudança no lugar onde é feita a produção do artesanato pressupõe uma nova rotina e lógica de trabalho, já que a atividade produtiva é deslocada do âmbito da residência para “uma sede”. A construção da sede pode ser vista como a materialização do processo de institucionalização desses grupos de famílias que deverão agora gerir o modelo burocrático.

Os detalhes sobre a construção da sede e ao uso dado a ela pelos próprios artesãos serão detalhadas no terceiro capítulo, pois aqui objetivamos caracterizar as noções de família e a concepção atual do que é ser artesão explicitando a construção e agencia de uma rede de parentesco que se estende da atribuição de “*quem faz o que*” no momento de negociar “*quem ajuda é ajudado*” na produção do artesanato de arumã até as “*trocas de dia de trabalho*” e os “*mutirões*” nas comunidades próximas a cidade onde os sócios possuem *sítios*.

Neste capítulo me detenho a descrever o que seria idealmente considerado com as “relações comunitárias” de Weber (2000) e construção do sentimento de pertencer ao mesmo grupo. Com a ressalva de no próximo capítulo teremos as relações associativas e pressuposta racionalidade burocrática e a explicitação de como que ao longo de 15 anos de existência os artesãos interpenetram interesses e lógicas distintas que acabaram por fortalecer as relações afetivas e de parentesco.

Entretanto, é partindo da definição dada à noção do que é família para esses artesãos que se enuncia e reafirma sua lógica própria de produzir, seu “modo de fazer” e sua reelaboração em relação ao modelo associativo implementado pelos técnicos da FVA. Posto que o “modo de fazer” dos artesãos e artesãs do arumã transcende à distinção casa/sede já que a lógica familiar de produção adentra e organiza o uso dado ao espaço da sede. Iniciaremos pela noção de família, explicada por Erivaldo, atual presidente da AANA, onde o sócio sintetiza a produção de sua família.

A quantidade de sócios são 26, mas não são 26 sócios, agente pode comparar e dizer que são 26 famílias. Isto é 26 sócios, só que cada um sócio representa uma família. Por exemplo, a Sebastiana é uma sócia aqui, mas o ganho dela aqui, ela leva pra família dela. Então, passam a ser 26 famílias, o que dá outro entendimento. E não só isso, se for contar que um sócio não trabalha sozinho, algumas pessoas da família sempre ajudam [Erivaldo, 03/04/2010, Novo Airão].

Um sócio representa uma família, quando os envolvidos no processo produtivo são os membros do que denominaremos família nuclear (mãe, pai e filhos) e que vivem na mesma residência. A produção é resultado da participação dessas pessoas, em questão os parentes co-residentes e que compõem a família nuclear. Complementa esse entendimento o fato de que o retorno financeiro, correspondente a venda do artesanato entregue sob o nome do sócio é para sua família nuclear e co-residente. Este é o caso da maioria dos sócios da AANA. Nessa perspectiva, as denominadas “mães” desses grupos nucleares são as sócias e são elas que “entregam” na sede associação a produção de suas famílias.

Outra possibilidade de entendimento para a noção de família refere-se ao fato de um sócio pode representar duas famílias, onde a produção do artesanato de arumã transcende a ideia de “família nuclear” e sua respectiva unidade residencial, englobando duas famílias e duas residências da mesma família, representados pelo mesmo sócio. É o exemplo da artesã Patrícia, narrado por Erivaldo.

É que nem o caso da Patrícia, tem dia que ela vem pra cá e tem dia que ela trabalha. Só que a mãe dela ajuda muito ela. E além da família dela ainda tem a família da mãe dela que quando ela recebe, ela passa o valor pra mãe dela. E no caso da Patrícia contam duas famílias(...) a mãe da Patrícia tece, mas só quem paga a mensalidade é ela (Patrícia), mas envolve duas famílias [Erivaldo, 28 anos, 03/04/2010, Novo Airão].

Isso expressa não só outra possibilidade de arranjo interno da família, mas expõem que ser “sócio” não é a legitimação de ser artesão, e sim a institucionalização do artesão que paga a mensalidade. Contudo os artesãos definem ser artesão como sendo “*a pessoa que sabe tecer*”.

Similar a esse exemplo, existe a possibilidade de um sócio representar três famílias, caso da artesã Maria Derli e seu esposo Carlito, que é coletor da AANA, que residem na mesma casa com a filha Eliane, e no mesmo “terreno” como a filha Eliene que tem sua própria casa onde mora com seu marido e dois filhos. E ao lado localiza-se a casa de Carlos Alberto, ainda no mesmo terreno, onde mora com sua mulher e um filho. A sócia é a artesã Maria Derli, mas fazem parte da produção seu marido e filhos e suas respectivas casas.

A maneira como essa divisão do trabalho familiar se configura no interior da casa de cada sócio é definida pelas suas respectivas dinâmicas familiares, mas pode-se generalizar afirmando que são pautadas: na quantidade de membros; no gênero; na faixa etária e de acordo com a disponibilidade de tempo de cada um dos envolvidos, caso haja a possibilidade de outro emprego.

Família	Família = Sócio	Um sócio = a produção de sua própria família nuclear
	Família = Casa = Sócio	Um sócio = a produção de sua casa (soma de dois ou mais núcleos familiares co-residentes)
	Família = Sócio \neq Casa	Um sócio = a sua própria produção somada à produção de outros parentes consangüíneos que não são co-residentes.

Ao longo do trabalho de campo, pelas visitas à Alberta pude perceber que a dinâmica da produção do artesanato de arumã na sua casa liga-se diretamente com a realização de atividades domésticas como fazer o almoço, lavar roupa, arrumação da casa, cuidado com os filhos e somam-se a isso o seu trabalho na *casa de farinha* no seu sítio localizado no igarapé da Cerveja, além dos dias de pesca.

Pela parte da manhã Alberta fica em casa com os filhos, prepara-os para ir ao colégio, faz atividades corriqueiras de casa, mas paralelo a isso ela e os filhos trabalham no arumã: os meninos enquanto assistem TV e ela no intervalo “*enquanto a comida apronta*”.

Na maioria das vezes, enquanto isso o marido de Alberta, Moisés quando não está pescando faz os trabalhos no sítio: “*capina, planta, roça, arranca mandioca*”.

Já pela parte da tarde Alberta se reveza entre ir fazer farinha no sítio com o marido e ir tecer na sede da AANA. Obviamente que quando os rumores surgem sobre “a produção da Alberta ser vendida para fora ela desaparece da AANA”, mas mesmo assim o vínculo e o reconhecimento do bom trabalho que sua “casa” faz compensa, como veremos na fala de Erivaldo.

Em uma das conversas que tive na casa de Alberta, em sua cozinha. Eu em pé próxima à porta que dava passagem para sala e Alberta ao fogão preparando o almoço, observo o Fábio, filho da Alberta de 8 anos de idade, na sala sentado no chão tecendo o que os artesãos chamam de “*toalhinha*” que seria um tupé pequeno (medindo 15 cm por 30 cm) enquanto assistia desenho animado na televisão. Alberta vê minha surpresa e fala:

Ele está terminando pra mim, eu começo a trama e ele continua. Aqui todo mundo ajuda: a Patrícia e Patriciane fazem o acabamento das peças e o Marcus carrega, lava, destala e pinta o arumã; o Fábio só continua pra mim quando é uma trama direta, porque ainda tá aprendendo a tecer [Alberta, em sua casa, 20 de outubro de 2010, Novo Airão].

A maneira como Alberta explica evidencia que há uma hierarquia no aprendizado e na feitura das coisas. Patrícia e Patriciane “*fazem o acabamento*” que é a etapa considerada mais trabalhosa e que necessita muita atenção e leva-se mais tempo. E que implica em saber tecer já que na hora do arremate/acabamento a artesã tem ainda a possibilidade de ajeitar caso tenha alguma tala esteja amassada erradamente. Com o auxílio das fotografias é possível entender melhor o que seria o amassar a tala, partindo do princípio que são talas em cores diferentes tramadas que ao final compõem uma figura, o posicionamento errado de uma tala é perceptível ao final do trabalho de tecer e é no momento do arremate e acabamento que cautelosamente a artesã identifica se as talas estão nos locais corretos para compor a trama, ou

seja, se foram amassadas corretamente, se não há espaços entre as talas que devem estar juntinhas no momento do arremate.

No continuar de sua explicação, Marcus aparece com mais destaque realizando as etapas de “*preparação das fibras*”, ficando o tecer para as irmãs mais velhas e para a mãe, o que não implica dizer que na prática “ele não tece”, pelo contrário ao falar do filho mais novo, Fábio fica claro que no processo de aprendizagem, ou de transmissão deste saber tradicional, o primeiro momento é apreender a tecer. Posteriormente se aprende a trabalhar com as fibras.

No período de janeiro e fevereiro de 2012, reestabeleci o contato com Alberta e pude perceber que a sua filha Carliane já tecia e estava participando do convívio da sede, mesmo que ainda tenha sua produção atrelada à produção da mãe e adjetivada como “ajuda”. O que Alberta denomina de “continuar a trama” é a técnica de ensinar quem ainda não sabe tecer, foi desta mesma forma que Sônia e Erivaldo me iniciaram no trabalho com o arumã, foi continuando a trama deles que fui percebendo a lógica e o ritmo de amassar as talas.

Nesse mesmo período de janeiro a fevereiro de 2012, observei a presença de Raiara, 17 anos, sempre tecendo na sede da AANA, filha de Sônia e Rubinho e sobrinha de Alberta. Os artesanatos produzidos por Raiara não são atrelados a nenhum outro sócio ou casa, ao contrário de sua prima Carliane, com 13 anos, ainda tem seu trabalho atrelado ao da mãe Alberta que dá status de “ajuda” ao trabalho da filha; mas se orgulha do “trabalho” do filho mais velho, Marcus de 17 anos, que faz tudo, mas assim como o filho de Sebastiana, Ronaldo 20 anos, “*faz, mas faz em casa!*”.

Os comentários de Dona Percília ao se referir aos tupés que Raiara teceu são sempre elogiosos e seguidos de: “olha esse aqui foi ela que fez. Ela veio pra ficar no lugar da Sônia”. O apoio da avó a função dada à Raiara de substituir a mãe não parece um peso ou uma obrigação para Raiara, que pelo contrário parece satisfeita em perceber que está seguindo os passos da mãe com talento. A presença da Raiara e de Carliane na sede da AANA num dia

de reunião é um diferencial durante os últimos anos se comparo com as reuniões e assembleias que pude presenciar.

A presença dos filhos no espaço da sede era recorrente em dias normais de trabalho, mas não nos dias de reuniões ou assembleias. Em relação a presenças das crianças na sede, era possível perceber um corte etário; as meninas frequentam o salão da sede entre até completarem 13 a 15 anos e os meninos até completarem uma média entre 8 a 10 anos, com a ressalva de que não frequentar a sede não implica em não tecer.

Encontrar agora duas adolescentes já se afirmando como artesãs, num momento em que eles próprios caracterizam como “*faltando matéria-prima*” e quando “*só restou a família mesmo como sócios*”, pode anunciar a agênciade uma quarta geração de artesãos, que ainda é a terceira geração consanguínea dos Clementes. A apropriação do espaço da sede por Raiara e Carliane é diferenciada do uso que fazem avó e a mãe de Carliane. O momento de tecer para as adolescentes não é caracterizado ou seguido de conversas como outras artesãs, elas não interpõem o trabalho para realizar atividades domésticas outras, o tecer é intercalado com o “horário do colégio” e acompanhamento pelo uso constante do celular ou por aparelhos de mp3 player como fones de ouvido.

A produção familiar expressa em três arranjos de família/casa caracteriza a produção do artesanato de arumã como baseada na unidade de trabalho familiar que se “refere ao fato do número de membros e a composição da unidade de trabalho serem articulados por fora das exigências diretas do processo de produção, ou seja, serem dados a *priori* ao nível do parentesco” (HEREDIA & GARCIA JR.,1971:10).

As redes de parentesco se estende até as comunidade onde os artesãos. O sítio de Sônia e Rubinho fica na Comunidade Sobrado e é vizinho dos sítios dos irmãos de Rubinho: Carlito e Vivaldo. Lembrando que Carlito é cunhado de Sônia e casado com sua tia Maria Derlí. Quando coincide de estarem os três irmãos e suas esposas, eles “trocam o dia de

trabalho” o que recebe a o dia da trabalho no seu roçado dá a comida, mas “quando as coisas estão apertadas, fazemos a comida junta ninguém deixa o outro dá a comida só”. O fazer a comida junto são as famílias dos três irmãos que dão a comida para os vizinhos que estão trocando o dia de trabalho.

Atualmente Sônia e Rubinho, acompanhados do filho mais novo Anderson estão morando na Comunidade Sobrado, Dona Percília ao explicar o porquê da mudança resume dizendo: *“aqui já não tinha mais nada o que fazer, lá ela põem roça, vende a farinha! vende tudinho, farinha beiju! Aqui só é gasto com tudo, o dinheiro que quase não vem não dá pra nada e como o IBAMA não deixa o Rubinho não pesca”*.

O quadro abaixo apresenta uma espécie de síntese das noções de sítio, roça e casa para os artesãos, coloco aqui visto que a agricultura mesmo não sendo muito lucrativa enquanto atividade produtiva aparece no cotidiano da maioria dos artesãos que ou produzem em seus sítios e roças específicos ou “ajudam” ou “trocam o dia de trabalho” no sítio ou roça de algum parentes ou vizinho.

Sítio	Quando não localizado na sede do município refere-se à área da casa e da roça. Se localizado no município refere-se apenas a casa de farinha seguida da área onde a mandioca foi plantada.
Roça	Sendo a roça a área de plantio da mandioca e de outras árvores frutíferas. A roça pode ser distante da casa ou muito próxima depende da extensão da propriedade e das características física do terreno.
Casa	É a unidade de residência que fica na área chamada de sítio, onde os artesãos podem ter residência permanente ou só no período de plantio ou colheita.

Com a transferência dos pais (Sônia e Rubinho) da sede para a comunidade, Raiara passou a residir na casa de Dona Percília e ausência dos pais na sede pode justificar o porque da sua autonomia em relação à prima Carliane, visto que Raiara, agora, é a artesã que passa a representar a sua casa, ou antiga casa.

Ao longo dos anos, a noção de sócio como um associado e regulado por um estatuto foi se perdendo e dando lugar, ao entendimento de que “um sócio represente uma família” fazendo da AANA um conjunto de famílias que produzem artesanato de arumã. A produção do artesanato de arumã, mesmo quando feita na sede da AANA pode ser vislumbrada como uma “unidade de trabalho familiar”, visto que os sócios são parentes, consanguíneos e afins, e mobilizam o sentimento de pertencer à AANA representando e afirmando idealmente a si próprios como *uma família* e têm sua *produção coletiva*.

Pela observação em campo, Seu Manoel e Sebastiana são considerados mais da família Clemente do que Alberta, pois a noção de pertencimento implica no envolvimento cotidiano com as atividades da AANA e uma suposta fidelidade em relação ao destino dado ao artesanato quando pronto. Sebastiana a partir de 2001, com a mudança da mãe e do irmão para a Comunidade Aracari, começou a trabalhar com a Sônia e o Erivaldo na sede da associação e se aproximou muito dos Clementes.

Em campo, em abril de 2010, uma fala de Sônia sobre mutirão de limpeza retrata bem isso, “*ontem teve mutirão e foi só a família*” essa afirmação referia-se a presença de Sônia, Dona Percília, Erivaldo, Josi, Sebastiana, Seu Manoel. A ausência da Alberta nas reuniões e nos mutirões de limpeza era notável. O mesmo ocorre com Néia que devido as constantes dores nas costas tem o seu pertencimento à AANA pelo esforço de compensação de sua ausência no momento da produção.

A lógica familiar que funciona nas unidades residências das artesãs também perpassa o momento da produção quanto realizada no espaço institucionalizado. As artesãs levam os seus filhos para o interior da sede, as avós “*ficam de olho*” nos netos, as crianças brincam e dormem enquanto as mães, às vezes, a mãe e o pai trabalham no arumã. Na Central de Artesanato Dias Figueira, a sede, o horário de trabalho, ou melhor, o momento em que as artesãs estão tecendo ou preparando as fibras é interrompido pela “*hora de buscar o levar o*

menino no colégio”; para “*dar merenda pras crianças*”; “*dar banho*”, “*fazer almoço*” a lógica da casa e conseqüentemente seus arranjos familiares são reorganizados e mobilizados para que o trabalho com o artesanato possa ser feito. Na foto abaixo, a artesã Sebastiana destalando o arumã e ao lado seu filho Gabriel e sua filha Elízia brincavam com o “*bucho*” do arumã.

FOTO 20: Sebastiana e seus filhos: Gabriel e Elízia



A noção do que é ser artesão aqui está colada a noção de família, posto que é no âmbito da família, seja no espaço de suas casas ou da sede da AANA. Contudo, farei este contraponto para que não se tenha a “*ilusão de harmonia*” perpassando a lógica familiar dos Clementes, pontuando os acontecimentos referentes ao dia 19 de março de 2010, o terceiro dia de cada é reservado para entrega dos artesanatos, pagamentos dos artesãos, organização dos mutirões de limpeza para o próximo mês e para o repasse das encomendas caso haja.

Acompanhei as atividades do terceiro sábado do mês de março de 2010, dos 17 artesãos associados, 9 apareceram na sede e só 2 entregaram artesanato; “o dia da entrega” pode ser caracterizado como um dia muito tenso, ou nas palavras do artesão Seu Manoel “*é dia de comentários baixinhos e olhares compridos, é o momento onde secretário da AANA anota o deve para o artesão e o que o artesão deve pra associação*”.

A dinâmica funciona da seguinte maneira, o secretário da AANA, em questão era a Sebastiana, acompanhado do presidente, Antônio, ou vice-presidente ficam numa mesa, onde os artesãos por ordem de chegada à sede vão um a um ou entregar os artesanatos tecidos ao longo do mês, caso não tenham o que entregar apenas verificam qual a quantidade em dinheiro que a AANA lhe deve e quanto o artesão em questão deve para AANA pela matéria-prima utilizada na produção dos artesanatos.

As artesãs que chegavam primeiro, após passarem pela mesa não iam embora, permaneciam no espaço da sede fazendo comentários ora jocosos ora sérios, mas expressando total controle e conhecimento sobre quanto cada um deve pra AANA e quanto a AANA deve para os artesãos. As brincadeiras piadinhas são similares a essas: *“oh Alberta pra onde você vai com tanto arumã o IBAMA vai te pegar!”* ou *“Ei cadê o teu artesanato, tu não comprou quase todo o arumã da AANA mês passado?”*.

A tensão por meio dos comentários e brincadeiras é construída em torno da obrigatoriedade de quem comprou arumã da AANA tem que trazer os artesanatos que produziu, e no terceiro dia do mês esse controle aparece, pois os próprios artesãos percebem quando a quantidade de artesanato apresentada no dia é proporcional ou não a quantidade de arumã que foi pego. E os artesãos que entregam artesanato pronto proporcional à quantidade de arumã que retiraram reclamam dizendo: *“a associação não tá ajudando os sócios, e deixa o pessoal pegar o arumã e não pagam e também não devolvem pra loja os artesanatos que fazem, e ainda tem aqueles que se negam a pagar e se negam a entregar o artesanato”*.

No terceiro sábado do mês de abril de 2010, nenhum artesão entregou artesanato e tensão ficou entorno da AANA que por não pagar os atrasados dos artesãos não poderia exigir produção de ninguém, Sebastiana e Erivaldo se defendiam explicitando que sabem que os artesãos pegam a matéria-prima e vendem por fora o artesanato: *“os sócios só não vendem para fora se não encontrar quem queira”*. E no meio aos comentários “Seu” Manoel vem na

minha direção me vendo e diz: *“não se assusta dia de reunião é assim, é família. Eu não brigo, eu não ganho esse dinheiro, mas não é só de dinheiro que agente vive. Às vezes vende artesanato meu e pagam para outro, eu não brigo tem gente que só vive daqui né e aí precisa mais do que eu”*.

A renda da casa da Alberta é resultado do trabalho da pesca do marido e do artesanato e do benefício da bolsa família, mas ao fazer as contas Alberta assume abertamente que *“vende mais por fora”* e por isso até parou de comparecer as reuniões devido *“aos comentários dos outros que sempre acabavam dizendo que eu fazia isso porque tava sendo protegida pelos meus irmãos”*. Alberta não justifica o seu *“vender pra fora”* devido ao pagamento parcial dos artesanatos entregues na associação, ao contrário de *“Seu Manoel”*, Alberta generaliza a questão dizendo *“as vendas continuam boas, o problema são as dívidas da AANA”*. O não punir ou não falar mal da diretoria pode estar relacionado não só ao aspecto familiar, mas ao fato que na época a diretoria era composta por seus irmãos Antônio e Sônia, mas soma-se que os comentários eram menos frequentes se compararmos como o momento atual da gestão seguinte de Erivaldo.

Contundo, assim como para *“Seu”* Manoel, para Mariléia a questão do *“pouco dinheiro é um problema”*, pois sua renda é oriunda do *“salário do marido que é pedreiro da prefeitura, o dinheiro do artesanato quando é pago e a bolsa família”*. Esses diálogos compõem a percepção de que além da renda obtida com a produção do artesanato de arumã a maioria dos sócios recebe os benefícios sociais concedidos pelo governo federal, como bolsa família, auxílio gás, que no contexto de ausência de emprego se tornam valiosíssimos como única expressão da *“ajuda do governo”*. E mesmo percebendo a vantagem de ter liberdade para trabalhar Mariléia termina a conversa dizendo *“agora os sócios não tecem mais porque não tão recebendo o dinheiro todo”*.

Esse comparativo entre o período em que os sócios recebiam o “*valor total*” do artesanato produzido e entregue na loja, com o período onde eles recebem parcialmente ou somente quando a peça é vendida; pode ser percebido de duas maneiras: a demora nos pagamentos dos artesãos consonante às elaborações sobre trocas/dádivas onde “o tempo” na retribuição que leva a “dívida” mas ainda mantém a necessidade de reciprocidade, de acordo com Bourdieu (1996) e Villela (2000).

A mudança na forma de pagamento será percebida com um dos elementos que caracteriza o momento onde a AANA se separa da FVA, ou dito de outra maneira, o momento onde em decorrência do afastamento dos denominados técnicos da FVA começam a emergir as primeiras dificuldades que pautam uma nova maneira de se relacionar tanto no âmbito interno entre os sócios, como no âmbito mais externo das chamadas “parcerias”.

Outros posicionamentos dos artesãos justificam que o de “vender para fora” se relaciona ao fato de que quando se tem encomendas⁵⁷ os sócios não são comunicados, “não ficam sabendo e não fazem”, e a FVA acaba emergindo como comparativo de garantia de “pagamento na hora”, a forma como os artesãos representam as ações da FVA e o fato do pagamento das peças entregues ser feito imediatamente vai compondo uma representação de que mescla elementos de “contratação” e “ajuda”. Como contratação os técnicos transmutam-se nos padrões e como ajuda transmutam-se nos salvadores “os que sabiam fazer a associação e as coisas funcionarem” e colocados sempre como modelo “do que deveria estar sendo feito” mesmo que implique no domínio de conhecimentos/lógicas de trabalho que os artesãos não possuam.

⁵⁷ A questão das encomendas não serem comunicadas terá também outras interpretações a depender de quem “conta”. Para Sebastiana, num primeiro momento quando sua relação era apenas no âmbito do trabalho: entrega das peças na loja, receber o pagamento, participar de acordo com o rodízio e pagar a mensalidade. Ela percebia o não ser comunicada como a maneira como os Clementes administravam dando sempre preferência aos parentes. Essa questão da preferência a partir do momento que a FVA se afasta e os sócios também se afastam se torna a única estratégia possível de gestão.

Anteriormente a AANA pagava pelas peças que os sócios entregavam mensalmente, “a associação comprava os artesanatos dos artesãos”. Com “as dívidas” e seu consequente desconto mensal no orçamento, a AANA passou a pagar proporcionalmente os sócios, conciliando o desconto da dívida parcelada com a demanda de peças a serem pagas todo mês. Esse processo de adaptação e suas conseqüentes mudanças acarretaram em alguns conflitos entre os sócios da AANA que levou ao afastamento de vários associados e ao mesmo tempo revelou que os que permaneceram pertenciam à mesma família. Percebemos o parentesco atuando de forma decisiva para existência da associação e como uma resposta ao modelo participativo externo, visto que não só os sócios da associação, mas a diretoria da mesma, foi e ainda, é composta por membros da família Clemente.

CAPÍTULO 3: Transformações no processo produtivo do artesanato de arumã

No capítulo anterior apresentamos por meio dos depoimentos das artesãs e artesãos, que tinham como ponto comum “a chegada dos técnicos da FVA”, o processo de criação e institucionalização da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA. Agora nos aproximamos dos discursos da FVA para começar a discorrer sobre as transformações sociais que ocorreram ao longo desses 15 anos de existência da AANA.

Para FVA (s/d) o Projeto Fibrarte (1995-2002) tinha como primeiro objetivo “organizar grupo de pessoas que fazem artesanato como atividade doméstica, para transformá-la em uma atividade geradora de renda. Para isso, estimula a organização social dos artesãos, a produção e o manejo da extração das plantas, para que o artesanato seja uma atividade sustentável e gere o mínimo de impacto ao meio ambiente” (CARTILHA FVA, S/D: 5). Essa transformação da produção do artesanato de arumã em “atividade geradora de renda” implicaria primeiramente na institucionalização das pessoas envolvidas em uma associação, como apresentado no capítulo anterior.

O primeiro marcador nas transformações sociais é a própria institucionalização; o segundo: a construção da sede; seguido da implementação do plano de manejo; afastamento dos técnicos da FVA e outros elementos que serão descritos. Os depoimentos acionados para compor essa caracterização demonstram mais do que “*como foi o processo*”, explicitam estratégias específicas de organização política e familiar que, principalmente, são distintas a lógica associativa e burocratiza implementada pela mediação da FVA.

Essa oposição de lógicas distintas será analisada analogamente às relações associativas e comunitárias de Weber (2000: 25) onde idealmente teríamos nessa polarização as ações e “interesses racionalmente motivados” da FVA e do seu corpo de técnicos em oposição às ações, interesses e modo de se relacionar específico dos artesãos e artesãs que

“repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”, aqui em questão: a AANA.

O sentimento de pertencer ao mesmo grupo foi construído ao longo dos anos, visto que primeiramente “aglutinaram” grupos familiares distintos que tinham em comum o trabalho com arumã sob o nome de Associação de Artesãos de Novo Airão, mas que em decorrência das transformações sociais a AANA passou a ser “sentida” como uma “*família*”.

Com a ressalva de que para Weber (2000: 25) a ação social, ou propriamente, as relações sociais “tem caráter em parte comunitário e, em parte, associativo”. Nesse sentido essa polarização ou oposição é *ideal*, as ações, os interesses, as estratégias na prática assumem uma dinâmica própria mesclando-se entre “associativas” e “comunitárias”; tornando tal separação só no âmbito teórico e metodológico para organizar a exposição de alguns fatos.

Ao longo deste capítulo, partindo das transformações que ocorreram no processo produtivo e suas consequências, pretende-se expor essa dinâmica onde relações idealmente “associativas” se interpenetram às relações “comunitárias” fazendo emergir elementos e maneiras de se relacionar, análogos aos elementos e aos “tipos” de relação que caracterizam a dominação weberiana.

3.1. Construção do casarão: a Central de Artesanato Dias Figueira

A formação da AANA pode ser lida como uma consequência a demandas burocráticas, segundo Nakazono (2007) “nesse período, por volta de 1995, a FVA buscava recursos para a construção da Central de Artesanato da Associação e junto ao financiador havia prazos para que os recursos obtidos fossem utilizados. Para obtê-los, as artesãs⁵⁸ precisavam estar organizadas numa associação formal⁵⁹” (NAKAZONO, 2007:91).

⁵⁸ Ao longo deste tópico, as citações referentes aos trabalhos de Nakazono (2007) referem-se “as artesãs” o que é justificado posto que no período dessas pesquisas a maioria dos associados da AANA eram mulheres. Aqui reproduzimos “as artesãs” sem maiores perdas para o que estamos nos referindo posto que a maioria dos associados ainda são as mulheres. E como uma ruptura intencional ao uso das palavras no masculino quando

A criação da AANA ocorre, numa certa medida, como resultado de exigências externas, para atender normas de projetos e seus financiadores. Fontes de financiamento têm demandas e exigências várias que inviabilizam ou dificultam a execução dos projetos por associações “jovens”. Dentre estas se destacam o exíguo tempo de execução e apresentação de resultados concretos. Para iniciar o repasse de recursos faz-se necessário que o grupo local tenha representação jurídica; motivo principal do apoio inicial da FVA para a formação da Associação (NAKAZONO, 2007: 91 - 92).

A representação jurídica, a que a autora se refere, também era necessária para que a doação de um terreno, cedido pela Prefeitura de Novo Airão, fosse possível para construção da Central. A criação de “uma sede” centralizaria a produção, facilitaria a gestão e organização da associação recém-fundada e a possibilidade agregar as artesãs no momento da produção faria com que essas pessoas e famílias, que ainda não se conheciam iniciassem o processo de aproximação, que nessa lógica associativa, fortaleceria a própria produção do artesanato e empenho dos artesãos.

Segundo Nakazono (2007) “o projeto de construção da Central de Artesanato foi idealizado por um dos membros do Conselho Curador da FVA e não uma demanda das artesãs”, visto que a produção do artesanato era realizada em concomitância com outros trabalhos domésticos não havia interesse em “deslocar” o local da produção. Assim, “o projeto da Central de Artesanato não atendia a realidade das artesãs, nem condizia com o momento do grupo recém-formado” (NAKAZONO, 2007: 93).

referentes ao plural comum de dois gêneros. Então “as artesãs” referem-se à maioria mulheres e refere-se também ao plural “artesãs e artesãos” que normalmente seria “artesãos”.

⁵⁹ A AANA é organizada através de Assembleia Geral, contando com uma diretoria, o corpo de sócios e um conselho fiscal. A diretoria é composta por presidente e vice-presidente, secretário e segundo secretário, tesoureiro e segundo tesoureiro. O Conselho Fiscal é formado por três membros titulares e três suplentes. A criação e registro da AANA foram assessorados diretamente pelo corpo técnico da FVA, junto à Secretaria da Fazenda – SEFAZ do município de Manacapuru, AM. (NAKAZONO, 2007:91). Esclareço que ao longo deste capítulo haverá um diálogo com os trabalhos desenvolvidos por Erika Nakazono (2007) onde analisou a AANA como um empreendimento sustentável e com o seu trabalho apresentado na coletânea organizada Almeida e Farias Júnior (2010: 50 - 95) onde sua análise é revista visando identificar os fatores sociais, econômicos e ecológicos que influenciaram a dinâmica associativa da AANA.

A dinâmica de trabalho nesses primeiros quatro anos da associação (1996 - 2000), desse grupo recém-formado pode ser sintetizada: cada família ou artesão produzia em sua unidade de residência e aguardava “os técnicos” que passariam de casa em casa coletando os artesanatos produzidos. Ou como explica a artesã Dona Zica⁶⁰

É, fomos apreendendo a tecer, nós entregávamos e eles iam de casa em casa receber e viram que deu resultado. E falaram pra gente: - Agora, sabe de uma coisa vocês vão se cadastrar, vai dá pra gente fazer um casarão, um galpão e vai melhorar mais ainda para vocês que iram tecer tudo lá!

De acordo com o relato de Dona Zica, na *“espera pela tal casa onde todo mundo ia tecer junto”*; outro elemento emerge atrelado as falas sobre a construção da sede: a “casa” enquanto espaço de trabalho passa a ser considerada inadequada para uma produção em escala maior, percebida como um local pequeno para a produção, cada vez mais frequente, de tupés maiores. O que incide na “criatividade” e produção de novas peças, como as denominadas de “jogo americano”, evidenciando que o local onde o trabalho é realizado também exerce uma função; como afirma Dona Zica: *“foi por isso que inventamos de fazer essas toalhinhas pequenas e compridinhas (jogo americanos), porque não tinha lugar pra tecer, porque nossas casas eram muito pequenas, apertadas”*.

Surge então uma aparente “necessidade” para construção da sede, mas que vem acompanhada dos primeiros desentendimentos e limites entre o que era a FVA e o que seria a AANA; muitos artesãos ficaram “*desacreditados*” porque não entendiam o porquê da FVA conseguir dinheiro para *“construir uma sede para gente”*. E de acordo com a fala de Dona Zica,

O povo se queixava: Ah! Eu vou desistir porque não vai ter essa casa, eu não vou ter onde tecer, a minha casa é apertada e não tem espaço...Muita gente dizia essas coisas aí pareceu a Luciana que dizia: - Vai ter casa sim, vai ter não se esmorecem, tecem que lá vem dinheiro pra pagar a construção da casa”. [Dona Zica, Novo Airão (Igarapé do Faia) 04/04/2010].

⁶⁰ Os trechos que seguem abaixo são da entrevista realizada em sua residência no Igarapé do Faia enquanto lavávamos a louça do almoço do “domingo de páscoa” de 2010.

Num primeiro momento, argumentamos que o projeto de construção da sede era distante das “necessidades” e da demanda das artesãs, mas com a mudança no tamanho dos tupés acrescida das “queixas”, percebe-se a “construção da sede” se tornando necessária. Entretanto, o argumento de Nakazono (2007:93) que “uma casa projetada para abrigar, um grande número de artesãs, não se relacionava intimamente com a realidade local”; permanece no sentido de evidenciar que as artesãs não produziam em grupo, ainda mais sendo o momento da produção do artesanato atrelado às dinâmicas específicas da “casa” de cada uma das artesãs.

É justamente o momento da “construção da sede” que aproxima estes grupos de famílias, que até então, produziam separadamente e não estabeleciam entre si nenhuma relação de troca, amizade ou de ajuda mútua no momento da “preparação das fibras”, como demonstrei ser a realidade atual da AANA no capítulo anterior.

O distanciamento da proposta de “construção da sede” reside na não observação, por parte dos técnicos, de como que este grupo recém-composto se articulava no momento da produção dos artesanatos, por parte dos técnicos da FVA, expressa na prática adequação a uma “exigência externa” distanciada da realidade na qual se objetivava intervir. Subsidiando a possibilidade de recebimento dos recursos financeiros tem se o discurso da necessidade de projetos e intervenções locais que se relacionem ao “coletivo”, ao “participativo”, ao “comunitário”, ao “solidário”; o que Almeida (2008:83) aponta como sendo é também o discurso das agências multilaterais, que encontramos em toda literatura do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e conseqüentemente em toda literatura da Cooperação Técnica Internacional e nas pautas e editais dos financiadores.

A exigência é que o projeto tem que ser “participativo” ou adotar técnicas de “participação comunitária” para poder ser aprovado. E os órgãos governamentais passaram a incorporar isso burocraticamente, sem refletir mais profundamente sobre a passagem dos “sujeitos biologizados” para “sujeitos sociais”. Diluem tudo na manualização imposta pelas agências

multilaterais que falam explicitamente em “etnia”, em “gênero” e em “diferença”, mas organizando os grupos sociais de cima para baixo e como critérios étnicos de fundamento primordialistas. Tais critérios não admitem a autonomia que de fato está adquirindo na Amazônia, no momento atual, uma diversidade de agentes sociais, através de mobilizações político-organizativas, que já contrariam as políticas de inspiração neoliberal. (ALMEIDA, 2008:83).

A incorporação do termo “participativo” será o que os técnicos da FVA denominam “trabalhar em coletivo” como uma exemplificação clara das “exigências externas para atender normas de projetos e de seus financiadores”, como aponta Nakazono (2007). A distinção entre o que é “participativo” para os técnicos da FVA e o que é considerado como “coletivo” para os artesãos da AANA, reflete a incorporação deste discurso dos financiadores, como uma tentativa reeditada de implementar aquilo que se julga ser “racional” para este tipo de “empreendimento sustentável”.

O contraditório é que essa concepção de “trabalho em coletivo” enquanto “participativo” dos editais e pautas dos financiadores é distinta e eclipsa a forma como os artesãos e artesãs do arumã na prática definem e negociam o que consideram como “trabalho coletivo” que seria o trabalho organizado por “mutirão”. Isso fica mais evidente na fala de Dona Zica sobre a construção da sede.

Nós trabalhamos no casarão, descascando pau, cortando madeira... Foi duro! Fomos todos nós, trabalho coletivo mesmo. Resolvemos ir lá limpar, foi tudo nós! Fomos capinar... e não foi um ano não pra limpar, fizemos um mutirão. Era eu o Amadeu, a Francisca, a Cintia o marido dela, o pessoal da Dona Percília tudo, Dona Suzana... Só sei que juntava homem, mulher e menino. Não era todo dia que a gente trabalhava, nós combinávamos: hoje tem mutirão ou amanhã... Vamos lá? Vamos! Um levava a farinha, o outro o peixinho, o outro levava o sal e íamos debaixo de um sol quente, e aquilo não era só um dia era a semana toda! Foi duro pra nós! E quando não tinha mais dinheiro, porque não tinha mais artesanato pra vender, agente parava e ia tecer. E assim foi, quando acabava o dinheiro, nós voltávamos pra tecer [Dona Zica, Novo Airão (Igarapé do Faia) 04/04/2010].

O esforço e o sacrifício aparecem, na fala de Dona Zica, fazendo parte da rotina de trabalho para a construção da sede, explicitando a eficácia e a funcionalidade da lógica do “*mutirão*” que se articulava com a lógica familiar da produção do artesanato de arumã, ainda circunscrita às unidades residências de cada artesã.

Complemento a fala de Dona Zica sobre a construção da sede com fala de sua filha Sebastiana, com a ressalva de que a diferença geracional acrescenta ou destaca outros elementos aos acontecimentos que são rememorados e “*contados*” para as novas gerações de sócios da AANA no momento da entrevista⁶¹.

A dificuldade dos artesãos em perceberem que eram eles “*os donos da sede*” é explicada por Sebastiana, na presença de Erivaldo, Josi, e Mariléia, que do ponto de vista geracional, seriam pertencentes à geração posterior a de Sebastiana, que por sua vez, é posterior a geração de sua mãe Dona Zica. Na fala de Sebastiana, aparece à dúvida seguida de um esforço de convencimento, o esforço era “*convencer que isso era nosso!*”.

Depois veio a notícia: - A associação vai ganhar um prédio que a fundação vai fazer, mas como é que a gente vai ganhar um prédio? Mas o que é mesmo associação? Nem sei o que é a associação! Quando aprontou o prédio, eles falaram:- O prédio é de vocês! - Mas como que a gente vai ganhar um prédio? Nós tínhamos que convencer todo mundo de que esse patrimônio era nosso. Nós falávamos e eles nem acreditavam que isso aqui era nosso. As pessoas falavam: é nada isso é da fundação, isso não é nosso! A gente não fazia a mínima ideia de que era nosso mesmo. E teve um tempo que a fundação ficou muito chateada porque a gente não ligava mesmo, e não tinha como a gente ligar por que não sabíamos se era nosso mesmo. Eles diziam: é de vocês! Como que seria nosso se era a fundação que fazia tudo. Então, a fundação começou a cobrar isso: - olha é de vocês tem que tomar conta! [Sebastiana Fragoso, 27 de março de 2010, na sede da AANA].

Torna-se claro através das falas de Sebastiana “*a dificuldade de reconhecer que a sede era deles*” e a conseqüente dificuldade com a lógica associativa e burocratizada que os

⁶¹ Tendo em vista o debate feito na introdução desta dissertação, acerca da dinâmica das entrevistas: onde o artesão que tem sua fala autorizada era, na maioria das vezes, acompanhado por outros artesãos no momento em que a fala era registrada.

técnicos estavam propondo que na prática implicava em prestar contas do dinheiro recebido com a venda dos artesanatos, pagar os sócios, pagar as contas da sede referentes à luz, água e telefone, fazer ata das reuniões e assembleias, fazer a prestação de contas anual e fazer uso do espaço da sede. Como isso foi vivenciado pelos artesãos ficará claro ao longo deste capítulo, mas pode ser sintetizado nas palavras de Sebastiana: *“fomos apreendendo na marra mesmo”*.

O esforço e sacrifício vivenciado pelos artesãos na construção da sede, como bem evidenciou Dona Zica, desaparecem na fala de Sebastiana subsumidos em: *“a associação vai ganhar um prédio que a fundação via fazer”*. O “ganhar” se refere ao prêmio do Fundo Nacional para a Biodiversidade - FUNBIO, financiado pela Fundação Ford cuja AANA foi contemplada com setenta e cinco mil reais, empregados em atividades⁶² do Projeto Fibrarte e na construção da sede (FOLHETO DA AANA, S/D).

Evidencia-se o não entendimento dessa lógica: onde projetos são apresentados a determinados financiadores que disponibilizam recurso financeiro sob certos pré-requisitos e pautas específicas para custear atividades e ações das organizações proponentes. Não parece claro para as artesãs que as organizações não governamentais não são empresas de capital próprio e que também não são representantes ou órgãos do governo e que por isso possuem uma rotatividade de funcionários muito expressiva atrelado ao financiamento ou não de seus projetos para manterem uma equipe de trabalho.

A não compreensão dessa dinâmica redimensiona o “ganhar”, sendo análogo “aos artesãos vão ganhar da FVA” soando como uma espécie de “favor” e não como algo que só foi possível devido a existência e ao trabalho dessas famílias que já produziam tradicionalmente seus utensílios domésticos que agora são os “artesanatos de arumã” que

⁶² Realização de oficinas para padronização estética dos artesanatos de arumã visando “capacitar os artesãos segundo regras estéticas que exigiam boa pintura e acabamento das peças, aumentando aceitabilidade dos produtos no mercado das feiras nacionais e internacionais” (Banner da AANA, s/d).

foram apresentados como “prática de uso sustentável” na forma de um projeto ou relatório de atividades para os financiadores.

A explicitação dessa dinâmica de maneira simplória pode parecer desnecessária, posto que não referencio institucionalmente como foram esses tramites a nível interno de produção técnica e científica por parte da FVA, contudo a questão é entender como se inicia essa “relação afetiva” que permeia a construção da sede que culmina com os artesãos homenageando um dos técnicos da FVA, atribuindo o sobrenome dele ao nome da sede.

O processo de institucionalização da AANA seguido de uma nova rotina de trabalho deveria ser pautado em interesses racionais e sem nenhuma espécie de vínculo afetivo, já que o processo de institucionalização dos artesãos e do espaço de trabalho foi uma demanda da FVA, e num primeiro momento uma demanda até distanciada das necessidades das artesãs. Além do fato de que caberia aos “técnicos” a função de implementar essa lógica associativa e burocrática.

A maneira como este esforço de implementação dessa lógica burocrática/associativa foi mediado pelo corpo de técnicos, acrescida do redimensionar do “ganhar” por parte das artesãs além de dificultar o reconhecer que “*isso era nosso*”, produz o entendimento de que “a sede é da FVA e de que os técnicos são os patrões” (Nakazono, 2007: 91). Esse entendimento de que a FVA é o “patrão” aparecerá explicitamente em outro depoimento da artesã Sebastiana.

Nas falas de Sebastiana sobre como “os artesãos não reconheciam que a sede era deles e que tinham de ser convencidos”, enquanto reelaboração dos acontecimentos passados faz emergir uma conscientização sobre a certa “dependência” em relação aos técnicos da FVA. E é na explicitação dessas “*dificuldades de assumir que a sede era deles*” que os limites e problemas da mediação vão aparecendo e sendo justificados na voz dos próprios sujeitos: “*como que seria nosso se era a fundação que fazia tudo*”.

O prédio aprontou em 2000, quando foi em 99, eu entrei na presidência da AANA, eu acho que foi uns dos piores momentos da diretoria, foi difícil porque eu já peguei a parte onde a associação tava ficando dependente da Fundação. Então, nesse tempo a fundação ficava aqui, eles moraram aqui uns tempos, o bebedouro foi doado pela fundação, as cadeiras foram doadas por eles, onde era o nosso escritório era o escritório da fundação. Como que a gente ia dividir o que era da fundação e o que era nosso. Se a fundação ficava aqui dentro, nos não tínhamos essa separação. A gente não tinha esse entendimento do que era fundação e do que era associação, pra nós fundação e associação eram tudo a mesma coisa, porque todo o tempo eles estavam ali com a gente (...) Desde dizer: vocês não façam isso porque essa parceria não vai dar certo! Então, a gente não decidia bem dizer nada, era a fundação [Sebastiana Fragoso, 29 de março de 2010, na sede da AANA].

A convivência no mesmo ambiente potencializa o que Bourdieu (1996) percebe como eficácia do poder instituído aos técnicos da FVA pelos artesãos, a presença dos “técnicos” na sede fortaleceu a dita “dependência” e a ideia de que os artesãos trabalhavam para FVA, e também motivou a confusão acerca de a FVA ser a mesma instituição, que a recém- criada associação.

A fundação ficava muito na frente do nosso trabalho, não éramos bem nós. A gente só fazia o artesanato, a gente não se preocupava com contabilidade da associação, não se preocupava com venda, a gente não se preocupava com nada! Só era produzindo! As pessoas não faziam ideia do que era bem ser uma associação. A gente nem sabia como funcionava, e aí vieram dois técnicos da fundação trabalhar aqui com a gente. O primeiro que começou foi o Tibério e depois dele veio a Cida, mas passou pouco tempo também, e depois já veio o Max que ficou trabalhando diretamente aqui com a gente. Treinando, capacitando as pessoas pra ficar na diretoria, trazendo cursos pra capacitar na parte do comércio, trazendo cursos sobre associativismo, cooperativismo [Sebastiana Fragoso, 27 de março de 2010, na sede da AANA, Novo Airão].

Soma-se a isso o conjunto de atividades e regras que configuraram uma nova dinâmica de trabalho que perpassa o significado do que é ser artesão, que transcende ao saber tecer e fazer artesanato. Com a construção da sede, participar do convívio entre os artesãos na sede, ficar na loja, participar do mutirão de limpeza do terreno da sede, estar na escala de rodízios da faxina na sede, estar disponível a viajar para feiras e eventos para venda e

exposição dos artesanatos, entregar os artesanatos no dia correto, pagar pela matéria-prima extraída pelos coletores, frequentar as assembleias e reuniões extraordinárias passam a fazer parte da dinâmica do que é ser artesão do arumã.

3.2. O manejo do arumã

A percepção da criação do plano de manejo do arumã como um das transformações do processo produtivo do artesanato objetiva ir além da obviedade da mudança no modo de se apropriar deste recurso natural. A proposta é distinguir entre o que era a extração familiar do arumã enquanto “uso comum dos recursos naturais”; e o que é a extração do arumã por meio do manejo evidenciando as consequências e possíveis conflitos que envolveram a sua implementação.

O termo manejo não se refere à prática tradicional de extrair o arumã, é resultado da produção de uma nova maneira de se apropriar da planta baseada na necessidade de adequar o modo tradicional a uma forma sustentável de utilização do recurso natural conforme as leis ambientais que a partir da década de 80 e 90 passaram a regular as áreas onde havia predominância dos arumanzais.

Não se pretende discutir a validade ou não da implementação dessas unidades de conservação no município de Novo Airão. De acordo com a proposta de Menezes (2008:34) “o que se critica não é a porcentagem alta de áreas de preservação ambiental e sim a maneira como elas são implementadas e as consequências que estas impõem aos denominados povos e comunidades tradicionais”.

A expressiva presença dessas unidades de conservação, abrangendo 53,96% da área total do município e suas respectivas fiscalizações impôs uma nova dinâmica à apropriação e ao uso dos recursos naturais. E como argumentei no primeiro capítulo esta nova dinâmica não

incide apenas no modo de vida dos artesãos, atingindo também o modo de vida de agricultores, pescadores e ribeirinhos que moram na cidade ou nas comunidades.

Os locais tradicionalmente utilizados para a extração do arumã passam a ser regulados segundo a categoria da unidade de conservação, podendo ser de uso sustentável ou de proteção integral, que agora abrangem esses locais em questão. A implementação das unidades de conservação e todo o aparato de fiscalização e controle dos órgãos ambientais dificulta o que poderíamos considerar como “livre” realização de atividades como pesca, caça e extração de produtos da floresta.

Entretanto, o artesanato de arumã assumi destaque como atividade econômica para os artesãos e suas respectivas famílias; posto que a prática da agricultura não é considerada como muito rentável, pois não visa à comercialização dos produtos cultivados, e já que neste contexto a pesca é a atividade que mais sofre os “efeitos” da fiscalização e controle realizado pelos órgãos governamentais.

De acordo com um dos coletores da AANA, Rubinho⁶³ a fiscalização é majoritariamente sobre a atividade da pesca, visto que “*o IBAMA têm técnicos e uma base flutuante para fiscalizar a presença dos barcos de pesca (grandes e pequenos)*” no leito dos rios que circundam as áreas correspondente às unidades de conservação. Essa fiscalização referente à pesca consiste em “*parar o barco, o técnico do IBAMA revista o barco procurando peixes, bicho de casco, ovos (...) o que for, e caso encontre a punição vai de multa até levarem o barco e o material utilizado na pesca*”.

Erivaldo presente no momento em que essa fala de Rubinho foi registrada complementa justificando o porquê do manejo a uma necessidade de documento para assegurar o transporte da matéria-prima da comunidade, onde foi extraída, até a sede do município sem que ocorram conflitos com a fiscalização feita pelos órgãos governamentais.

⁶³ Entrevista nº:15, com Rubinho realizada na sede da AANA no dia 09/04/2010 na presença de Sônia e Erivaldo que ao mesmo tempo em que teciam seus respectivos tupés comentavam o que Rubinho ia afirmando.

Porque quando a gente sai do Sobrado, que é APA, acaba passando pelo Parque para poder chegar aqui. Aí se o IBAMA para nosso barco e vem fazer a fiscalização: O que vocês estão tirando? Dá onde estão tirando? Tem o documento? Então para comprovar que nós não tiramos do meio do caminho tem que ter pelo menos um documento dizendo que nós fazemos manejo lá no Sobrado e que é de lá que vem o nosso arumã [Erivaldo, 09/04/2010, sede da AANA].

A extração de produtos da floresta como a goiaba-de-anta, o urucu e o ingá xixica utilizados para tingir as fibras de arumã durante a confecção do artesanato, é feita na “*mata, próximo à entrada da cidade*”⁶⁴ e em outros locais não especificados; o que expressa certo cuidado, por parte dos artesãos, na escolha dos locais para extração visto que há fiscalização oficial do uso e da apropriação dos recursos naturais também ocorre nas áreas de mata que circundam a estrada AM-352, chamada de estrada Novo Airão- Manaus.

De acordo com as informações e documentos disponíveis no site da Fundação Vitória Amazônica – FVA, o Projeto Fibrarte (1995-2002) que mencionamos no tópico anterior, teve também com um dos seus principais resultados “Desenvolvimento de pesquisas científicas sobre o arumã e o cipó-titica, fibras vegetais utilizada no artesanato do rio Negro, resultando em informações críticas para o manejo adequado das espécies” dando subsídio para o Projeto Sinergia (2000-2003) que teve como “meta o desenvolvimento do manejo sustentável de recursos naturais por comunidades residindo na Mata Atlântica e na Floresta Amazônica” (SITE FVA, s/d).

Assim, a parceria entre a AANA e a FVA, além dos objetivos elencados no tópico anterior agora se estende a mais um projeto da FVA. Faço este destaque visto que ao longo deste capítulo, os depoimentos dos próprios artesãos vão se referir ao fim do recurso financeiro dos projetos como justificativa para o afastamento dos técnicos, da mesma maneira que a contratação da bióloga Erika Nakazono é lembrada e atrelada a implementação do plano de manejo do arumã, de acordo com a fala da artesã Sebatiana.

⁶⁴ Entrevista nº:15 realizada na sede da AANA no dia 09/04/2010 trechos extraídos são falas da artesã Sônia que complementava as falas de Rubinho que era o “entrevistado”.

Eu peguei a presidência eu não conhecia nada. Sabia nem como elaborar uma ata, só que eu tinha que fazer tudo tinha que fazer a ata, tinha que estar coordenando a reunião, prestar conta de tudo... Era uma dificuldade imensa. E veio logo a ameaça de prender a matéria-prima e depois fazer o manejo e a Erika estava aqui já, ela não ficou muito direto aqui ficava mais direto no campo. A Erika deu um apoio muito forte na hora do manejo. Foi contratada a Erika para nós trabalharmos com o manejo, para ela fazer o plano de manejo e tirar o licenciamento. E agora ficou pela nossa conta renovar o plano de manejo novamente, sendo naquela área ou em outras áreas. A primeira vez foi lá no Sobrado [Sebastiana, na sede da AANA, 23 de março de 2010, Novo Airão].

O projeto Sinergia foi desenvolvido através de um consórcio das seguintes entidades Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA), Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz (VITAE CIVILIS). Estando a FVA responsável pela “identificação e implementação de técnicas de manejo do arumã”. Os principais resultados divulgados no site da FVA foram:

Demarcação dos sítios de coleta de arumã nas regiões vizinhas ao município de Novo Airão; Definição de procedimentos para controle e monitoramento da coleta de arumã; Articulações com o IBAMA e IPAAM para o licenciamento das atividades de manejo do arumã; Elaboração de princípios técnicos para o manejo do arumã objetivando desenvolver a atividade do artesanato em bases sociais, ecológicas e econômicas pelos artesãos (FVA, s/d).

Para Nakazono (2007:43) as propostas destes dois projetos FIBRARTE e SINERGIA conjugariam com a política ambiental implementada no âmbito do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em descentralizar a gestão dos recursos naturais através da institucionalização de iniciativas locais de manejo, por meio de dois programas: Pró-Várzea e Pró-Manejo (www.ibama.gov.br).

As dificuldades nesse novo sistema de iniciativas locais de manejo são: a fraca organização comunitária, a necessidade de mudanças profundas na legislação e a criação de novas instituições (aqui em questão a AANA) para sua implantação, o que reforçaria e justificaria “a necessidade de entidades parceiras (no caso a FVA) atuarem mais efetivamente

na capacitação à organização social dos agentes sociais (que são as artesãs e artesãos da AANA) para a gestão dos sistemas integrados de conservação e uso dos recursos naturais”. (NAKAZONO, 2007: 43).

Já em termos estritamente ecológicos, o manejo de vida silvestre manipula populações e comunidades, de organismos animais e vegetais, para obter um desejado efeito, sendo que seu objetivo central é a conservação (Magnusson, 1994, op.cit.). Mais especificamente, o manejo de população silvestre é a intervenção na população-alvo, visando propósitos definidos (Mourão e Magnusson, 1997), podendo-se basear prioritariamente em quatro possibilidades: incremento, decréscimo, exploração em contínua produção e preservação-monitoramento (...) No caso do manejo de arumã da AANA, por exemplo, consideramos a densidade relativa da planta nos anos posteriores à extração, tendo como principal fator (dependente) da densidade, o corte dos talos de arumã; consequência direta da ação antrópica dos coletores (NAKAZONO, 2007: 43).

Para Durigan (2006, p.9), “o manejo do arumã tornou-se uma estratégia viável para a manutenção da atividade do artesanato da AANA”, tendo em vista o cenário do município de Novo Airão, que possui grande parte de sua área e de entorno composta por Unidades de Conservação; e em consequência das proibições ou restrições ao uso dos recursos naturais foi necessário oferecer uma alternativa aos artesãos. Neste sentido, “os saberes tradicionais e científicos têm sido aprimorados através de práticas de coleta e monitoramento, além de capacitações, cursos e oficinas” (N.C.S.A, nº12, 2006 :11).

De acordo com a “Cartilha Manejo do Arumã no Baixo Rio Negro”, a primeira etapa seria encontrar o igarapé que possuíssem bastante arumã; a segunda etapa referia-se ao momento onde “os coletores da AANA” fariam uma reunião com as lideranças da comunidade onde havia áreas de arumazais, para informar sobre o trabalho feito como arumã. Caso a comunidade não se oponha a extração do arumã por parte dos coletores, a terceira etapa refere-se a “limpeza do igarapé”, ou seja, tirar os troncos e galhos caídos para que a canoa possa chegar até o arumanzal, seguida da demarcação das áreas do arumanzal para fazer levantamento da densidade do arumã.

Antes de realizar as coletas de arumã no igarapé, é preciso saber quanto tem de arumã nesse arumanzal. Para isso, demarca-se a área do arumanzal. Acompanhando a beira do canal, caminha-se com uma trena para medir a extensão do arumanzal. Após obtida a medida da extensão do arumanzal, marca-se os “transectos”. Os transectos são áreas marcadas no arumanzal para contar as touceiras de arumã. Essas áreas são utilizadas também para realizar os monitoramentos anuais. (NAKAZONO, 2006: 21)

Realizada a contagem pode-se fazer a coleta, mas obedecendo a critérios específicos de corte e respeitando o ciclo de três anos para poder repetir corte na mesma área, este ciclo é o descanso. A coleta do arumã ocorre somente no período da seca, quando os igarapés não estão mais alagados e ela é feita pelos coletores da AANA capacitados para fazer o manejo.

Após três anos, em 2003, a AANA conseguiu a autorização do IPAAM e do IBAMA para realizar o manejo da espécie de arumã, *Ischnosiphon polyphyllus*, na Área de Proteção Ambiental- APA da margem direita do Rio Negro nos igarapés da Comunidade Sobrado, o manejo foi realizado no Igarapé do Cabeçudo e em três igarapés menores próximos do Rio Puduari.

O plano de manejo criou a categoria dos coletores e a necessidade de viagens para realização da extração, com certa logística: barco, barqueiro, cozinheira, os coletores, gasolina, rabeta pra entrar nos igarapés. Neste período, o feixe com 100 arumãs custava 10,00 reais, depois na época do descanso da área foi para 15,00. Reproduzo aqui a tabela elaborada por Nakazono (2007:298) que explicita como funcionava essa logística para as viagens e extração do arumã na Comunidade Sobrado, dados relativos ao mês de janeiro de 2004 contidas no Anexo 12 em Nakazono (2007: 298).

Informações dos coletores:

Número de pessoas: 2 coletores e 4 auxiliares;
 3 dias de trabalho: coleta de 4.000 talos de arumã;
 Preço do feixe de arumã: R\$ 12,00
 1 Feixe de arumã = 100 talos
 4.000 talos = 40 feixes de arumã
 4.000 talos em 3 dias = 1.333 talos/dia
 40 feixes = R\$ 480,00
 (NAKAZONO, 2007:298)

A coleta é organizada com antecedência pela equipe de coletores e pelo responsável pelo manejo⁶⁵ que irá anotar a quantidade de arumã que foi retirada e de onde foi retirada, para isso é necessário um planejamento logístico, feito pela tesoureira da AANA, que prevê qual é a demanda de arumã e se o pagamento dos arumã que serão retirados irá custear os gastos com a coleta. A tabela produzida por Nakazono (2007: 298) refere-se ao Anexo 12 intitulado: “Custos do grupo coletor da Associação de Artesãos de Novo Airão em viagem de coleta do arumã para os Igarapés da Comunidade Sobrado” em janeiro de 2004.

Alimentação	Preço	Quantidade	Custo
açúcar (kg)	0,80	8	6,40
farinha (l)	0,70	15	10,50
café (250 g) "Cerpa"	1,50	4	6,00
bolacha (pacote) "Modelo"	1,50	4	6,00
sal (kg)	0,50	1	0,50
jabá (kg)	4,50	2	9,00
Peixe	10,00	1	10,00
frango (unidade)	7,00	2	14,00
gelo (saca)	3,00	2	6,00
óleo (l)	2,70	1	2,70
Verdura	2,00	1	2,00
arroz (kg)	1,50	2	3,00
Material de consumo			
cartucho (unidade)	1,80	?	
pilha grande (unidade)	0,60	2	1,20
Bateria	?	?	
Remédio	?	?	
Gasolina/óleo			
gasolina (l)	2,20	5	11,00
diesel (l)	1,65	20	33,00
óleo motor (l)	5,00	1	5,00
Total			126,30
Diária	Preço	Quantidade	Custo
4 auxiliares de coleta	40,00	3	120,00
horas de caça e pesca	?		
horas de limpeza igarapé	?		
(risco de vida - saúde)	?		
Material de campo (manutenção)			
terçado e lima			
canoa da AANA			
motor do coletor			

⁶⁵ Os coletores da AANA são Carlito e Rubinho.

A implementação do manejo do arumã apesar de expressar a soma de saberes científicos e saberes tradicionais, impôs uma nova maneira de extrair o arumã baseada na argumentação da preservação e conservação que se fizeram necessárias devido a existência de unidades de conservação e a vigência das fiscalizações por parte dos órgãos ambientais.

Essa nova dinâmica advinda com o manejo do arumã reformulou o tipo de relação que perpassava a organização ou negociação do momento em que as famílias “*tiravam o arumã*”, empoderou os agentes sociais que passaram a ser denominados de “os coletores” criando hierarquias que anteriormente não existiam. A extração do arumã que era feita em família, juntamente com a prática da pesca, possuía uma dinâmica própria que articulava membros de mais de uma família nuclear, que se ajudavam mutuamente.

A artesã Sebastiana Fragoso conta que tecia junto com a mãe, Dona Zica e o irmão, Amadeu e faz uma comparação entre o modo como eles extraíam a matéria-prima com o modo atual de extração por meio do plano de manejo, “*antigamente era tudo em família, era coletada em família ia eu, minha mãe, meu irmão (Amadeu), a irmã (Cíntia) e o cunhado (Moisés, marido da Cíntia) todos ajudavam carregavam, lavavam e cortavam*”. No depoimento de Sebastiana fica claro que no modo tradicional de extrair o arumã havia uma logística familiar envolvida, como podemos perceber.

(...) no dia que combinávamos de ir tirar arumã todo mundo ia, quem não entrava no mato ficava na beira preparando o almoço e olhando as crianças, pegávamos o bote emprestado juntávamos o dinheiro pra gasolina e íamos. Ia todo mundo. Ia eu a mamãe o Amadeu a Alberta a dona Percília”. [Sebastiana Fragoso, 23 de março de 2010, sede da AANA]

Essa logística familiar perpassada por negociações feitas para mediar à extração do arumã fortaleciam as relações entre os grupos familiares visto que eram relações de solidariedade e troca. A forma tradicional de se apropriar dos recursos necessários à produção do artesanato de arumã constrói, juntamente com a dinâmica de negociações e articulações acionadas no momento em que os artesãos tecem o arumã, o sentimento de pertencer ao

mesmo grupo familiar, faz com que os artesãos se percebam a si mesmos como “distintos” dos demais.

O uso coletivo é definido na dinâmica do uso do recurso: o arumã. O que define o que é comum e o que é considerado comum são os entendimentos construídos e vivenciados empiricamente no cotidiano, em cada situação localizada; como define Almeida (2008:97) “o uso comum não floresce por si, antes é resultado de relações de reciprocidade socialmente construídas em cada situação concreta”, partindo da concretude do cotidiano. O uso comum do arumã relaciona aos laços de solidariedade e a dinâmica para manutenção destes laços centra-se e se reforça na reciprocidade que se dá no âmbito da noção de família. O que define o que é “comum” e o que é considerado como “comum” são entendimentos construídos e baseados no modo tradicional de extração do arumã.

Com a ressalva de que não é só o produto do trabalho, ou a capacidade de produzir que define e/ou faz alguém se autoidentificar como artesão. Como afirma Almeida (2008:75) “quem produz se sobrepõe ao produto do trabalho, principalmente pela interlocução política e por se apresentar como detentor de um saber específico e não pela produção considerada em si mesma”. E diferentes formas de apropriação dos recursos naturais constituem um dos elementos da maneira de se perceber como distinto diante dos demais, a percepção desta distinção se fortalece na afirmação coletiva de ser artesão.

Desde o período da implementação do plano de manejo do arumã, a artesã Alberta foi contrária a essa “subdivisão ou especialização do trabalho” que criou a categoria dos coletores de arumã: *“o manejo é pra ser feito por todos, por todo mundo. Esse negócio de ter que comprar feixe eu nunca quis e nunca gostei”*. Para Alberta *“é injusto que a gente (os artesãos) tenha que pagar pelo feixe de arumã sendo que isso poderia ser feito por todos nós”*, é interpretado por ela como se eles estivessem pagando os coletores e não os feixes de arumã.

A dificuldade de entender o porquê dessa distinção dentro da associação, onde todos eram sócios e cada família tirava o seu arumã, resulta em conflitos entre os artesãos expressos na percepção dos coletores como possuidores de certos privilégios. E o que o é entendido como “favorecendo” apenas Rubinho e Seu Carlito é visto como “dificultando” a produção dos artesanatos para todos os demais artesãos que pagam pelo feixe de arumã.

O modo familiar de extrair o arumã não era custoso para os artesãos que atualmente pagam pelo feixe de arumã. Nas entrevistas com a Alberta é perceptível que alguns sócios percebem a atribuição dessa função específica de “coletores de arumã” como um benefício e não como uma função necessária, visto que anteriormente “*todos tiravam o arumã*”.

O posicionamento público de Alberta em “*não pagar o arumã que pega*” gera conflitos principalmente com o Rubinho, seu cunhado, conflitos explicitados no momento das reuniões, por meio de fofocas e comentários. Apesar de ser Alberta uma das artesãs que pontua como um problema o fato dos artesãos misturem os interesses e conflitos da AANA com a família: “*as pessoas querem fazer as coisas e às vezes as coisas não acontecem porque as pessoas levam problemas pessoais pra dentro da AANA*”.

Contudo, seguindo ainda a sequência dos acontecimentos que compõe essa trajetória, os conflitos só se intensificaram após o afastamento dos técnicos da FVA, onde a necessidade de renovação da licença do manejo torna-se mais uma das coisas que os artesãos, ainda, estão “*apreendendo na marra*”. A explicação de Sônia evidencia o conhecimento prático por acompanhar as viagens dos coletores e mostra como que a incorporação dos saber científicos à prática de extrair o arumã pode ter se transformado numa dificuldade, posto que eles dependem do reconhecimento e autorização legal dos órgãos fiscalizadores.

O manejo é assim, tem que renovar de novo. O que é renovar o manejo: é mandar um documento para o IPAAM dizendo que nós temos aquela área e que aquela área tem como estar mantendo nossa atividade por dois anos, quer dizer tem arumã suficiente pra gente trabalhar dois anos. Depois disso eles (técnicos do IPAAM) vêm aqui, eles veem ver a área, mas eles

vêm mais por causa do trabalho do biólogo ou do engenheiro florestal, porque eles são profissionais. Então o biólogo ou o engenheiro assinando um documento eles vão acreditar. E nisso aí nós temos dificuldade além do problema que nós não temos o recurso para chegar até, como gasolina, alimentação pra levar eles lá para estarem fazendo isso. Chegando na área vamos fazer o levantamento do tamanho da área, medir e fazer o tal do transecto, que é a divisão das quadras, contagem de cinquenta mais cinquenta, separando a área de descanso que é onde a gente não mexe, isso é trabalho deles. Claro que nós estaremos lá ajudando. O que eles vão fazer é um tal de croqui, mostrando a área de descanso e a área que pode ser utilizada. Isso ia precisar de uns quinze dias no campo. Foi isso que a Erika fez. E como a gente já tem o croqui do Sobrado, não precisa mais ser feito, já tem as quadras marcadas, já tem o relatório todo prontinho. É o biólogo ir lá e ver onde vai ser tirado e onde não vamos mais mexer porque vai entrar em descanso. Depois o biólogo precisa fazer um documento junto com a gente, dizendo que a AANA precisa da área e que ele viu e que está tudo ok, já dá de trabalhar novamente porque a área já se recuperou. Aí escrevemos essa carta, o biólogo assina o documento e já mandamos junto o documento de terra, o título de terra, não sei se manda pela comunidade ou pela associação o pedido para renovar o manejo. O que é difícil para renovar o manejo...é difícil porque todos os órgãos do governo é uma burocracia do caramba, então pra gente conseguir para alguém ir lá... Nós não pagaríamos nada, mas teríamos que ficar os 15 dias lá acompanhando eles, ou seja, gasto com comida, gasolina, e quem que ia pagar o nosso trabalho quando nós estivéssemos lá? Teria que ser dinheiro da associação também, porque iríamos passar 15 dias sem tecer. [Sônia, na sede da AANA, 20/03/2010].

Partindo do trabalho de campo realizado e acrescido com a convivência nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, a extração do arumã, nas palavras de Erivaldo “*ocorre quando dá e onde dá*” a incerteza agora não reside mais sobre o pagamento dos artesãos, ou sobre as dívidas da AANA, é sobre a possibilidade se ter ou não matéria-prima para tecer. O atual responsável pela extração do arumã é próprio Erivaldo, mas que não se diz coletor, na espera pela licença de transporte Erivaldo, se utiliza da amizade com Lene, que é filha de uma ex-artesã da AANA e que atualmente trabalha no escritório da FVA em Novo Airão, para se manter sempre informado sobre as atividades que os técnicos da FVA realizam nas comunidades vizinhas.

Em decorrência deste contato com Lene, que foi possível a AANA estabelecer uma parceria como a AMORU- Associação de Moradores da Resex do Unini para extrair arumã nos igarapés dentro da área da resex. No dia 18 de outubro de 2008, chego à sede da associação e estão no salão tecendo Sônia e Seu Manoel que em pé desfia o cipó ambé que será usado por Sônia para fazer o arremate. Continuamos a conversa, eu sentada no chão ao lado de Sônia e vou ouvindo as novidades. Sônia me conta que pelo fato deles não poderem extrair arumã na área que já é manejada por causa do período de descanso.

A AANA começou a negociar com a AMOURO – Associação de Moradores da Resex do Unini a possibilidade de extrair arumã em alguns igarapés na área da Resex. *“O Rubinho e o Carlito foram lá dar uma oficina para ensinar, o pessoal que se interessou, a tirar arumã que nem agente faz nas áreas do manejo. Teve umas 20 a 25 pessoas na oficina. O acordo que foi estabelecido foi que a AANA compraria o feixe com 100 arumã à 18 reais mas que seria entregue na sede da AANA”*.

A AMOURO foi pensada como um lugar possível para retirar arumã devido ao fato da FVA fazer viagens mensais para a RESEX com objetivo de verificar e acompanhar os trabalhos com a recém-criada cooperativa que produz açaí. De acordo com Sônia, *“depois começamos a tirar no Puduari, mas devido a problemas com os moradores da comunidade, ficaram sem área para extrair arumã. E a estratégia foi negociar com a associação de moradores da Resex”*.

O projeto da FVA que implementou a cooperativa de açaí na Resex do Unini, também conseguiu financiamento para o tanque onde passariam a ser armazenados os feixes de arumã extraídos. A construção do tanque foi mediada pela FVA que submeteu o pedido de recursos para construção dos tanques para edital de melhoria de produção de artesanatos, edital que só poderia financiar melhorias físicas ou para a compra de equipamentos utilizados na produção.

A forma como a Sônia explica este financiamento relocaliza o que deveria ser uma negociação formal e mediada por aprovação consensual em assembleia dos sócios em: “o Carlos da FVA veio aqui e perguntou: o que vocês estão precisando estamos mandando um projetinho? Aí como só podia ser reforma ou equipamento, falamos dos tanques. Com o tanque é fácil, não precisa ter que ficar indo lá na beira cuidar o arumã, ficar indo lá cobrir com palha. Já fica logo aqui na água e na sombra e se precisa é só ir tirar”.

A dificuldade de ficar indo na beira refere-se ao fato de que após serem extraídos os feixes de arumã eram colocados “de bubuia” na beira do sítio da Sônia no bairro do Chicó; sendo necessário ir verificar se o arumã estava bem amarrado se ninguém teria mexido, e todas as vezes que acabava o arumã na sede era preciso carregar da beira até a sede. De acordo com Sônia “o arumã depois de cortado agüenta meses dentro d’água, se fica fora da água fica seco e não dá pra destalar”, e estando o tanque nos fundos da sede facilitaria o controle quando está na hora de tirar da água, visto que se fica muito tempo de “bubuia” ele apodrece.

Nesse período de janeiro e fevereiro de 2012, minhas conversas e saídas com Josi e Erivaldo já transcendiam as perguntas habituais sobre a AANA e seus artesãos, ou como eles se referiam: “o meu trabalho”, e eles passam a me apresentar como “essa é a nossa amiga Raiana lá de Manaus”. Em paralelo a isso Erivaldo direciona minha aproximação com a Jô e a Mari, que respectivamente são as responsáveis pelo Parque Nacional Anavilhanas e pelo Parque Nacional do Jaú, e em suas palavras: “você vai gostar de conhecê-las” e aos risos completa “e deve querer fazer umas perguntas”.

Partindo daí Erivaldo me apresenta o que seria a sua rede de amigos e que são também a sua rede para solução de problemas de âmbito institucionais, é “a Jô” do ICMbio, “a Mari” “gestora do parque do Jaú”; o “Marcelo e Alexandre do IPAAM”; “a Priscila do IDAM” todos são ao mesmo tempo representantes institucionais e neste âmbito “parceiros

da AANA”; e por outro lado são amigos do Erivaldo e da Josi sua esposa, e todos são chamados de “tio” ou de “tia” pela Kaliría, a filha de Erivaldo. E é essa ambiguidade nas relações institucionais e pessoais que faz com que Ercília tenha uma leitura muito objetiva do que seja a parceria: “*se fossem parceiros mesmo eles deixavam a gente tirar o arumã e não viveríamos nessa pobreza*”. A eficácia desta “rede” dita de parceiros aparece com o afastamento da FVA e marcadamente na gestão de Erivaldo Olar (2008-2012).

Atualmente a AANA já não conta mais com os coletores do arumã, com a não renovação do plano de manejo em outra área e a espera pelo término do período de descanso nas áreas da Comunidade Sobrado, Carlito e Rubinho foram paulatinamente não tendo onde extrair e, conseqüentemente, não tendo como exercer suas funções específicas dentro dessa nova divisão do trabalho. No período de 2010 a 2012 eles foram paulatinamente se ocupando em outras atividades produtivas, Carlito e Maria Derli se afastaram da produção do artesanato de arumã, passando a fabricar “espeto de churrasco” e “vender churrasquinho”. Em janeiro deste ano já haviam estabelecido residência permanente na Comunidade Sobrado tendo como atuais vizinhos: Rubinho e Sônia acompanhados pelo filho mais novo, Anderson.

Rubinho como mencionado no segundo capítulo se afastou da atividade da pesca por medo das fiscalizações e suas respectivas represálias como apreensão do barco. Assim após a venda do barco, Rubinho só pesca se for chamado por contrato por dias de trabalho em um barco de outra pessoa. Entre o período que parou de pescar e a recente mudança para Comunidade Sobrado, Rubinho frequentou a sede da AANA acompanhando sua esposa Sônia e se dedicou a tecer. E como esforço compensatório da sua ausência de agilidade e habilidade no momento de tecer o arumã, se dedicou em outras atividades na sede da AANA: como a construção do tanque, a troca das palhas que cobriam o telhado do salão onde os sócios se reúnem para tecer, limpeza do terreno da sede.

A produção do artesanato de arumã é realizada por meio do trabalho familiar englobando vários núcleos da família extensa dos Clementes e os seus afins onde todos são representados como “família”, e se ajudam mutuamente no momento da produção, seja na preparação das fibras, tecendo, ou terminando o tupé para outro artesão, ou mesmo compartilhando encomendas que poderiam ser feitas por apenas um artesão, mas pela escassez de matéria-prima e de “encomendas grandes” é preferível “ganhar menos e ter a certeza da encomenda pronta no dia”.

Nas condições atuais de trabalho onde são poucos os sócios e a matéria-prima é escassa a necessidade de “compensar” quando sua produtividade seja no aspecto da qualidade ou quantidade de tupés tecido destoa da maioria dos artesãos é reforçada. Da mesma maneira que a fofoca como controle dessas equivalências entre as trocas também se reforça, pois o comportamento que se espera não é mais o de um artesão associado à AANA e sim de um membro dessa grande família.

Pode-se afirmar que a implementação do plano de manejo foi acompanhada de uma redistribuição de tarefas, especificação de gênero relacionado a certas etapas do processo produtivo, no sentido que a extração do arumã com a instituição dos coletores da AANA passou a ser uma atividade masculina. Para Nakazono (2010:86) a implementação do plano de manejo do arumã “contribuiu para mudanças internas na AANA e substituiu, não sem contratempos, os costumes e hábitos familiares relacionados à produção extrativa local”. Abaixo reproduzo a tabela construída por Nakazono (2007:98) explicitando as diferenças e mudanças.

Tabela 1. Mudanças na atividade extrativa de arumã: implicações sobre a organização social e econômica da AANA e na qualidade de matéria-prima.

MANEJO ARUMÃ	ANTES	DEPOIS
Forma de coleta	Familiar	Individual por coletores
Deslocamento: tempo e dificuldades	Um dia; algumas ilhas são mais próximas de Novo Airão.	Geralmente de três a quatro dias; <i>"tem que limpar o igarapé, (...) no igarapé é mais perigoso, subir e descer o igarapé é mais difícil devido à correnteza"</i> (Moisés de Jesus Barbosa, 2002).
Crítérios de extração e manejo de arumã	<i>"antes era rápido, agora tem que prestar atenção, na quadra que tem que entrar"</i> (Carlito F. dos Santos, 2003).	Corte de 50 % dos talos maduros da touceira e coleta de um "olho" por touceira; <i>"tira a metade da touceira, não tira tudo, para garantir o futuro"</i> (Rubem F. dos Santos Filho, 2003).
Corte dos talos	Corte baixo: <i>"quando corta rente ao chão, mete a ponta do terçado e ofende os outros, é a mesma coisa que a maniva (rama da macaxeira), se corta a batata, matou a maniva, se corta baixinho morre tudo"</i> (Carlito F. dos Santos, 2002).	Corte alto, a 30 cm do solo: <i>"se deixa 30 cm de arumã só seca isso e não ofende os outros"</i> (Carlito F. dos Santos, 2002).
Período de extração	Eventualmente, também ocorria na cheia: <i>"se corta o arumã dentro da água o toco apodrece e a touceira morre"</i> (Carlito F. dos Santos, 2002).	As coletas só acontecem no período de seca dos rios, por volta dos meses de setembro a maio.
Disponibilidade do recurso	Mais disperso: <i>"a dificuldade nas ilhas é que tem que procurar mais, é uma touceira aqui, outra lá..."</i> (Valdecir Moris do Nascimento, 2001).	Concentrado: a área do arumanzal é facilmente definida.
Quantidade de arumã	Média de 300 talos maduros por pessoa, variando de 200 até 1.000 talos coletados em um dia (Nakazono, 2000, <i>op.cit.</i>).	Média de 1500 talos maduros por viagem de coleta (n = 32; min.: 700 e max.: 11.000); olho: média de 147 (min.: 0 e max.: 705).
Qualidade de arumã	<i>"O arumã das ilhas é mais grosso, mais flexível, com a cor mais bonita (...) o queimado é igual, tem tanto nas ilhas como no igarapé"</i> (Valdecir Moris do Nascimento, 2001).	Ocorrência de muito talo maduro fino: artesãos reclamam muito desses talos, que conseqüentemente interferem na qualidade da produção. Esses também são mais curtos em comprimento.
Uso e direito de propriedade	<i>"Antes era arriscado ser pego, pegava escondido..."</i> (Moisés J. Barbosa, 2002).	Licença de Operação concedida pelo IPAAM; Reuniões e acordos com comunitários locais.
Consciência ecológica	<i>"Antes não havia a preocupação com a conservação, agora tem essa preocupação, que é bom deixar, para que os nossos filhos saibam que o nosso trabalho é esse"</i> (Depoimento obtido no curso de manejo: artesãos e coletores, 2005).	<i>"Assim como tem o manejo da farinha, tem o manejo de arumã; a gente faz o manejo de arumã para que ele não se acabe"; "O igarapé é como um terreno nosso, para que a gente zele e cuide para a gente mesmo"</i> (Depoimentos obtidos no curso de manejo: artesãos e coletores, 2005).
Formação política e relação com Instituições locais	Havia muito medo do IBAMA.	<i>"As pessoas percebem agora que o manejo serve muito, há muita diferença entre hoje e antes, está crescendo o contato com o IBAMA"</i> (Depoimento obtido no curso de manejo: artesãos e coletores, 2005).
Trabalho do grupo coletor - Questão de gênero	Apesar da coleta de arumã ser uma atividade predominantemente masculina, tal atividade não era reconhecida no âmbito geral da AANA.	Divisão do trabalho por gênero e reconhecimento do papel masculino na atividade: <i>"O manejo foi muito bom para os esposos, que tiveram a oportunidade de trabalhar dignamente no arumã"</i> (Depoimento obtido no curso de manejo: artesãos e coletores, 2005).

<p>Controle do processo extrativo de arumã</p>	<p><i>"Antes não tinha controle, agora tem... antes eu tirava nas ilhas, aqui, lá... Porque antes não tinha o manejo, tinha o manejo de acabar e não de preservar. Se não tivesse a pesquisa, a gente ia acabar com tudo; não tinha o manejo, chegava e tirava o abraço, trazendo tudo" (Carlito F. dos Santos, 2002).</i></p>	<p><i>"O trabalho do manejo de arumã é manejar o arumã para não acabar, tem o grupo de coletor certo para tirar o arumã, tira a metade... se for outro grupo não vai saber como é o manejo" (Carlito F. dos Santos, 2002);</i> <i>"Preenchimento de ficha – após a coleta é feito um preenchimento de fichas para melhor controle do manejo";</i> <i>"Monitoramento – trabalho acompanhado pelo especialista onde é feito o levantamento de talos maduros, olhos, brotos, enfim, o desenvolvimento da touceira de arumã"</i> <i>(Depoimentos obtidos no curso de manejo:</i></p>
---	--	---

(TABELA 1, NAKAZONO, 2007: 98-99)

Numa perspectiva comparada, o uso comum como prática tradicional de extrair o arumã familiarmente irá, em decorrência de conflitos territoriais e somado aos conhecimentos das ciências biológicas, adentrar à lógica preservacionista. Passado o período de implementação do plano de manejo e os primeiros anos, os artesãos agregam valor ao artesanato que produzem em decorrência da matéria-prima utilizada ser “manejada”, está pintado na parede do lado externo da sede da associação “matéria prima 100% manejada”.

O plano de manejo do arumã implementado como uma alternativa aos conflitos em decorrência à fiscalização dos órgãos ambientais transmuta-se numa nova característica do artesanato produzido pelos artesãos da AANA, mesmo que atualmente (2012) a matéria-prima seja oriunda de comunidades vizinhas e sendo extraída com base em acordo e negociações como os seus moradores e lideranças, e por vezes, com a “ajuda” da FVA.

3.3 Capacitação e parcerias: nova dinâmica e dificuldades

Conforme argumentamos no tópico anterior, a criação da AANA está atrelada a questões burocráticas, a fim de facilitar o repasse de recursos dos financiadores. Por consequência disso, podemos elencar que o não conhecimento sobre “o que era ser uma associação” fez que os artesãos e artesãs do arumã articulassem outras estratégias para manutenção da produção e prática do artesanato. A questão é que a criação da AANA não pressupôs uma intencionalidade, por parte dos artesãos, em se tornarem uma associação; e tão pouco pressupôs qualquer pré-noção sobre o que isso significaria na prática.

No entanto, a recorrência por parte da artesã Sebastiana Fragoso em afirmar que “*eles não sabiam o que era ser uma associação*” é sintomático, e revela a forma como os denominados “técnicos da fundação” estavam implementando esse modelo associativo burocrático. A linguagem, expressa na fala de Sebastiana, expondo a necessidade de “*cursos sobre associativismo, cooperativismo*” para serem “*capacitados*”, evidencia esse processo de implementação de uma “nova lógica” e modelos de relação (associativa) e de produção (agora centralizada na sede) oposta e distante da lógica familiar e tradicional de se tecer o arumã.

Seguindo a metodologia proposta do uso de marcadores das transformações que ocorreram ao longo dessa trajetória, iniciamos o momento onde a distinção entre o que era FVA e AANA emerge nos depoimentos das artesãs e artesãos. Posterior à distinção temos às consequências do afastamento dos técnicos da FVA.

Contudo, faço a ressalva de que as falas acionadas nesta parte são o produto de três dias (29, 30 e 31 de março de 2010) consecutivos de convivência na sede da AANA, onde as artesãs Sebastiana e Sônia praticamente se revezaram no esforço de me contar e contar aos demais artesãos presentes: Erivaldo, Josi, Mariléia e Patrícia. E acompanharam os depoimentos, mas sem querer intervir Alberta, Ednéia e Dona Percília.

A fundação achou que a gente precisava dos cursos para as pessoas ficarem capacitadas no trabalho que o Erivaldo faz agora de correr atrás. Porque antes quem fazia isso era o técnico. Os cursos já vinham acontecendo, devagar, mas já estavam ocorrendo. E foi uma das necessidades da associação, o último curso que a fundação trouxe foi o de capacitação de lideranças, mas foi para várias entidades, além da AANA [Sebastiana, sede da AANA, Novo Airão. 29/03/2010].

Utilizo-me dos depoimentos sobre o que Sebastiana chama de último curso, por ser algo comum aos artesãos, mesmo os que não participaram do curso em questão, lembram-se da polêmica envolta no “curso de Manacapuru” que possibilita localizar a percepção que os

artesãos faziam sobre o trabalho que os “técnicos da FVA” vinham realizando. E como isso é lembrado agora coletivamente no momento da entrevista.

Eram associações, **mas não como a AANA que estava bem na frente das outras!** A gente já estava trabalhando, já tinha um apoio da ONG, já tinha um apoio maior. Era pra gente apreender com elas qual a dificuldade que elas tinham e que nós não tínhamos porque tínhamos a fundação trabalhando com a gente. E elas tinham vários problemas de mercado, de produção, de capacitação e outras coisas [Sebastiana, sede da AANA, Novo Airão. 29/03/2010].

Na caracterização das entidades que participaram do curso de capacitação juntamente com a AANA, percebe-se na fala da artesã a “distinção” que ela faz da AANA em relação às outras entidades participantes. Mesmo que a fala de Sebastiana seja no âmbito de explicitar a relação entre a FVA e a AANA, o prestígio de “já tinha o apoio da ONG” é acionado na fala da artesã e emerge como diferenciador perante as demais entidades participantes; independente das consequências dessa parceria que já eram vivenciadas pelos artesãos.

Esse prestígio será posteriormente reelaborado pela mesma artesã Sebastiana: “os que tinham o apoio da ONG” transmuta-se para os que “agora trabalham sem a ONG”. E justamente pelo caráter coletivo das entrevistas quando realizadas na sede da AANA, esse “novo” prestígio aparecerá nos depoimentos como os artesãos que se livraram da dependência e que conquistaram autonomia.

O curso começou em 2001 e terminou em 2003, foram três anos de curso de capacitação de lideranças. Eram três vezes pro mês. Foi nesse curso que nós fomos apreender que a fundação era uma ONG e nós éramos uma organização civil que ficava no município. E que a fundação era uma ONG que trabalhava não só no município, mas que poderia trabalhar em toda a bacia do Rio Negro. E isso foi abrindo um pouco a cabeça das pessoas, **deixando claro a separação entre a fundação e a associação**, e que a fundação estava de passagem que não ia ser permanente [Sebastiana, sede da AANA, Novo Airão. 29/03/2010].

A demarcação da diferença entre AANA e FVA na percepção dos sócios era dificultada, como explicitado na citação da artesã Sebastiana na página 143, devido à

convivência e presença dos técnicos da FVA no interior da sede, visto que “*se a fundação ficava aqui dentro, nós não tínhamos essa separação. A gente não tinha esse entendimento do que era fundação e do que era associação, pra nós fundação e associação eram tudo a mesma coisa, porque todo o tempo eles estavam ali com a gente*”⁶⁶.

Nesse curso, eles jogaram duro mesmo com a gente, falaram: - Vocês cuidam do que é de vocês, isso aqui não foi ninguém que deu pra vocês, vocês conseguiram com trabalho e por isso cuidem e zelem. Se vocês não cuidarem isso ai vai acabar, e vocês nunca mais vão ter uma oportunidade dessas, e essa é uma oportunidade de vocês ficarem independentes! Pode ser um trabalho pra vocês, por filhos de vocês e para os netos! Vocês tomam conta do que é de vocês ou desvanecem se acham que isso não é importante, acaba e passa pra alguém que queira trabalhar. Eles jogaram bem pesado mesmo, porque a gente não queria participar de reunião não queria tomar conta da contabilidade, não queria tomar conta da loja, não queria nada com nada, **só fazer o tupé em casa e trazer para os técnicos!** [Sebastiana, sede da AANA, Novo Airão. 29/03/2010].

A lógica do “cálculo familiar” de tecer os tupés no âmbito das unidades residenciais (casas) envolvendo os membros da casa consistiria em ter a matéria-prima necessária, acrescida da disponibilidade de tempo utilizado na produção do artesanato e sua articulação com a organização da economia da casa. Essa lógica é diferente de “*tomar conta da contabilidade*”, um dos elementos que vai se enunciando como problema que dificulta a adaptação e/ou incorporação da nova rotina onde outras práticas são somadas à produção do artesanato e são instituídas no âmbito do estatuto da associação. As atribuições do estatuto, acrescidas da presença dos técnicos da FVA e dos “cursos de capacitação” reforçam o argumento de que a noção de que ser artesão deixa de estar ligada apenas a produção do artesanato de arumã como já mencionado.

A implementação da nova dinâmica se expressa na fala da artesã por meio de certa desvalorização do que seria “*só fazer o tupé em casa e trazer para os técnicos*”. O modelo associativo executado na intervenção da FVA já resignificou as relações de trabalho, no

⁶⁶ Entrevista com a artesã Sebastiana realizada na sede da AANA, no dia 27 de março de 2010.

sentido das novas atividades que foram somadas ao tecer o arumã e o próprio entendimento do que é ser artesão. O “saber tecer e o fazer artesanato” não são suficientes dentro da lógica de uma associação com respectivas atribuições aos sócios; sócios que internamente passam a ser diferenciados entre sócios, membros da diretoria e coletores do arumã.

Para Weber (2000:141) a vigência, ou crença na legitimidade, das regras e ordens estabelecidas por meio de estatutos são elementos de um dos três tipos *puros* de dominação legítima: a dominação legal ou de caráter racional (WEBER, 2000: 141) que perpassa a nova dinâmica de trabalho, nova linguagem (léxico), novo modo de fazer, de produzir e se relacionar implementada pelos técnicos da FVA. Nesse sentido, o estatuto aparece como elemento básico posto que qualquer “direito pode ser criado e modificado (...) obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à *regra* estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer” (WEBER, 1991: 129).

O estatuto seria idealmente a expressão máxima das regras no âmbito de uma associação, e sua vigência e crença na legitimidade de suas atribuições não permitiria emergirem “sentimentos ou interesses individuais”.

Seu ideal é: proceder *sine ira et studio*, ou seja, sem a menor influência de motivos pessoais e sem influências sentimentais de espécie alguma, livre de arbítrio e capricho e particularmente, “sem consideração da pessoa”, de modo estritamente formal segundo regras racionais ou, quando elas falham, segundo pontos de vista de conveniência “objetiva” (WEBER, 1991: 129)

Entretanto, na prática cotidiana de como as atribuições do estatuto são obedecidas é um pouco diferente, fazendo emergir uma diferença entre o que é regra e o que, pela regularidade das ações, passou a ser validado e reproduzido como se fosse regra e por tanto considerada como tendo a mesma valia do que está escrito no estatuto.

A própria fluidez do estatuto, neste sentido, nos remeteria a ambiguidade entre o modelo ou tipo de relações burocráticas, ou de caráter racional como denominaria Weber (1991 & 2000), implementadas pelo corpo técnico da FVA e as ações e maneira de se

relacionar dos artesãos e o sentimento construído afetivo/familiar de pertencer ao mesmo grupo, sendo este, idealmente a mesma família: a AANA.

O exemplo mais notório do que chamo de certa fluidez do estatuto, seria a proibição de membros da mesma família em cargos da diretoria simultaneamente ou indicações para ocupação de cargos, a proibição do nepotismo no âmbito de associações a de se imaginar como regra geral, contudo na AANA pela regularidade a prática do nepotismo é percebida quase como que a regra, não se pensa a chapa sem um parente. Principalmente no momento atual onde inevitavelmente a maioria dos sócios pertence, consanguineamente, a família dos Clementes.

Ainda no âmbito do que é regra e o que ocorre na prática, podemos localizar a proibição dos sócios aceitarem encomendas individualmente sem que sejam pela loja e a proibição de “vender por fora da AANA” como demonstramos no segundo capítulo como os apontamentos sobre a reunião onde as artesãs entregaram os artesanatos produzidos. A não obediência da regra e o conhecimento disto por parte de todos os artesãos expressa-se na vigilância e no cálculo entre a quantidade de matéria-prima adquirida *versus* a quantidade de artesanato que é entregue na loja.

E nesse curso, a fundação trabalhava mais em cima da AANA, porque era com quem ela tinha **parceria**. E uma das etapas em Manacapuru, os sócios da AANA foram. Lá os técnicos falaram que quando nós voltássemos pra Novo Airão era para fazer o repasse de como trabalhar com o coletivo. A gente **teria que apreender a trabalhar em coletivo**, que era uma das nossas maiores dificuldades. Seria uma prova, seria uma missão, nós teríamos que sair de lá com esse compromisso [Sebastiana, sede da AANA, Novo Airão. 29/03/2010].

O relato sobre o “curso em Manacapuru” elucidada que trabalhar em mutirão é diferente de trabalhar em coletivo, pela fala de Sebastiana, “*a gente teria que apreender a trabalhar em coletivo*” o que já se distingue da maneira como as artesãs e os artesãos costumavam se organizar e negociar o momento do trabalho: o mutirão das mulheres na sede até anoitecer pra acelerar a produção do tupés, o mutirão feito no dia de “*botar roça*” mediado

pelas “*trocas de trabalho*” e o mutirão que subsidiou a construção da sede, seriam distintos do que está sendo proposto como “trabalhar em coletivo”, eclipsando a organização e negociação das relações de trocas específicas e até então eficazes.

Essas intervenções modificam as relações tradicionais de liderança e de articulação interna e própria de cada grupo produzindo legitimidades artificiais que funcionam diante do mediador, mas que como no caso da AANA, perdem sua eficácia ao longo do tempo.

Os elementos que caracterizam as formas de execução do trabalho nesses dois âmbitos são diferentes; ou dito de outra forma, as regras do que seja trabalhar em coletivo são diferentes da regularidade que acompanha a organização e negociação do trabalho feito por meio do mutirão. O mutirão é a lógica dos artesãos e o “coletivo”, neste sentido, é a lógica dos técnicos da FVA, assim temos a implementação de uma nova dinâmica e a emersão de um novo léxico, uma nova linguagem que foi utilizada na operacionalização deste modelo associativo; linguagem esta incorporada e que se expressa nas falas dos artesãos.

Como o curso foi aberto para todas as entidades, com limitação de vagas para cada entidade e por isso teriam que passar para os demais sócios. E pra isso tínhamos que **fazer uma reunião e trazer um relatório** de como tinha sido a atividade no próximo encontro do curso. Só que quando chegou a gente nem deu importância pra atividade, não **fizemos a tal reunião, ninguém escreveu relatório, ninguém fez repasse das informações** [Sebastiana, sede da AANA, Novo Airão. 29/03/2010].

As informações que seriam normalmente trocadas de sócio para sócio no momento de tecer os tupés no salão da sede, agora são destinadas ao momento da reunião, que pressupõem uma porcentagem específica de sócios presentes para ser considerada válida, uma pauta, ata, e ainda como o adicional de um relator, próprio da AANA, para elaboração de um relatório. Essa prática caracteriza uma nova forma de fazer algo, até então considerado corriqueiro, contar como foi o curso em Manacapuru.

No período que considero como a transição entre a convivência intensa dos técnicos da FVA e os artesãos da AANA e o momento que é rememorado como marcado pelo

afastamento dos técnicos, a função de “*fazer a relatoria*” da reunião ou assembleia pertencia aos técnicos da FVA.

E uma das coisas era que todas as nossas reuniões a fundação estava! Então, quem coordenava a reunião era a fundação. O que foi uma das dificuldades nossas, como que nós íamos reunir, como que íamos coordenar uma reunião. Como é que a gente iria reunir, como que a gente ia coordenar uma reunião se a gente não sabia nem formar as pautas, se quem fazia as pautas era a fundação, e quando eles estavam fazendo as pautas nós nem sabíamos o que era, se era as pautas e pra onde ia tudo isso. E era aquela dificuldade! [Sônia, sede da AANA, Novo Airão. 30/03/2010].

O desconforto em relação a este momento é tanto que, baseado no trabalho de campo realizado, posso afirmar que o momento de definir quem fará “a relatoria” é o único onde explicitamente os artesãos fazem menção ao estatuto e relação às regras e funções “no âmbito de uma *competência concreta*, cuja delimitação e especialização se baseiam na utilidade objetiva e nas exigências profissionais estipuladas pelo estatuto” (WEBER, 1991:129), “*você é da diretoria tem que fazer a relatoria*” ou “*Sônia é a secretária geral é ela que faz a relatoria para a ata*” frases assim são abundantes.

E o cargo de “secretário(a) geral” pode ser resumido às funções documentais: fazer o relatório das reuniões e assembleias; anotações concernentes à entrega dos artesanatos produzidos pelos sócios e sobre a quantidade de matéria-prima comprada pelos artesãos, cadastramento dos novos sócios. A implementação de uma nova dinâmica de trabalho no âmbito da sede, mediada pelo uso de uma nova linguagem, reorganiza as relações entre os sócios estabelecendo uma nova forma de fazer as coisas baseada nessa racionalidade associativa.

E nós não fizemos o relatório, e eu nem fui pra lá. Quando os meus colegas chegaram lá, foi a primeira coisa que eles perguntaram se eles tinham feito a tarefa pra casa:
 - vocês lembram que tinha tarefa pra casa, vocês lembram o que foi que a gente passou pra vocês?
 - É a gente lembra foi pra fazer o repasse do curso.
 - Pois é fizeram? Traz o relatório pra gente ler.
 - Que relatório? Ninguém fez relatório não!
 - Ninguém fez? Nem a AANA?

- Nem a AANA!

Quando eles (os técnicos da FVA) descobriram que nenhuma entidade tinha feito o relatório e que nem a AANA, eles ficaram chateados!

- A AANA não fez o relatório?

- Não nós não fizemos!

[Sebastiana, sede da AANA, Novo Airão. 29/03/2010].

A possibilidade de “repassé” ligada unicamente ao fazer a reunião, com pauta, ata e como produto final um relatório não corresponde à maneira como as relações eram e são estabelecidas entre os artesãos da AANA, como também não corresponde a real dinâmica de trabalho na sede, pois como visto no segundo capítulo, as negociações e trocas perpassam todas as etapas do sistema produtivo do artesanato de arumã que está intimamente ligado às dinâmicas específicas das unidades residenciais de cada artesão.

Essa nova forma de fazer acompanhada dessa nova linguagem permite perceber que a “burocracia das agências multilaterais e do Estado, é também estendida a burocracias de grandes ONG’s, co-autores da imposição de um biologismo “renovado”, que acaba não respeitando as diferentes tradições” (Almeida, 2008:84), tendo em vista a necessária institucionalização dos grupos sociais sob a forma de associações prevista pelos editais de financiamento, sendo a AANA um exemplo ou consequência deste processo, como argumenta Nakazono (2007).

Os depoimentos da artesã Sebastiana sobre o curso mostram a inoperância do modelo associativo que os técnicos estavam implementando, por meio da conduta narrada dos artesãos em “*não fazerem e não acharem importante*”.

- Olha vocês ficaram com duas atividades pra fazer: fazer a reunião na entidade de vocês para fazer o repasse e fazer o relatório. Vocês não fizeram nenhuma das duas?

Eles disseram não. Ai o Max tava com uma cartilha na mão, ele jogou no chão e disse:

- Que porra então que nós estamos fazendo aqui com vocês! Nós estamos fazendo o que aqui? Sabe o que vocês vão fazer? Vocês peguem o ônibus agora e vão pra Novo Airão. Podem pegar o ônibus e voltar para Novo Airão, nós queremos capacitar vocês e vocês não ligam, a oportunidade aparece e vocês não dão valor.

Todo mundo voltou para o hotel, conversamos e decidimos:
 - quer saber **vamos voltar pra medra desse curso e temos que assumir o nosso erro, a gente chega lá e se humilha** diz que não fazíamos a menor ideia de que isso era importante.
 Erivaldo: Por que? Porque não apareceu ninguém no curso?
 Josi: Não, foi porque eles não fizeram o relatório!
 Sebastiana: foi por que tinha uma atividade pra fazer e era um curso de lideranças (...) E nós voltamos com uma atividade pra casa: fazer o repasse nas entidades e fazer o relatório. Só que nós não fizemos o repasse e nem o relatório e voltamos com a mão abanando, **eles eram bonzinhos, mas ficaram revoltados!**
 Eu só estou contando a história!
 [Sebastiana, sede da AANA, Novo Airão. 29/03/2010].

E evidência a eficácia da “autoridade” delegada aos técnicos pelos próprios artesãos. Entretanto a eficácia da autoridade delegada aos técnicos ou ao Max, em questão, é argumentada em sua fala, aqui reproduzida pro Sebastiana, de forma afetiva e quase salvacionista: *“nós queremos capacitar vocês e vocês não ligam, a oportunidade aparece e vocês não dão valor”* e não de maneira objetiva, racional e contratual. Estando a eficácia da “autoridade” delegada aos técnicos, mais próxima da afetividade do que da racionalidade associativa que estava sendo ensinada e implementada, reforça o distanciamento dessa nova lógica do modo de se relacionar dos artesãos.

Então, foi ai que fomos vendo que o que a fundação estava fazendo era uma realidade. Eu principalmente fui colocando os pés no chão percebendo que **a fundação estava saindo mesmo e nós teríamos que tomar conta do que era da gente**. E desde lá nós começamos a nos reunir, a trabalhar, a chamar o pessoal e dizer que a coisa era séria. Vamos arregaçar as mangas porque a fundação não vai estar aqui pra sempre. E a nossa dificuldade era porque não tínhamos certeza se isso era da gente. **Porque sempre foi assim, a gente foi criado como isso, acostumado com patrão: isso aqui é meu e vocês trabalham pra mim. Nós fomos acostumados com isso**. A gente não paga luz, a gente não corria atrás de nada, a gente não fazia venda. A gente só participava das feiras, eles levavam a gente para as feiras Foi nesse tempo que eles decidiram mudar o escritório deles daqui e ir embora. Pegaram as coisas e mudou o escritório. E agora vocês tomam conta do que é de vocês [Sônia, sede da AANA, Novo Airão. 30/03/2010].

A representação de que os técnicos “seriam os patrões” apareceu, num primeiro momento, relacionada ao processo de construção da sede, onde as artesãs diziam que

“ganharam o prédio”. O segundo momento, partindo da fala da artesã, refere-se às relações de trabalho e a forma de se relacionar propriamente entre as artesãs e os técnicos, para Almeida (2001) ⁶⁷ em assessoria as atividades do Projeto Fibrarte, um dos pontos conflituosos deste processo de mediação seria a ONG não considerar, em suas ações, o contexto político da região e ausência de um foco central no trabalho de intervenção da FVA junto à AANA.

Conjugando com “o histórico do sistema de aviamento que se configurou por muitos anos na Amazônia, a partir do controle político do patrão através do endividamento da clientela” (NAKAZONO, 2007:101), que justificaria a maneira como as artesãs estariam representando as atividades dos técnicos. A atuação da FVA, neste sentido, “aponta riscos de uma ONG que se implanta numa área através da concessão de crédito e que passa a rivalizar com os poderes locais ou a disputar com eles o acesso a recursos financeiros; capital é sempre uma relação social e não deve ser confundido com o montante de recursos monetários” (Almeida, 2001,19).

Conforme Almeida (2001, op.cit. p. 27), a ação mediadora pressupõe antagonismos e pode reunir uma multiplicidade de posições e distintos critérios de agrupamento. Cabe, portanto, aos envolvidos, identificar as influências externas. No caso da AANA, por exemplo, esta representa um forte contraponto ao clientelismo reinante na política partidária regional, muitas vezes paternalista, pois não depende de recursos municipais (NAKAZONO, 2001:101).

O entendimento do que era ser artesão já havia mudado, com o advento da nova rotina implementada pelos técnicos e posta em prática pela presença dos mesmos no dia a dia da associação e regulada pelo estatuto, entretanto na prática os artesãos ainda não se “responsabilizavam” pela associação. No afastamento dos técnicos da Fundação a dificuldade de se adequarem as novas atividades e demandas se intensifica e contato com a “burocracia”

⁶⁷ A intervenção da FVA, em certa medida, reconheceu implicitamente este potencial de existência coletiva e tenta formalizá-lo na implementação da associação. Através da construção da sede e da comercialização e das feiras têm-se manifestações desta formalização. Em suma o trabalho reconhece um processo de emergência de novos sujeitos sociais em curso e que não é específico desta região do Rio Negro (ALMEIDA, 2001:03)

de fato ocorre. Ao longo da entrevista, as artesãs presentes que não vivenciaram esse momento vão questionando a artesã que fala, Sônia é interrompida pelos questionamentos de Josi e Erivaldo e Sebastiana continua a retratar como se deu o processo de afastamento dos técnicos da FVA.

Josi: Mas por que eles decidiram ir embora?

Sebastiana: Porque nós misturávamos as coisas.

Erivaldo: Foi por isso que eles saíram daqui?

Sebastiana: Foi eles queriam que nós caminhássemos com as nossas próprias pernas, a fundação achou que eles não estavam ajudando muito aqui, e que o trabalho deles era outro. Estávamos ficando meio que dependente da fundação, **e foi o tempo em que acabou o recurso deles.** Já tinha acabado o recurso do FIBRARTE e isso foi uma das preocupações deles. E eles avisaram que havia acabado o projeto Fibrarte e que eles não poderiam mais ficar aqui e que nós teríamos que nos virar sozinho. Passou mais dois anos ainda trabalhando com eles, eles puxando mesmo. Digamos que eles saíram em 2001, e entre 2001 e 2002 eles ainda continuavam por aqui, mas não muito presente fazendo mais um monitoramento, um controle. Tipo cuidando: como que vocês estão com a prestação de contas? Como é que está a venda? Em 2003 a gente desligou totalmente da fundação, ficamos independente mesmo [Sebastiana, na sede da AANA, 30/03/2010, Novo Airão].

No afastamento dos técnicos a dependência se explicita juntamente com as dificuldades de gestão e a conseqüente distância entre as lógicas associativa/comunitária envolvidas nesse processo. A não percepção das regras internas que orientam a produção das artesãs do arumã resultou num processo distanciado da maneira como as artesãs trabalhavam, negociavam e organizavam todas as etapas do processo produtivo.

Sob a justificativa da implementação desse modelo associativo, onde a legitimidade do conhecimento burocrático-assessor eclipsa o saber e modo de fazer tradicional dos artesãos, onde a eficácia técnica “corpos técnicos burocrático-administrativo” acaba perpetuando hierarquias e violências simbólicas, justificadas pela urgência de pautas ambientalista que pretensamente trariam “melhora de vida” por meio deste modelo sustentável temos, como o afastamento dos técnicos, a explicitação da dependência construída e distanciamento de lógicas que foram aproximadas no período de convivência entre artesãos

e técnicos. Contrariando a proposta da mediação realizada pelo corpo técnico, mediação que assevera para si a responsabilidade de dinamizar e diminuir as distâncias e as diferenças entre o modo tradicional e produzir e vender e o modo institucionalizado associativo.

Para Nakazono (2007:104) “sem a presença ostensiva dos técnicos, as artesãs descobrem formas próprias para gerir o empreendimento. Fica claro também porque determinadas famílias se sobressaem (Clemente), de maneira diferenciada, com a produção do artesanato. E as dificuldades de autonomia das artesãs na gestão da Associação começam a ser explicitadas” (NAKAZONO, 2007:104). É no período após o afastamento que a família Clemente começa a se destacar e a desenvolver novas estratégias de venda e mesmo de negociação entre os sócios para conciliar os problemas oriundas da falta de recurso financeiro “esta família se destaca na produção de artesanato de tupé, desde o início da Associação e têm demonstrado bastante interesse na gestão da Associação após o afastamento dos técnicos da FVA”.

Com as dificuldades advindas do afastamento dos técnicos e ausência de recurso financeiro para pagar os artesanatos entregues na AANA, a rotatividade e afastamentos dos sócios aumenta restando um pequeno grupo que coincide em sua maioria serem membros da família Clemente. O que conjuga com o fato de que a partir de 2007 a família Clemente adentrou a diretoria e ao longo dos anos revezaram entre si as funções “da diretoria e associados e, conseqüentemente, na responsabilidade pela tomada de decisões na AANA” (NAKAZONO, 2007: 107), acrescidos da presença de Sebastiana, Mariléia, Patrícia, Terezinha e Seu Manoel.

A primeira diretoria da AANA predominantemente Clemente foi eleita em 2007, sendo “composta pelas seguintes pessoas e cargos: 1^o Presidente - Antônio Clemente Martins, 2^o Presidente – Maria Derlí Clemente dos Santos; 1^o Tesoureiro - Sônia Clemente Martins, 2^o Tesoureiro – Sebastiana Fragoso de Souza; 1^o Secretário - Nelizângela de Sena Teixeira

(esposa de Antônio), 2^o Secretário – Antônia Batista; Conselho Fiscal: Carlito Freitas dos Santos, Alberta Clemente de Souza, Sebastião Cavalcante, segundo informações de março de 2007 de Nakazono (2007:107)⁶⁸.

Segundo os dados de março e abril de 2010, a AANA tem 17 sócios e desses 9 são da família Clemente Martins, e dos 7 cargos da diretoria da associação 5 são ocupados pela família e sendo o atual presidente a terceira geração da família que está na AANA. Do total de 17 associados, 6 são sócios antigos que estão na associação desde de sua criação mas que porventura ficaram um período afastado em decorrência de “*conflitos*” ou mesmo “*por causa da dificuldades no pagamento das peças produzidas*”. E os 2 últimos são considerados “*sócios novos*”.

A fundação querendo sair porque eles achavam que estavam atrapalhando, eles achavam que a culpa era deles porque eles faziam tudo pela gente, então eles achavam melhor se afastar um pouco e deixar as coisas na nossa mão. Depois daí aconteceu um monte de coisas, porque nós não sabíamos mesmo. Eu assumo que não fazia a menor ideia de pro onde começar; uma das maiores dificuldades foi fazer a prestação de contas, eu não sabia nem por onde começar. Tipo tem mil reais e tem a tesoureira que foi eleita numa assembleia...mas pra gente isso não interessava, ninguém nem sabia o que era uma assembleia...E diziam: você é a tesoureira, mas a gente não fazia a menor ideia do que era ser uma tesoureira, o que o presidente teria que fazer ou o que o secretário fazia. Por exemplo, o técnico chegava e dizia:

-Vendi tantos tupés e esta aqui o dinheiro!

E alguém respondia:

- E esse dinheiro pra quem é? É pra mim?

- Não é pra pagar os artesãos!

- Ah e como é que paga eu nem sei quanto é que custa!

Então, o técnico ia e fazia o pagamento e pedia pra assinarem o recibo. E a gente assinava e tava tudo pronto, a gente só fazia assinar [Sônia, na sede da AANA, 30/03/2010, Novo Airão].

⁶⁸ Nakazono (2007:107) percebe que “Sônia assume o cargo com entusiasmo após Rubem F. dos Santos, seu marido, assumir a atividade de manejo de arumã junto com Carlito F. dos Santos, seu irmão. Pela primeira vez, desde 1996, verifica-se uma atuação de Sônia como liderança dentro da AANA. Sua capacidade parece mais efetiva do que a atuação de Antônio na presidência, seu irmão. Sebastiana é uma artesã antiga e com forte capacidade de liderança. Ao longo dos anos participou de várias feiras e eventos e foi presidente da AANA no mandato de 2001”.

A distinção entre “tomar conta da contabilidade” e o que seria o “cálculo familiar” (enunciada na página 163) é reforçada no afastamento dos técnicos, e reproduzida através de processos de endividamento, paulatino da AANA. A racionalidade que perpassa a “prestação de conta” é mais um elemento da dependência criada neste processo de “capacitação” visto que é um saber que os artesãos não estão acostumados a operacionalizar posto que delegavam aos funcionários da FVA.

A inoperância e não correspondência desta racionalidade associativa- burocratizada com as dinâmicas específicas dos artesãos e artesãs do arumã, expressam as tentativas pragmáticas dos técnicos da FVA de ensinar ou de fazer internalizar uma burocracia que “é deveras etnocêntrica, procedendo como os administradores coloniais: classificando de fora com critérios pretensamente objetivos e racionais” (ALMEIDA, 2008:84).

A “denominada “viabilidade econômica” atém-se à circulação de produtos e não leva em conta as modalidades de cálculo intrínsecas aos grupos sociais focalizados (...) usando um conceito absolutista de mercado. foram ignoradas as possibilidades de entender o mercado de maneira “plural”, como circuitos diferenciados, onde cada povo ou grupo entra de uma maneira diferente e efetua trocas de modo particular, consoante seus atributos culturais intrínsecos. Traçaram tudo como se o “natural” do pensamento burocrático fosse entender essas produções, inclusive as familiares, da mesma forma que entenderam a circulação das *commodities*. Imaginaram um único circuito como se fossem mercadorias semelhantes, formalmente definidas, sem as mediações de etnia, de unidades familiares, de cultura, de consciência ambiental e de critérios político-organizativos intrínsecos. (ALMEIDA, 2008: 89-90).

Na trajetória social da AANA e suas famílias de artesãs, o peso do mercado enquanto concepção “absolutista” oriunda do pensamento burocrático “naturalizado” materializa-se pelas novas regras e condutas que permeiam e organizam a dinâmica de trabalho, ao passo que se distanciam da maneira de produzir das unidades familiares.

Como mencionado no segundo capítulo, às unidades familiares, percebidas aqui como famílias se organizam internamente segundo: disponibilidade de membros do grupo familiar e de tempo para dedicar-se ao trabalho do arumã, a capacidade de intercalar, ou de

executar em paralelo, aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos, as etapas concernentes ao processo produtivo do artesanato de arumã. Somando-se a isso a importância do espaço da casa ou a possibilidade de transcender o espaço da casa, na medida em que se apropriam da sede como “casa” no momento em que alguns afazeres domésticos passam a ser coletivos, como o preparo do almoço, e o “cuidar das crianças” passa a ocorrer coletivamente na sede da AANA.

Percebe-se assim a potencialidade criativa e a estratégica de burlar os efeitos e as consequências dessa racionalidade associativa expressa não apenas na necessidade primeira de institucionalização, mas na implementação da burocracia associativa, feita pelos técnicos da FVA. O burlar vai aparecer também no comportamento dos técnicos da FVA, mas evitado de assistencialismos e/ou salvacionistas por meio de reações emotivas. E em paralelo pode-se afirmar que o processo de institucionalização da AANA e a implementação na prática do modelo associativo-burocrático (análoga à dominação legal) foi marcada pelo posicionamento afetivo do corpo de técnicos (análoga à dominação carismática).

O processo de endividamento a que nos referimos é explicado por Nakazono (2007:110) que aponta o não entendimento, por parte dos sócios, de que as dívidas e a possibilidade do pagamento ser efetuado imediato a entrega do produto se relaciona com o pagamento das mensalidades, “permanecem com altas dívidas e não compreendem que este dinheiro faz parte do funcionamento da AANA”.

Os custos para funcionamento da Associação são, basicamente, despesas bancárias e administrativas (contadora, telefone, luz, água), materiais utilizados na comercialização, material de escritório, gastos com a infra-estrutura da sede e manutenção de outros bens da Associação, como canoa e motor. Também é retirado desta receita, o pagamento de dez por cento para o encarregado, sobre o valor total de vendas da Central de Artesanato, além dos custos de transporte, alimentação e hospedagem para a pessoa responsável pela venda em feiras e outros locais fora do município de Novo Airão. Outros gastos frequentes referem-se ao pagamento do grupo de coletores de arumã, reembolsado posteriormente pelas artesãs e empréstimos feitos para as sócias (NAKAZONO, 2007:110).

Sobre os gastos com a contadora, Nakazono (2007: 108-109) afirma que desde a criação da AANA em 1996, a FVA providenciava a negociação dos documentos a serem entregues à contadora, principalmente das prestações de contas da AANA. Nos anos de 2002 e 2003, as sócias não declararam imposto de renda, período que coincide com o afastamento da FVA. A Associação toma conhecimento das multas referentes aos atrasos, apenas em 2005. Em 2006, além das multas, somam-se dívidas para pagar o salário da contadora (NAKAZONO, 2007: 108-109).

Outra história é a da contadora que eu nem sabia que tinha que pagar, nem sabia que precisava fazer a declaração do imposto de renda (...) Eu não sabia, mas nós já tínhamos uma dívida e pro meu susto, porque eu não sabia que contadora tinha que pagar, foi quando veio uma dívida. Tivemos que agarrar os produtos e fazer promoção para levantar dinheiro. Quando tem dinheiro nós pagamos a dívida da contadora, mas tá sempre crescendo. A gente paga e diminui, mas como ela é irmã do gestor daqui, irmã do Max, ela entende e vai aceitando aos pouquinhos [Sônia, na sede da AANA, 30/03/2010, Novo Airão].

A justificativa de Sônia sobre a contadora entender e aceitar o pagamento parcelado é explicitada por Nakazono (2007:109), “a contadora, irmã do ex-técnico José Max Figueira. Cobra meio salário mínimo por mês para fazer o balancete anual relativo às prestações de contas da AANA e realizar a declaração do imposto de renda”. E Para as artesãs, “a contadora é uma “mãe” para a AANA, pois aceita que o pagamento⁶⁹ de seu trabalho seja feito aos poucos, na medida em que a Associação acumula um excedente de caixa extra, além do necessário para o pagamento das artesãs” (NAKAZONO, 2007:109).

A relação de contratação dos serviços da contadora é perpassada pela relação familiar como o ex- técnico Max que estaria “capacitando” os artesãos sobre a gestão e organização dessa dinâmica associativa e burocrática, como é rememorado no curso realizado

⁶⁹ E segundo a tesoureira da AANA, Sônia Clemente Martins, em comunicação pessoal, de março de 2007, a dívida com a contadora, em dois anos de trabalho, remonta R\$ 1.700,00 reais. Além disso, a contadora está realizando a declaração anual de 2006 que ainda não foi paga. Cerca de R\$ 2.100,00 reais ou R\$ 175,00 reais por mês (NAKAZONO, 2007:109).

em Manacapuru. E a própria representação que foi construída pelas artesãs, sobre a contadora ser percebida como “mãe” da AANA, agregam “carisma” à figura do Max e ostenta uma relação afetiva onde deveria ser contratual, e por isso, distanciada e objetiva.

Para Weber (1991 & 2000) o tipo de dominação carismática, “em sua forma genuína, é de caráter especificamente extracotidiano e representa uma relação social estritamente pessoal, ligada à validade carismática de determinadas qualidades pessoais” (Weber, 2000:161). E a autoridade carismática “baseia-se na “crença” ou no “reconhecimento” (...), todavia, sua autoridade não *deriva* de forma alguma desse reconhecimento por parte dos submetidos, mas ao contrário a fé e o reconhecimento são considerados um *dever*, cujo cumprimento se apoia na legitimidade carismática” (WEBER, 1991: 136).

As qualidades pessoais que compõem este “carisma” seriam as ações extracotidiana dos técnicos, posto que a leitura que as artesãs e os artesãos fazem das ações e realizações dos técnicos é afetiva: a AANA *ganhou* um prédio da FVA, os técnicos *ajudavam* os artesãos, eles detinha a potencialidade de *capacitar* os artesãos. Isso é perceptível nas falas das artesãs que Nakazono (2007: 114) aponta para evidenciar as consequências decorrentes do afastamento da FVA.

(...) “a comercialização diminuiu, pois com Max se tinha encomenda todos os meses”, “era mais organizado, a FVA sempre procurava venda”, “agora não tem direção pra nada”, “com a FVA era animado, eles diziam o que tinha que fazer”, “a FVA era o Max, a venda diminuiu muito, as pessoas não querem assumir a responsabilidade”, “tinha muita renda, hoje só tem conta pra pagar”, “pouca gente na reunião, ninguém faz o que precisa fazer”, “não tem reunião de diretoria e vende o produto por fora da associação”, “quando a FVA saiu, ninguém aprendia porque esperava a FVA fazer” (NAKAZONO, 2007:114).

Além do óbvio caráter extracotidiano das ações dos técnicos e seu consequente benefício material trazido por meio da venda dos artesanatos; tais ações não são representadas

pelos artesãos como motivadas por interesse objetivos e profissionais, são diluídas na *ajuda, parceria, capacitação* e que são remoradas com certa *gratidão*.

Ao ser questionada por Erivaldo, sobre a postura dos técnicos de “gritarem com as pessoas”, Sebastiana explica que os técnicos “*eram bonzinhos, mas ficaram revoltados*” e o posicionamento de retornar ao curso e se humilhar parece estar ligado e ser justificado pelo fato dos técnicos terem ficados “revoltados”. A volta parece mais motivada em resposta à postura dos técnicos, do que relacionada com o reconhecimento da utilidade prática do curso em si para os próprios artesãos.

Mostrando novamente a ambiguidade, ou a maneira como esses elementos e formas de se relacionar se interpenetram no âmbito dessa definição ideal de relações associativas e comunitárias (WEBER, 2000) e dos elementos que compõe os tipos de dominação legal e carismática (WEBER, 2000), ou mesmo os interesses se interpenetram entre relações afetivas e institucionais. O retorno a uma atividade proposta pelos técnicos cujo objetivo era capacitar os artesãos na gestão dessa nova lógica associativa é motivado afetivamente. E a forma como os técnicos reagem à constatação da inoperância do modelo associativo ter sido afetiva é sintomática da maneira como este processo havia sendo mediado e o porque da dificuldade das artesãs gerirem essas burocracias de maneira autônoma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, apresento um esforço analítico partindo do contexto político e intelectual que engendrou variadas interpretações sobre o que é a Amazônia. Ao localizar essa proposta em Almeida (2008) percebe-se a vigência de uma discursividade monótona e pretensamente racional perpassando e justificando políticas, programas e a implementação de projetos na Amazônia; sejam eles: “grandes projetos governamentais” até mesmo pequenos projetos para desenvolvimento local, sustentável, alternativo ou para etno-desenvolvimento.

No âmbito dessas distintas discursividades, intencionalidades e ações em torno do “desenvolvimento”, o encontro entre o que pode ser caracterizado como “pautas ambientalistas” e políticas de governamentais em suas várias instâncias, parecem ser os recursos técnicos e financeiros que, disponibilizados por meio de cooperação técnica internacional, tornaram possíveis e viáveis as atividades propostas por inúmeras ONGs.

Sendo este o contexto político, em certa medida ideológico (RIBEIRO, 2000), que torna possível a ação da Fundação Vitória Amazônica - FVA na região do baixo Rio Negro com apoio financeiro do Governo da Áustria; Fundação W. Alton Jones; World Wildlife Foundation/Brasil (WWF); parceria FundaçãoFord/Funbio e Projetos Demonstrativos da Amazônia – PDA realizou as atividades do Projeto Fibrarte (1995-2000) que subsidiaram a criação e institucionalização da Associação de Artesãos de Novo Airão- AANA em 18 de outubro de 1996.

A atuação da FVA em Novo Airão conjuga com ações consonantes ao momento, que pode ser lido como, de certa reconfiguração fundiária ocorrida a partir da década de 80 e 90 com a implementação de unidades de conservação de diversas categorias, que recobrem atualmente cerca de 53,96% do área do município. Essa característica específica do município emerge nas falas apresentações e representações que moradores fazem do município, atrelada

aos diferentes entendimentos sobre preservação ambiental e sua relação com as demais problemáticas infraestruturais de Novo Airão.

Esses diversos entendimentos sobre preservação ambiental explicitam a maneira como este conjunto de novas regras reorganizam a forma de utilização dos recursos naturais, com a ressalva de que tal “conjunto de regras e proibições” deveria se relacionar com o modo tradicional de viver dos *“pescadores, ribeirinhos, artesãos e indígenas que tiram seu sustento da natureza”*.

A análise da trajetória social das artesãs e artesãos do arumã se insere nesse momento atual “de múltiplas redefinições de estratégias”, “novas estratégias de intervenção da cooperação técnico-científica internacional e das formas de ação governamental, que se tornam mais céleres e de cunho desenvolvimentista” (ALMEIDA, 2008:105), onde se encontram, ou mesmo, se articulam política ambiental, atuação de ONGs com pautas ambientalistas, financiadas ou financiando ações com recurso financeiro internacional, e orientadas segundo pressupostos da possibilidade de “diálogo” e “parceria” junto aos autodenominados povos e comunidades tradicionais.

Para Almeida (2008) o que pode ser feito sob o signo do “participativo”, seja no plano da intervenção oficial ou de entidades ambientalista, pode vir a constituir-se “num ato de imposição executado de cima para baixo”, desestruturando “os antigos padrões de liderança, de defesa, de manutenção de princípios ecológicos, afetando a produção, quebrando a autonomia do grupo” (ALMEIDA: 2008 112).

Com a institucionalização da AANA, regulada por um estatuto e por meio de novo conjunto de tarefas e regras/obrigações que passam a fazer parte do que é ser artesão; poder-se-ia deduzir apressadamente que a primeira e imediata consequência disso seria uma nova articulação no modo de produzir, distanciando-se da dinâmica familiar e que se aproximaria ao modelo contratual.

Tal argumento seria reforçado com a centralização do trabalho de produção do artesanato de arumã na Central de Artesanato Dias Figueira, onde a lógica associativa implementada pela Fundação Vitória Amazônica - FVA, permeada simbólica e juridicamente (estatuto) passaria a ter mais materialidade.

A construção da sede implicou na centralização do processo produtivo, alterando o modo de trabalhar. Entretanto, o sentimento de *pertencer* à AANA será construído num momento posterior, onde a mediação da FVA ou as suas consequências fazem com que os artesãos desenvolvam um maneira própria de trabalhar sob condições cada vez mais adversas. É neste momento que as relações de amizade, vizinhança e de troca tornam-se mais fortes e também necessárias; onde os próprios artesãos passam a se considerar mutuamente como pertencentes à mesma *família*.

Na operacionalização desse “modelo associativo” e sua respectiva dinâmica, retratados neste trabalho por meio das falas dos agentes sobre esse processo, é possível identificar que tais lógicas burocráticas emergem reelaboradas, apresentando exemplos de situações onde a inoperância e/ou distanciamento dessa lógica associativo aos poucos vai sendo enunciada.

Tais situações ficam evidentes nas diferentes concepções de trabalho na produção do artesanato de arumã. Seguindo a lógica apresentada pelos técnicos da FVA, trabalhar em “coletivo” conflita com o modo de organização do trabalho onde a regularidade da organização e negociação do “mutirão” pautam a lógica e funcionamento deste sistema produtivo (para as artesãs e artesãos) e a posterior negociação onde “*quem ajuda é ajudado*” tanto na preparação das fibras como no momento de tecer no espaço da sede.

Contudo, o objetivo de eleger marcadores para compor as transformações sociais que ocorreram ao longo dos anos dessa parceria/mediação era evidenciar que as artesãs e os artesãos do arumã redimensionaram os elementos contratuais e burocráticos, trazidos pelos

técnicos da FVA, em negociações e *trocas-dádivas-dívidas* feitas no âmbito dessa família: a AANA.

As descrições e análises de alguns depoimentos das artesãs e artesãos do arumã faz emergir, a questão principal deste trabalho, que é perceber a família como sendo reconstruída, ou mesmo acionada, além da sua função de parentela consanguínea ou afim. Os artesãos do arumã se utilizam politicamente da noção que construíram do que seja *pertencer* ao mesmo grupo e percebem este grupo como uma família. No sentido de elucidar os meandros e os limites entre a associação e a família, e mesmo, para descrever essa associação que é representada, pelos próprios artesãos, como *uma família* me inspiro na percepção de Comerford (2003) onde “é a dinâmica dos conflitos entre as famílias e dentro delas que serve de chave de interpretação (...) partindo do pressuposto de que os padrões de ação são também, sem descontinuidade, padrões de representação coletiva”.

O entendimento do que é ser artesão está atrelado à noção de que a AANA é uma família; pode-se ir além e afirmar que diante das dificuldades enfrentadas na busca de uma autonomia, ou mesmo, na busca de uma nova maneira de produzir diante da reconfiguração fundiária e as consequências decorrentes às fiscalizações dos órgãos ambientais, permitiram e/ou intensificaram os usos dados à família. A produção do artesanato de arumã pode ser vislumbrada como sendo executada através de “unidades de trabalho familiar”. Consideramos “unidade de trabalho familiar” de Chayanov (1996), tal como apropriado por Heredia e Garcia Jr. (1971), objetivando descrever as relações sociais de produção do artesanato de arumã.

Essa aproximação conceitual se justifica pois “unidade de trabalho familiar refere-se ao fato do número de membros e a composição da unidade de trabalho serem articulados por fora das exigências diretas do processo de produção, ou seja, serem dados *a priori* ao nível do parentesco” (HEREDIA & GARCIA JR.,1971:10), e sua particularidade é ser, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo.

As relações interunidades de trabalho familiar (as casas) são representadas como se fossem laços de parentesco, que levam a idealização da ideia de família. Isso expressa que são acionados tanto o parentesco simbólico quanto o efetivo, visto os que compõem esta unidade são os sócios são parentes, consanguíneos e afins, que mobilizam a noção de pertencimento à AANA que é representada como *uma família* e têm sua *produção coletiva*, como diria Bourdieu (2008), a família é *uma ficção bem fundamentada*.

Se a família aparece como a mais natural das categorias sociais, e se está destinada, por isso, a fornecer o modelo de todos os *corpos sociais*, é porque a categoria do familiar funciona, nos *habitus*, como esquema classificatório e princípio de construção do mundo social e da família como corpo social específico, adquirido no próprio seio de uma família como ficção social realizada (BOURDIEU, 2008:129).

Com a diminuição dos sócios, ausência de matéria-prima e dificuldades na venda dos artesanatos e para pagar os sócios, a construção deste sentimento de pertencer ao mesmo grupo, um grupo de parentes garantiu a continuidade do trabalho no arumã. Ser família permite acordos, negociações, dádivas e dívidas que são toleradas, mas que seriam impensáveis no âmbito de relações puramente ou idealmente contratuais.

Assim, temos a trajetória social desta família ampliada, visto que para Pantoja (2007:372) “poder-se-ia objetar o termo família, mas o termo família é elástico e flexível, uma família ampliada é, portanto, um conjunto de grupos domésticos localizados espacialmente, organizados na linguagem do parentesco – pai e mãe, filho e filha, irmão e irmã, tio e tia”. Os grupos domésticos aos quais Pantoja (2007:372) se refere são aqui apropriados no âmbito das configurações de “*casa*”, sendo a AANA composta por várias “*casas*” de uma mesma “família ampliada”.

Assim no âmbito desta proposta de análise, buscamos exemplificar como que na prática os denominados povos e comunidades tradicionais encontram maneiras de se articularem politicamente para manterem seu modo tradicional de viver ou mesmo de

produzir. Com a ressalva de que este processo não se dá sem conflitos é perpassado por situações de violências, sejam elas práticas ou simbólicas.

Para Shiraishi Neto (2010:36) “a dinâmica vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais na busca pelo direito de viver a diferença, (...) obriga ao reconhecimento de “outras práticas jurídicas”, as quais se encontram coadunadas a outras formas de saber, mais localizado, situadas nas experiências de cada grupo social”. No entanto, se os conflitos perduram é devido à monotonia discursiva que perpassa estratégias de desenvolvimento, que agora paradoxalmente com a proeminência do direito ambiental, direito este que “vem sendo apresentado e difundido como se fosse um direito de todos” (SHIRAISHI NETO, 2010: 33), mas que acaba por eclipsar os direitos já assegurados ao modo de viver, crer e produzir dos diversos povos e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Mediação sem Mediania: comentários à ação da FVA junto à AANA*. Relatório de Consultoria, 2001.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- _____. *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de & FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. (Org.). *Mobilizações Étnicas e Transformações Sociais no Rio Negro*. Manaus: UEA Edições, 2010.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Redescobrimo a família rural brasileira*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.1 N.1. São Paulo, 1986.
- BOISSEVAIN, Jeremy. *Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”*. In: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. Org. FELDMANBIANCO, Bela. São Paulo: Global, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo; preliminares epistemológicos*. Tradução de Guilherme Teixeira, 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- _____. “A delegação e o fetichismo político”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 188-206.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Editora Papirus, 2008.
- CARDOSO MENEZES, Thereza Cristina. *Da cana ao caos: usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada*. Pós-Graduação em Antropologia Social Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. (Tese de Doutorado)
- CERVO, Amado Luiz. *Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil*. In: Rev. Bras. Polít. Int. 37 (1): 37-63 [1994].
- CLIFFORD, James. ‘Sobre a Autoridade Etnográfica’ [1988]. In: *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- COMERFORD, John Cunha . *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política UFRJ (Coleção Antropologia da Política), 2003.

CRAPANZANO, Vincent. *El dilema de Hermes: La máscara de la subversión en lãs descripciones etnográficas*. In: CLIFFORD, James & MARCUS, George. *Retóricas de la antropologia*. Madrid: Jucar Universidad, 1980.

_____. *Diálogo*. In: Anuário Antropológico 188. Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

DURIGAN, Carlos César. *Projeto Fibrarte: artesanato de fibras vegetais uma alternativa econômica e ecologicamente responsável*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica – FVA, 1998.

_____. Apresentação. In: NAKAZONO, Érika (Org.). *Manejo do Arumã no Baixo Rio Negro: uso tradicional de um produto florestal não madeireiro no artesanato de fibras vegetais*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica – FVA, 2006.

GEERTZ, Clifford. “*Do ponto de vista dos nativos*”: a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HEREDIA, Beatriz A. de & GARCIA JR, Afrânio R. *Trabalho Familiar e Campesinato*. In: América Latina, nº1/2, Rio de Janeiro, 1971.

LEACH, Edmund Ronald. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LEITE LOPES, José. Sérgio (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: NuAP – Ed. Relume & Dumará, 2004.

_____. *Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação*. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 31-64, jan./jun. 2006

MALINOWSKI, Bronislaw. *Confesiones de ignorancia y fracaso*. In: LLOBERA, José R. *La antropologia como ciencia*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.

_____. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: ZALUAR, A.(org.). *Desvendando Máscaras Sociais*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, PP. 39-61.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: *Sociologia e Antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. *As técnicas do corpo* [1935]. In: *Sociologia e Antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENEZES, Elieyd Sousa de. *A comunidade Bom Jesus do Puduari e os conflitos sócio-ambientais em Novo Airão/ AM*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. 2008.

NAKAZONO, Erika Matsuno. *O Impacto da extração da fibra de arumã (Ischnosiphon polyphyllus, Marantaceae) sobre a população da planta em Anavilhanas, Rio Negro, Amazônia Anavilhanas, Rio Negro, Amazônia Central*. INPA/UFAM, Dissertação de Mestrado, 2000.

_____. *O empreendimento local do artesanato em fibras vegetais, Amazônia Brasileira*. Apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU), Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2007.

_____. *Artesãs de arumã no Baixo Rio Negro: iniciativa artesanal da Associação dos Artesãos de Novo Airão*. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de & FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. (Org.). *Mobilizações Étnicas e Transformações Sociais no Rio Negro*. Manaus: UEA Edições, 2010.

PANTOJA, Mariana Ciavatta Franco. *Os Milton: cem anos de história nos seringais Rio Branco* – AC: EDUFAC, 2007.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. *Mulheres do arumã do baixo Rio Negro*. Fascículo 12. Manaus - AM, 2006.

QUINJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002, pp:477-512.

RABINOW, Paul. *Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia*. In: Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow. Organização e tradução João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado, uma nova ideologia /utopia do desenvolvimento*. In: Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. *Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento*. In: Novo Estudos CEBRAP, Março 2008, PP:108-125.

SEUC, *Sistema Estadual de Unidades de Conservação*, Manaus – AM: SDS, 2007.

SHIRAIISHI NETO, J. A Particularização do Universal: povos e comunidades tradicionais face às Declarações e Convenções Internacionais. In: SHIRAIISHI NETO, J. (org.). *Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Manaus: UEA, 2010. p. 25-52.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. *A dívida e a diferença: reflexões a respeito da reciprocidade*. Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 2001, V. 44 n° 1.

WEBER, Max. *Os três tipos puros de dominação legítima*. In: COHN, Gabriel. Sociologia: Max Weber. São Paulo – SP: Editora Ática S.A., 1991.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 4ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000.